

Compras Públicas Sustentáveis e Abertas

Um kit de ferramentas
para profissionais

Este kit de ferramentas ajudará você a repensar as compras públicas sustentáveis, impulsionando uma melhor adoção e mensuração por meio de uma abordagem aberta, baseada em dados e inclusiva.

As compras sustentáveis impõem ao setor público a adoção de processos de aquisição fundamentalmente diferentes. Esperamos que este kit de ferramentas seja de ajuda para você.

Este kit de ferramentas de Compras Públicas Sustentáveis e Abertas foi projetado com a participação de três parceiras: a [Open Contracting Partnership \(OCP\)](#), uma empresa independente sem fins lucrativos que trabalha em mais de 50 países para abrir e transformar todo o processo de compras públicas, facilitando o seu uso e tornando-o inclusivo e baseado em dados; a [Spend Network](#), líder global em análise de dados abertos de contratações e aquisições; e a [PUBLIC](#), uma empresa líder de tecnologia focada em governo. O desenvolvimento do kit de ferramentas conta com o apoio da Cooperação Alemã para o Desenvolvimento, implementada pela Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) GmbH.

No kit, fornecemos orientações sobre como aplicar dados abertos e iniciativas governamentais abertas para apoiar a implementação de compras públicas sustentáveis (CPS) bem-sucedidas e gerar impactos positivos.

**OPEN
CONTRACTING
PARTNERSHIP**

PUBLIC

Spend Network.

Supported
by


german
cooperation
DEUTSCHE ZUSAMMENARBEIT

Implemented by
giz
GIZ - Deutsche Gesellschaft
für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) GmbH

Índice

1 INTRODUÇÃO	4
1.1 Como usar este kit?	6
1.2 O que são as CPS Abertas?	7
1.3. Entregando o recurso que você pediu	14
2. PLANIFICAÇÃO	17
2.1 Estabelecer um ambiente favorável	17
2.2. Priorizar	23
2.3 Monitorar e Avaliar	33
2.4. Estabelecer mecanismos de apoio e de capacitação	37
2.5. Criar um plano de ação	44
Exemplo de um Plano de Ação de CPS	53
3. IMPLEMENTAÇÃO	56
3.1 Coletar informações para avaliar as necessidades reais	56
3.2 Selecionar a iniciativa de compras certa	62
3.3 Engajar-se com o mercado de fornecedores	68
3.4 Definir critérios de sustentabilidade	75
3.5 Traduzir sustentabilidade em obrigações contratuais	82
3.6 Monitorar a implementação: gerindo a sustentabilidade durante todo o contrato	86
4. DADOS ABERTOS E AVILIAÇÃO DO PROGRESSO	92
4.1. Opções de uso dos dados	94
4.2. Exemplo trabalhado: Mensuração da adoção de CPS	108
4.3. Exemplo trabalhado: Mensuração da redução do carbono	122
4.4. Medir a inclusão de gênero	131
4.5. Exemplo trabalhado: Mensuração do desenvolvimento econômico	141
4.6. Exemplo trabalhado: Medindo o custo do ciclo de vida	152
5 RECURSOS	167
4.1 Diretório de recursos	167
4.2 Perguntas frequentes	167
4.4 Guia de rotulagem ecológica	173

1 INTRODUÇÃO

Preocupações cada vez mais frequentes com a mudança climática e a sustentabilidade levaram governos de todo o mundo a assumirem compromissos com zero emissões líquidas de carbono (*net zero*), a redução do desmatamento e a promoção de cadeias de abastecimento sustentáveis.

Para cumprir esses compromissos, será de fundamental importância como os governos levam à prática suas compras, uma vez que as compras públicas representam cerca de 15% do PIB global – um de cada três dólares gastos –, alcançando um enorme montante de US\$ 13 trilhões por ano. As aquisições também são responsáveis por [15% de todas emissões de gases de efeito estufa](#) a cada ano: isso representa um volume sete vezes maior do que o produzido por toda a indústria de aviação.

As compras governamentais também definem o tom para um ambiente de negócios mais abrangente no país. Quando bem feitas, podem ser uma alavanca para a inovação e o empreendedorismo; quando mal feitas, serão um freio para o progresso ambiental e social.

A Administração Pública está apenas começando a comprar de forma sustentável, e saber por onde começar pode ser desanimador: desde incluir o custo de ciclo de vida do produto, comprar mais produtos locais e sustentáveis, até a aquisição de materiais de construção mais sustentáveis para a infraestrutura.

O presente guia é o resultado de mais de 30 entrevistas com especialistas, autoridades de aquisições nacionais e outras partes interessadas importantes, muitas vezes em ambientes de compras de baixa tecnologia e maior complexidade. Os entrevistados identificaram que o principal desafio era começar e traduzir centenas de páginas de critérios complicados dos especialistas para estratégias simples e que pudessem ser testadas e adotadas rapidamente.

Considerando as necessidades dos usuários relatadas pelos profissionais da linha de frente, nosso objetivo é preencher essa lacuna, oferecendo uma visão geral de alto nível das iniciativas, ou abordagens, que já estão funcionando e os melhores recursos para sua adoção e seu escalonamento.

Os profissionais percebem que, para promover compras sustentáveis, é essencial mudar seus processos de aquisição. Para isso, eles nos disseram que precisam se engajar melhor com as partes interessadas, tanto do setor privado quanto da sociedade civil, para entender quais soluções estão disponíveis. Identificaram também a necessidade de dispor de melhores informações e dados sobre compras governamentais como um todo, para entender o que está sendo comprado e os resultados ambientais e sociais dessas despesas. Essas são lacunas presentes na orientação atual e não estão sendo consideradas nas iniciativas de compras que tradicionalmente enfocam mais em critérios legais e de cumprimento.

Felizmente, podemos ajudar.

1.1 Como usar este kit?

Este kit de ferramentas foi estruturado seguindo o processo de uma trajetória de CPS, desde as primeiras etapas que devem ser observadas em âmbito institucional, para facilitar e monitorar a implementação geral, até aspectos que devem ser considerados ao implementar uma CPS em contratos públicos específicos. Na última seção, fornecemos orientações sobre como utilizar práticas de contratação aberta e dados abertos para estimular e medir metas de sustentabilidade, como a redução de carbono ou a igualdade de gênero.

A quem se destina este kit?

A implementação de CPS abertas envolve diferentes partes interessadas, com necessidades variadas e capacidades distintas. O kit pode ser utilizado de diferentes maneiras:

- **Agências nacionais**

Este kit pode ser utilizado por agências nacionais, como departamentos ambientais, departamentos financeiros e centrais de compras, que podem estar envolvidas na criação de políticas que apoiem a implementação de CPS. Essas agências também podem ser autoridades subnacionais no âmbito regional, local e municipal, bem como organizações do setor público.

- **Órgãos de supervisão**

Este kit pode ser utilizado por órgãos de supervisão, como Bancos Multilaterais de Desenvolvimento, para entender as diferentes maneiras de estabelecer e acompanhar os requisitos de CPS nos projetos financiados e supervisionar sua implementação.

- **Equipes de compras/comerciais**

Este kit pode ser utilizado pelas equipes de compras para entender como considerar a sustentabilidade durante todo o processo de aquisições e como isso se aplica a setores específicos.

- **Equipes de sustentabilidade**

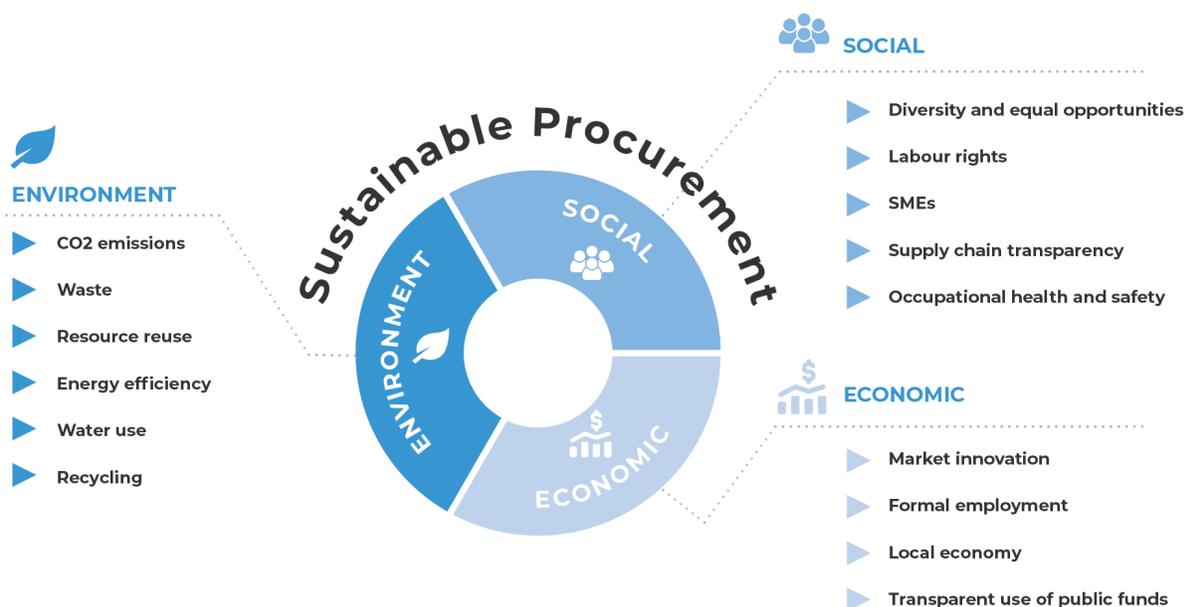
Este kit pode ser utilizado pelas equipes de sustentabilidade para saber mais sobre o processo de aquisições e dar apoio às equipes de compras para que considerem a sustentabilidade em diferentes categorias de compras.

- **Equipes de dados e inteligência**

Este kit pode ser utilizado pelas equipes de dados e inteligência para entender quais sistemas devem ser criados para facilitar a elaboração de relatórios de CPS.

1.2 O que são as CPS Abertas?

As Compras Públicas Sustentáveis (CPS) têm a ver com a maneira como as organizações adquirem bens e serviços através dos três pilares do desenvolvimento sustentável: benefícios econômicos, sociais e ambientais.



[Ouvimos dos usuários](#) que, desses três objetivos, o mais difícil é a avaliação e geração de melhores impactos ambientais. Portanto, embora tenhamos uma visão mais ampla do que significa compras sustentáveis, este guia se concentrará em iniciativas para melhorar a sustentabilidade ambiental (também conhecida como “compras ecológicas” ou “compras verdes”) sem comprometer as metas relacionadas à sustentabilidade econômica ou social.

As **CPS Abertas** acrescentam uma iniciativa de governo aberto e dados abertos às CPS para melhorar sua adoção e seu impacto. Na ação de **governo aberto**, as partes interessadas são engajadas no planejamento e no cumprimento de melhores aquisições, e no emprego de **dados abertos**, para desbloquear, compartilhar e analisar o que está sendo comprado, a quem se destina e seus resultados e impactos nas CPS. Ficou claro que as partes interessadas governamentais queriam ajuda em ambas as iniciativas.

Para uma análise mais aprofundada das CPS e das contratações abertas (governo aberto e dados abertos), consulte os seguintes recursos:

- A definição mais comum de **Compras Públicas Sustentáveis** vem do [PNUMA](#): “um processo pelo qual as organizações públicas suprem suas necessidades de bens, obras e serviços públicos com bom custo-benefício ao longo de todo o ciclo de vida, gerando benefícios, tanto para a organização quanto para a sociedade e a economia, e reduzindo significativamente os impactos negativos sobre o meio ambiente”.
- Você pode ver [aqui](#) a iniciativa da Open Contracting Partnership para **contratações abertas**, e [aqui](#) para saber como elas ajudam no escalonamento e na manutenção das reformas.

Como a abertura ajuda as CPS

Em seu nível mais básico, é difícil afirmar que as compras incentivarão o desenvolvimento sustentável se *não* forem abertas e transparentes. Porém, de um ponto de vista mais estratégico, as compras terão de ser realizadas de maneira

fundamentalmente diferente se a Administração Pública quiser fazer frente aos muitos desafios ambientais que enfrentamos e, portanto, terá que engajar novas partes interessadas e escalonar inovações.

Todos nós ainda estamos aprendendo a colocar em prática tudo isso. Também vamos precisar de melhores dados sobre quem está comprando o quê de quem, quando e por quanto, incluindo os impactos ambientais e outros impactos de desenvolvimento sustentável. Para isso, precisaremos coletar novas formas de dados e análises.

A abertura é uma mudança de mentalidade, que abrange dados de contratações abertas, canais de comunicação abertos e iniciativas regulatórias abertas. Na verdade, consideramos que existem sete formas fundamentais de abertura que podem ajudar no processo de compras sustentáveis, sintetizadas abaixo.

Esses diferentes tipos de abertura serão considerados neste guia como os principais impulsionadores das compras sustentáveis.



Comunicando suas políticas e iniciativas de CPS

CPS Abertas significa revelar claramente suas políticas e iniciativas para impulsionar a sustentabilidade e como elas aderem a qualquer arcabouço jurídico internacional, nacional ou local e quaisquer políticas relativas às suas regras de aquisição.



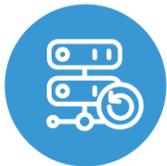
Comunicando critérios de priorização de algumas categorias de despesas

CPS Abertas significa compartilhar o processo que levou você a priorizar determinadas categorias de compras ou projetos enquanto concentra seus esforços em prol das CPS.



Usando e justificando claramente os critérios de sustentabilidade

CPS Abertas implica em comunicar claramente quais critérios de sustentabilidade serão usados para selecionar fornecedores, como eles serão avaliados em relação a esses critérios e as razões por trás dessas decisões.



Mantendo registros de fornecedores, bancos de dados de contratos e mecanismos de relatórios eficazes

CPS Abertas inclui a criação de registros eficazes de fornecedores, bancos de dados de contratos e mecanismos de divulgação que rastreiam a implementação dos objetivos das CPS e apoiam o monitoramento e o feedback proativos sobre as compras.



Fornecendo canais claros para o feedback de usuários e cidadãos

CPS abertas caracterizam-se por estabelecer canais de engajamento claros e receber feedback de fornecedores, organizações da sociedade civil e dos cidadãos. Essas estratégias são especialmente valiosas no planejamento das compras, especialmente quando envolvem tecnologia inovadora ou possíveis impactos em comunidades específicas, bem como no controle da execução de contratos quanto aos seus resultados ambientais e sociais.



Relatando abertamente os impactos em contratos individuais

CPS Abertas dependem da avaliação e comunicação clara do impacto das práticas de CPS em contratos individuais, empregando métricas adequadas.



Usando dados de relatórios para melhorar e escalonar CPS

CPS Abertas envolvem moldagem, testes e práticas de escalonamento de CPS, com base em dados coletados de relatórios e feedback. Esses procedimentos implicam usar dados nos resultados de suas iniciativas de CPS para fazer a avaliação e o escalonamento daquilo que deu certo.

A importância de dados de qualidade como alicerce

Para fornecer essas sete dimensões de abertura, é crucial contar com dados de alta qualidade. Isso significa [dados padronizados](#) em formatos abertos e legíveis por máquina.

Elaboramos um conjunto de orientações sobre como dados abertos de compras podem ajudar na sua condução de CPS, norteando seus passos na caminhada por dados abertos. Você pode consultar este guia [aqui](#).



Utilizando 'bandeiras verdes' em dados de compras governamentais

[Bandeiras Verdes: Como dados abertos podem lançar luz sobre compras sustentáveis](#): este guia fornece uma introdução aos dados abertos que podem ser utilizados para acompanhar e medir a adoção e o progresso da implementação de compras públicas sustentáveis.

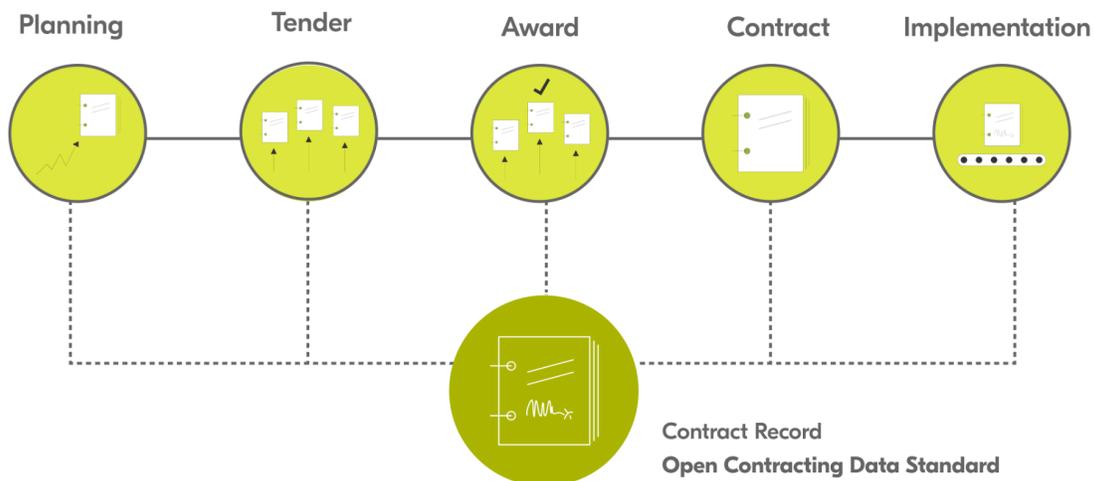
As bandeiras verdes podem ajudar a refletir sobre as categorias de dados-chave necessários para o planejamento e a implementação de compras públicas verdes. O gráfico abaixo ilustra alguns pontos dos dados-chave que você pode coletar ao longo das etapas de planejamento, licitação, adjudicação e celebração de contratos públicos, e como eles ajudam a rastrear, relatar e analisar as compras.

Papel fundamental de identificadores no acompanhamento do desempenho de CPS

Os identificadores permitem vincular dados de diferentes sistemas. Um ponto essencial do Padrão de Dados para Contratações Abertas (*Open Contracting Data Standard* — OCDS) é a atribuição de uma identificação única e não proprietária a cada contrato público que permite que seja rastreada ao longo de seu ciclo de vida comercial.

[O Padrão de Dados para Contratações Abertas](#) fornece orientação sobre identificadores que podem ser utilizados para unir e cruzar dados de referência de contratações.

Além disso, no sistema OCDS há mais orientações sobre identificadores que podem ser utilizados para unir e cruzar dados de referência de contratações, incluindo identificações de empresas para contratados e identificadores organizacionais para rastrear os participantes da formação e gestão de contratos.



A falta de identificadores coerentes nos sistemas de informação governamentais prejudica estruturalmente a qualidade dos dados e pode prejudicar seriamente a

coleta e análise dos dados; existem, porém, algumas [estratégias simples que podem ajudar qualquer pessoa a progredir](#).

[Nosso guia “Bandeiras Verdes”](#) descreve a rotulagem de compras específicas como verdes como um primeiro passo fundamental para medir os resultados das CPS. Isso só é possível se os dados contratuais obtidos forem de boa qualidade, com identificadores contratuais claros. Na [seção 3](#) deste kit, mostramos como avançar, a partir desta abordagem, para gerar provas detalhadas e granulares de CPS.

Por isso, antes de começarmos com as CPS, verifique se você já domina os fundamentos dos dados-chave.

1.3. Entregando o recurso que você pediu

Contatamos mais de 30 profissionais e especialistas em compras sustentáveis de todo o mundo para poder moldar esta orientação. Dentre eles, estão representantes de autoridades nacionais e órgãos de supervisão em diferentes estágios da trajetória de CPS, bem como representantes da sociedade civil e do setor privado. Queríamos compreender as principais barreiras que o setor público enfrenta quando da adoção de CPS, e se havia lacunas nos recursos e iniciativas existentes e onde elas se encontravam. Registramos o input recebido e o que fizemos a respeito:

- A orientação deve ser prática e fundamentada nas necessidades do dia a dia.

Ouvimos de nossos usuários que, na prática, muitas vezes a orientação existente não é fácil de implementar. Esse aspecto é especialmente relevante para os profissionais de compras, que expressaram a dificuldade de aplicar a orientação geral em um contrato de aquisições específico. Nosso kit responde a essa necessidade, pois reúne a orientação existente de uma maneira mais amigável, e

também inclui duas seções com orientação prática sobre como implementar CPS Abertas em categorias de compras específicas.

- A orientação deve ser útil para diferentes níveis de aquisições e maturidade tecnológica.

As necessidades dos usuários variam de acordo com o estágio em que as CPS se encontram. Em nossas conversas com os usuários, eles reiteraram que a orientação é mais proveitosa quando reconhece e atende a essas diferentes necessidades. Por esse motivo, o presente kit de ferramentas está estruturado em três seções. A introdução e a seção 1 são as mais úteis para aqueles que estão iniciando o processo. Para aqueles que já fizeram algum progresso, essas seções também são relevantes, mas encontrarão as informações mais práticas nas seções 2 e 3. Os profissionais mais avançados provavelmente se concentrarão na seção 3.

- As compras verdes, são a prioridade máxima.

A implementação de compras sustentáveis inclui levar em consideração fatores comuns aos três pilares das compras sustentáveis: o econômico, o social e o ambiental. No entanto, a maioria de nossos usuários estava particularmente interessada em aprender mais sobre o pilar ambiental.

Em primeiro lugar, os compromissos recentes de muitos governos com metas *net zero* levaram a um aumento do interesse em medir as emissões de gases de efeito estufa associadas às atividades do setor público e suas cadeias de abastecimento. Em segundo lugar, descobrimos que já há muito trabalho sendo feito nos outros dois pilares, especialmente em relação à promoção de empresas lideradas por mulheres e de pequenas e médias empresas (PMEs) ([incluindo um excelente guia elaborado pela OCP](#)). Por último, a implementação de compras verdes pode, às vezes, exigir conhecimentos técnicos específicos que funcionários dessa linha de frente não possuem.

Para isso, concentramos na maioria dos exemplos mais pesquisados em questões ambientais, mostrando também como as três metas de sustentabilidade podem se reforçar umas às outras.

- Os usuários não querem um documento longo e estático.

A maioria dos recursos existentes é apresentada em um formato estático, normalmente como documentos longos em PDF. Embora esse tipo de documentos possa ser útil, nossos usuários expressaram a necessidade de recursos mais interativos. Por esse motivo, decidimos usar o presente formato, dividindo o kit em seções específicas, criando ferramentas para download e diretórios que podem facilitar o acesso dos usuários a informações relevantes.

- Os usuários querem ajuda para navegar a orientação existente.

O feedback geral de nossos usuários é que existem muitas orientações, porém, geralmente, são fragmentadas e de difícil navegação. Para lidar com isso, nosso kit de ferramentas inclui um diretório de recursos, no qual os usuários podem identificar os recursos existentes e selecionar aqueles que são mais úteis. Além disso, apontamos as orientações existentes em todo o kit e convidamos os usuários a usar os materiais disponíveis que fornecem mais informações.

- Já há muita coisa boa por lá!

Embora muitos órgãos públicos estejam apenas iniciando suas atividades em compras sustentáveis, há outros que também têm defendido sua implementação nestes últimos anos. Em nosso kit, incluímos alguns dos melhores estudos de caso que encontramos, esperando que sirvam de inspiração para os usuários, e os motivem a tomar a iniciativa e começar uma discussão.

2. PLANIFICAÇÃO

Nesta seção, você encontra todas as informações de que precisa para começar. Dentre elas, destacam-se as práticas e abordagens que você pode adotar para incorporar a sustentabilidade em sua estratégia de aquisições.

Como mostrado no diagrama abaixo, criamos cinco subseções para servir de ponto de partida e atender às necessidades-chave que ouvimos das partes interessadas.

2.1 Estabelecer um ambiente favorável

Cumprir garantir que a sustentabilidade nas compras e contratações obedece a critérios existentes no arcabouço legal e normativo para o processo de aquisição no seu país.



Nesta seção, explicamos como há espaço para os profissionais de compras implementarem as CPS em diferentes contextos. Fornecemos uma lista de verificação para avaliar as leis e políticas de aquisições vigentes relativas aos critérios de CPS. Também consideramos como comunicar tais contextos às partes interessadas relevantes, o que é essencial para gerar confiança, e apoiar a implementação eficaz de CPS. No final da seção, você também encontrará orientação sobre como tudo isso se traduz em ações específicas.

Avalie rapidamente seu ambiente favorável



[Lista de verificação rápida – Avalie seu ambiente favorável](#)

Para um relato mais detalhado do processo e dos conceitos apresentados na lista de verificação, continue lendo esta seção.

Verifique os critérios de avaliação ou adjudicação

Na maioria dos países, as leis e políticas existentes não estabelecem disposições explícitas para considerar a sustentabilidade no processo de compras. No entanto, elas sempre incluem determinados princípios, como “justiça”, “equidade”, “economia”, “custo-benefício”, “eficiência”, “eficácia” para orientar o processo de tomada de decisões sobre compras.

Quando tais princípios são estabelecidos, significa, muitas vezes, que os profissionais são instados a encontrar a solução que melhor responda às necessidades identificadas, mas que ainda ofereça o melhor preço. Quando se consideram fatores como a qualidade da solução, ou seu grau de eficácia para atender às necessidades identificadas, muitas vezes há espaço suficiente para que a sustentabilidade também seja contemplada.

Contudo, nem sempre esses fatores são elencados nos critérios de avaliação, visto que, em muitos casos, o contrato tem que ser adjudicado à proposta de menor preço.

Como esse fato pode ser uma barreira fundamental, comece verificando o que seu ambiente favorável estabelece ou exige em relação aos critérios de avaliação ou de adjudicação. Normalmente esses critérios são estabelecidos em nível nacional, ou por uma instituição internacional se um projeto estiver sendo financiado, por exemplo, com recursos internacionais de desenvolvimento. Dependendo de quais são as disposições relativas ao uso de critérios de adjudicação, fornecemos orientação sobre como você pode implementar CPS.

> Como implementar CPS quando o único critério de avaliação a ser considerado for o preço.

Muitos sistemas de compras só permitem que o contrato seja atribuído à proposta de menor preço. Dentre as diferentes maneiras de considerar a sustentabilidade, mesmo nesses contextos, destacam-se as seguintes:

- Definir critérios de sustentabilidade como requisitos essenciais para os fornecedores.

Todo contrato público estabelece determinados critérios que devem ser atendidos pelos fornecedores para que possam ser considerados. Eles são comumente conhecidos como critérios essenciais ou especificações técnicas. A inclusão da sustentabilidade como parte desses critérios é uma das principais maneiras de comprar de forma mais sustentável, selecionando ao mesmo tempo a proposta de menor preço.

Para isso, é preciso garantir que esses critérios estejam claramente vinculados ao objeto do contrato e se engajar com o mercado para garantir que tais critérios possam ser atendidos por um número suficiente de fornecedores. Para obter mais informações sobre o assunto, consulte as seções [Definir critérios de sustentabilidade](#) e [Engajar-se com o mercado de fornecedores](#).

- Aplicar os cálculos de Custo do Ciclo de Vida (CCV).

Quando além do preço de compra também são considerados os custos, incluindo os custos de operação, manutenção e descarte dos bens adquiridos, as alternativas mais sustentáveis podem se tornar a opção mais econômica. Portanto, considerar

os custos do ciclo de vida da solução pode resultar na seleção da alternativa mais sustentável. Para obter mais informações sobre CCV, consulte [esta seção](#).

- Garantir o cumprimento das regulamentações de sustentabilidade existentes.

Por último, já existem muitas regulamentações de sustentabilidade em vigor no âmbito internacional e nacional. Garantir que todos os fornecedores cumpram com as regulamentações existentes também é uma forma de comprar de forma mais sustentável. A regulamentação existente pode incluir, por exemplo, regulamentos nacionais de gerenciamento de resíduos, ou convenções internacionais ratificadas, tais como as da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

> **Como implementar CPS com outros critérios de avaliação além do preço.**

Alguns sistemas de aquisições podem permitir o uso de outros critérios além do preço para avaliar as propostas. Por exemplo, na Europa isso é feito sob o conceito de proposta economicamente mais vantajosa ou *most economically advantageous tender* — [M.E.A.T.](#), em inglês.

Nesse caso, o processo de avaliação também pode ser planejado para incluir a sustentabilidade nos critérios de adjudicação (bem como utilizar as práticas de CPS mencionadas para contextos que só permitem selecionar a proposta de menor preço). Ao decidir quais critérios incluir, pode ser útil alinhar-se com as prioridades expressas nos planos e nas políticas de sustentabilidade nacionais e locais existentes (por exemplo, metas *net zero*). Para obter mais informações sobre a definição desses critérios, consulte a seção [Definir critérios de sustentabilidade](#).



Na América Latina e na África em particular, os princípios de compras estão frequentemente incluídos na constituição e são às vezes referidos como princípios que

“regem as atividades dos órgãos públicos” ou as “despesas de fundos públicos”. A identificação desses princípios, e como eles são definidos, pode ajudar a orientar suas decisões sobre o que considerar durante o processo de compras ao comparar as propostas.

Identifique os principais facilitadores de CPS

Dentro de seu sistema de compras, haverá certos veículos normativos, tais como acordos-quadro ou procedimentos de diálogo competitivo, que também podem desempenhar um papel importante para a realização de compras sustentáveis. Nesta seção incluímos informações sobre o que são alguns desses mecanismos e qual o papel que eles podem desempenhar no contexto das CPS.

Principais facilitadores de CPS

-  [Disposições explícitas para incluir a sustentabilidade como critério de adjudicação](#)
-  [Acordos-quadro](#)
-  [Metas e contratos reservados](#)
-  [Limites de gastos e setores com regulamentações distintas](#)
-  [Engajamento aberto e diálogo contínuo com o mercado](#)

Compartilhe sua trilha de cumprimento

Após ter avaliado seu ambiente favorável, comunique claramente como ele apoia sua iniciativa de CPS. Isso pode se traduzir em duas ações básicas:

- As autoridades nacionais devem comunicar claramente o ambiente favorável atual para a implementação de CPS no seu [Plano de Ação de CPS](#), bem como quaisquer planos para desenvolver novas políticas ou regulamentações facilitadoras.
- Os profissionais de compras devem comunicar claramente como sua iniciativa de CPS está em conformidade com o ambiente favorável existente, com base em contratos individuais. Isso pode ser feito consultando a seção relevante do Plano de Ação de CPS ou os [documentos que foram verificados como parte da avaliação](#).

Para agilizar sua consulta dos diferentes documentos regulamentares e normativos, compilamos a seguinte lista de verificação:



[Lista de verificação rápida – Compartilhe sua trilha de cumprimento](#)

Esse processo ajudará a estabelecer a confiança em todo o mercado de fornecedores, assim como os profissionais de compras, de que as iniciativas de CPS foram bem planejadas e estão conforme as regras atuais.

Procure redes de apoio

Quando você pensar em implementar práticas de CPS pela primeira vez, procure aprender com outras equipes que também estão trabalhando em iniciativas de

CPS. Essas redes oferecem uma oportunidade para compartilhar abertamente ideias e boas práticas e aprendizagem mútua.

Dentre as principais redes internacionais de boas práticas, destacam-se:

- [Fórum de Compras Públicas da África Oriental \(EAPF\)](#)
- [ICLEI - Governos Locais pela Sustentabilidade](#) e [ICLEI África](#)
- [Rede de Compras da África](#)
- [Rede Interamericana de Compras Governamentais \(RICG\)](#)
- [Rede Global de Cidades Líderes em Compras Sustentáveis](#)
- [Rede Internacional de Compras Verdes \(IGPN\)](#)

2.2. Priorizar

Há muitas maneiras de priorizar o início da implementação das CPS Abertas. Dentre elas, responder a questões ambientais proeminentes, setores de mercado ou grupos de produtos nos quais bens e serviços verdes estão disponíveis, programas do setor público nos quais compradores e cidadãos podem ver uma justificativa para o uso de produtos verdes, ou projetos ou eventos de destaque em que as CPS podem servir de testes-piloto para aumentar a conscientização e o interesse, como eventos esportivos, conferências e modernização de edifícios governamentais de destaque.

As páginas 28 a 32 do [Manual de Compras Públicas Verdes do Banco Mundial](#) oferecem uma boa visão geral das diferentes iniciativas para priorizar as categorias dos produtos. A [ferramenta de priorização](#) desenvolvida pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) é outro recurso para praticar este exercício.

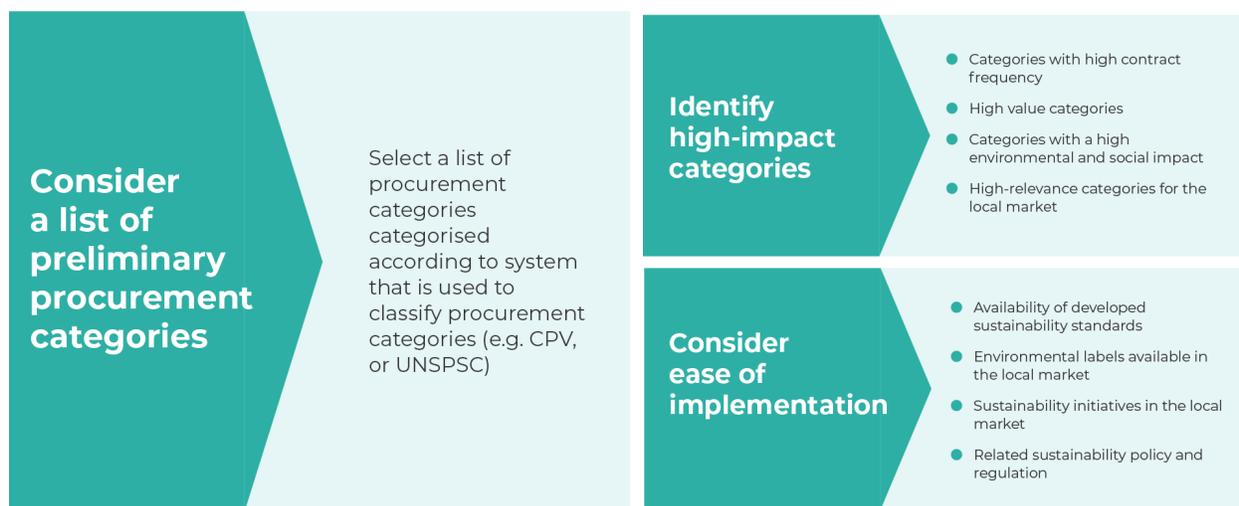


Nesta seção, apresentamos os diferentes fatores que podem ser considerados ao priorizar as categorias de compra quando da implementação das CPS.



Comunicando os motivos da priorização de algumas categorias

Embora existam muitas maneiras de priorizar, é muito importante que as partes interessadas se envolvam na priorização, para conhecer suas perspectivas, comunicar quaisquer decisões tomadas e, assim, poder implementá-las, inclusive por meio do [Plano de Ação](#) que recomendamos no final da seção.



Considere uma lista de categorias de compras preliminares

O primeiro passo para um exercício de priorização é trabalhar com as partes interessadas, para estabelecer a lista de categorias que serão analisadas. Essas

categorias devem ser extraídas do vocabulário padronizado oficial que os profissionais de compras utilizam no país para classificar os contratos de forma consistente. Ao implementar as CPS Abertas, é importante usar uma forma padronizada para classificar categorias de compras visando encontrar e analisar editais para fornecedores e autoridades contratantes, garantindo que a implementação de políticas e práticas de sustentabilidade, bem como a coleta de dados para monitoramento, sejam consistentes.



Não existe um sistema único para classificar globalmente categorias de compras; são utilizados diferentes sistemas em todo o mundo. Por exemplo, na Europa, são utilizados os códigos do Vocabulário Comum para os Contratos Públicos ([CPV](#)), enquanto que em alguns países, é utilizado o Código de Produtos e Serviços Padrão das Nações Unidas ([UNSPSC](#)). É essencial identificar o sistema de classificação vigente e garantir que as práticas de CPS Abertas estejam alinhadas com as categorias existentes.

Identifique categorias de alto impacto

Uma forma lógica de priorizar as categorias de compras é identificar aquelas nas quais a implementação de práticas sustentáveis pode gerar o maior impacto. Para isso, é preciso saber o que se está comprando e qual o seu impacto.

Conheça os dados de sua categoria e gastos contratuais

Para priorizar as categorias de compras, é importante primeiro ter uma visão clara da categoria atual e dos gastos contratuais. As categorias preliminares de compras devem ser filtradas de acordo com os seguintes critérios:

> Valor

Refere-se ao gasto total associado a uma categoria de compras, independentemente do número de contratos a ela associados.

> Frequência de contrato

Para cada categoria de compras deve ser registrada a frequência dos contratos, ou seja, o número de contratos associados a uma categoria durante um determinado período.



O processo de coleta desses dados dependerá da configuração organizacional da aquisição, seja ela centralizada, descentralizada, ou se segue uma abordagem gerenciada por categoria. Contar com a contratação eletrônica (“e-procurement”) facilita o processo; caso contrário, podem ser utilizadas pesquisas e questionários para coletar as informações necessárias.

Avalie o impacto social, ambiental e econômico de cada categoria

Um dos fatores-chave que você deve considerar ao priorizar as categorias de compras é o impacto que elas têm nos pilares ambiental, social e econômico da sustentabilidade.

> Impacto ambiental

Cada categoria pode ser classificada de acordo com seu impacto sobre diferentes fatores ambientais, como emissões de CO₂, poluição do ar, poluição da água, resíduos de aterros sanitários, substâncias perigosas, matérias-primas, consumo de energia, consumo de água e impacto sobre a biodiversidade.

Por exemplo, como visto na seção dedicada a setores específicos, o impacto ambiental do [setor de construção civil](#) está principalmente associado à emissão de CO₂ com impacto potencial sobre matérias-primas, poluição e biodiversidade. Por

outro lado, o [setor de TIC](#) está mais frequentemente associado a resíduos, substâncias perigosas e matérias-primas.

> **Impacto social**

Cada categoria pode ser classificada de acordo com o impacto que tem sobre questões como saúde comunitária, segurança ocupacional ou riscos trabalhistas na cadeia de abastecimento. Por exemplo, a preocupação principal em projetos de construção civil é a segurança ocupacional, enquanto a compra de produtos de Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC) está fortemente associada a riscos trabalhistas na cadeia de abastecimento.

> **Impacto econômico**

O impacto econômico de uma categoria dependerá em grande parte da oferta do mercado local. Para avaliar o impacto econômico de uma categoria específica, os dados contextuais relevantes coletados podem incluir o número de PMEs locais ou pessoas do local empregadas no setor.



Ao avaliar o impacto dessas categorias, deve-se pensar também sobre a relevância estratégica desses atores. Isso significa, por exemplo, que se um país ou organização tiver decidido promover net zero como [meta](#) de CPS Abertas, então as categorias de compras que levarão à redução das emissões de CO2 devem ser priorizadas. A adoção de CPS Abertas em categorias com maior relevância estratégica pode receber mais apoio das partes interessadas e resultar em um impacto maior.

Considere a simplicidade de implementação

Além de identificar quais categorias podem ter o maior impacto ao implementar CPS Abertas, você também deve considerar quais os recursos existentes que facilitarão a implementação.

Identifique padrões e rotulagem ecológica de sustentabilidade existentes

Os sistemas de certificação podem facilitar a implementação de CPS Abertas. Por exemplo, rótulos ecológicos confiáveis podem ser usados para identificar opções sustentáveis já disponíveis que podem ser adquiridos dentro das categorias de compras identificadas. *Você pode julgar a credibilidade do sistema através de sua adoção, governança, auditoria e seus mecanismos de supervisão.*

> Disponibilidade de padrões de sustentabilidade desenvolvidos

Comprar de forma mais sustentável implica saber quais padrões um produto, serviço ou trabalho deve obedecer para ser classificado como sustentável. Em posse dessas informações, você saberá [os requisitos estabelecidos](#) para comparar as propostas no decorrer do processo de compras. Os padrões de sustentabilidade existentes podem facilitar esse processo; use-os como referência para elaborar tais requisitos.

- *Rótulos ambientais (rótulos ecológicos) existentes.* Eles podem ajudar a identificar produtos ambientalmente preferíveis dentro de uma categoria específica de produtos. Por exemplo, em categorias de compras como TIC, existem rótulos ecológicos bem estabelecidos que facilitam a implementação de CPS Abertas ao comprar produtos dentro dessa categoria. Para obter mais informações sobre rótulos ecológicos e como eles podem ser usados para a implementação de CPS, consulte [este guia](#).
- *Critérios existentes desenvolvidos por outros países.* Por exemplo, muitos países na Europa priorizaram as categorias de compras incluídas na orientação sobre os critérios da Comissão Europeia para [Compras Públicas Verdes \(Green Public Procurement – GPP\)](#). Essas orientações fornecem informações sobre critérios específicos que você pode estabelecer como requisitos essenciais, ou critérios de adjudicação, ao adquirir, por exemplo, produtos e serviços de limpeza ambientalmente preferíveis. Essas informações facilitam a implementação para os profissionais de compras. No entanto, lembre-se de verificar seu [ambiente favorável](#) para orientação sobre como aplicar esses padrões para avaliar as propostas.

Requisitos de sustentabilidade de benchmark vs. capacidade atual do mercado

Uma variável importante ao priorizar as categorias de aquisição é avaliar a capacidade atual do mercado de cumprir os padrões de sustentabilidade. Para avaliar esse fator, podem ser coletados dados relacionados aos seguintes quesitos:

> Rótulos ecológicos disponíveis no mercado

Uma das variáveis que podem ser medidas para avaliar a capacidade do mercado é o número de empresas locais que vendem produtos credenciados por um rótulo ecológico existente. Essa informação ajudará a priorizar a adoção dos critérios associados ao rótulo ecológico para a compra pública dos produtos que ele abarca. Na existência de um rótulo ecológico nacional, os produtos abarcados por ele devem ser priorizados.

> Iniciativas sustentáveis existentes no mercado local

A existência de iniciativas de sustentabilidade no mercado local também deve ser capturada. Por exemplo, se o setor de alimentos local estabeleceu padrões relativos a produtos orgânicos, as categorias de compras de alimentos podem ser priorizadas, e os critérios adotados devem se alinhar aos esforços existentes no setor. Essa informação é importante para garantir que a adoção de práticas de CPS Abertas não exclua as empresas locais.



Há diferentes maneiras de coletar informações do mercado para avaliar sua capacidade de cumprir com os padrões de sustentabilidade existentes. Esses métodos são similares aos que serão implementados quando se engajar com o mercado durante processos de compras específicos. Para obter mais informações consulte [esta seção](#).

Avaliação de opções para melhorar políticas de sustentabilidade existentes

As políticas e regulamentações de sustentabilidade existentes devem ser aplicadas como uma variável para priorizar as áreas de compras, favorecendo aquelas onde já existe uma estrutura que permita a implementação de CPS. Elas deverão constar como parte do processo de análise do [ambiente favorável](#), e podem incluir, por exemplo, regulamentos relativos ao gerenciamento de resíduos tóxicos, ou à ratificação de algumas das principais Convenções da OIT.

Compartilhe e comunique os resultados do seu exercício de priorização

Como já foi explicado no início desta seção, após decidir concentrar as atividades de CPS Abertas em categorias de compras específicas, você deve comunicar abertamente os motivos que orientaram a decisão. Essa comunicação pode ser feita por meio de um [Plano de Ação](#) e deve ser referida nos contratos dentro das categorias de compras priorizadas.

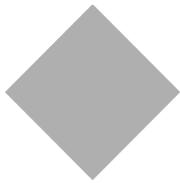


Um período para revisão das categorias de compras priorizadas deve ser estabelecido. Por exemplo, se o seu [Plano de Ação](#) deve ser revisto anualmente, esse seria um bom momento para avaliar o progresso obtido em relação a [metas e objetivos](#) em categorias selecionadas, e reconsiderar suas categorias prioritárias.



Recursos

- [Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente \(PNUMA\) – Instruções para a priorização de CPS.](#)
- [Grupo Banco Mundial. 2021. Compras Públicas Verdes: Visão geral de reformas ecológicas nos sistemas de aquisições no país.](#)



Estudo de caso

Após a aprovação de sua Estratégia Nacional de Crescimento Ecológico em 2012, o Vietnã [aplicou uma ferramenta de priorização](#) às compras públicas em 2015 para selecionar categorias de produtos onde concentrar os esforços de CPS, com a assistência do PNUMA.

Como primeira etapa do exercício de priorização, foi criada uma lista de categorias de compras preliminares. Essa lista incluía todos os produtos para os quais a [União Europeia \(UE\)](#) desenvolveu critérios de compras públicas verdes. Uma série de fatores foi levada em consideração para priorizar as categorias de compras, incluindo a disponibilidade do próprio rótulo ecológico do Vietnã: o [Rótulo Verde](#). Em seguida, foi definida uma metodologia de pontuação: produtos sem rótulo ecológico foram excluídos; aqueles que tinham um rótulo ecológico nacional foram

pontuados com 2 pontos; e aqueles com um rótulo ecológico internacional equivalente, 1 ponto.

Usando essa metodologia de pontuação, quatro produtos foram selecionados como categorias centrais para as iniciativas de CPS: papel de escritório, laptops, lâmpadas fluorescentes e lâmpadas LEDs.

2.3 Monitorar e Avaliar

Nesta seção, explicamos como estabelecer metas de sustentabilidade para sua organização, e como rastreá-las usando indicadores em um modelo de estrutura de Monitoramento e Avaliação (MeA). [Essa estrutura](#) inclui exemplos de indicadores de acompanhamento para facilitar a elaboração de relatórios e medir o progresso em relação às metas de sustentabilidade.



É importante perceber que nem tudo nesse modelo de estrutura será relevante para cada projeto de CPS Abertas. Portanto, você precisará decidir quais metas, resultados e indicadores são mais pertinentes para o seu contexto. Fornecemos um modelo editável da estrutura da amostra na seção de recursos.

O que são metas, resultados e indicadores?

O modelo de [estrutura de MeA](#) está organizado em torno de metas, resultados e indicadores. Ele pode ser utilizado para inspirar seu próprio desenvolvimento da estrutura de MeA, e deve ser adaptado de acordo com suas necessidades específicas.

> Metas

As metas são objetivos de sustentabilidade de alto nível que orientam a implementação de CPS Abertas. As metas devem refletir as prioridades nacionais, regionais, locais ou organizacionais. O presente kit de ferramentas inclui uma seleção de cinco exemplos de metas: **Redução das emissões de carbono**, **Promoção da inclusão de gênero**, **Estímulo ao desenvolvimento socioeconômico**, **Promoção da adoção de CPS** e **Promoção de técnicas de custeio do ciclo de vida**. Cada uma delas corresponde a um dos exemplos trabalhados apresentados na seção 3.



Uma das cinco metas que incluímos em nossos exemplos trabalhados na seção 3 é Redução das emissões de carbono. Como as compras públicas são responsáveis por 15% das emissões mundiais de CO₂, muitos governos estabeleceram atingir *net zero* em 2050; esta meta-chave pode ser uma maneira eficaz de monitorar o progresso nessa área.

> Resultados

Os resultados são as mudanças intermediárias esperadas em decorrência da implementação das práticas de CPS Abertas. Cada meta tem certos resultados associados, que juntos contribuem para a meta final de sustentabilidade.



Como você pode ver na amostra da [estrutura de MeA](#), quatro resultados foram alinhados às metas de Redução de emissões de carbono. Esses resultados são: Promoção de práticas de baixo carbono em contratos públicos, Redução do valor de carbono associado a contratos públicos, Promoção de fornecedores de baixo carbono e Redução de compras de produtos intensivos em carbono.

> Indicadores

Os indicadores são as métricas necessárias para medir o progresso em relação aos resultados. Cada indicador tem unidades de medida diferentes, como número de contratos, horas de treinamento, quantidades de produtos adquiridos ou valor dos contratos. Para cada indicador, você deve coletar dados para determinar os parâmetros atuais, definir uma meta a ser atingida dentro de um período específico e acompanhar seu progresso ao longo do caminho.



Se uma autoridade pública selecionar "Redução do valor de carbono associado a contratos públicos" como resultado, poderá medir seu progresso analisando as "Toneladas de CO2 associadas a contratos públicos". Para esse cálculo, multiplicará as estimativas de CO2 dos bens adquiridos pela quantidade de unidades adquiridas. Para receber mais orientação para medir o progresso, veja o exemplo completo apresentado na seção 3.

O [modelo da estrutura de MeA](#) fornece a orientação sobre as informações necessárias para medir cada indicador, um método proposto para medi-lo e as opções para registrar os dados necessários. A tabela abaixo ilustra um exemplo.

GOAL	OUTCOME	INDICATOR	INFORMATION NEEDS	CALCULATION METHOD	OPTIONS FOR RECORDING THE DATA YOU NEED
Reducing carbon emissions	Reducing carbon value associated with public contracts	Tonnes of Co2 associated to public contracts	<ul style="list-style-type: none"> - CO2 estimate of goods purchased - Amount of units purchased 	CO2 estimates X Amount of units	See Option 2: 'Predicting likely emissions' in Carbon reduction use case.

A estrutura apresentada na tabela acima pode ser usada dentro de sua organização para definir suas próprias metas, resultados e indicadores em suas áreas de compras prioritizadas. Para ver exemplos adicionais, consulte no link abaixo um modelo completo de estrutura de MeA que desenvolvemos.


[Modelo de estrutura de MeA](#)

Desenvolver metas, resultados e indicadores requer uma compreensão adequada do que se está tentando alcançar e como. Nosso modelo de estrutura de MeA ajuda a avaliar a forma de estabelecer e rastrear metas, resultados e indicadores práticos, específicos e mensuráveis.



Recursos

- [Open Contracting Partnership. 2021. Bandeiras Verdes: como dados abertos podem lançar luz sobre compras sustentáveis](#)
- Grupo Banco Mundial. 2021. Compras Públicas Verdes: visão geral de reformas ecológicas nos sistemas de aquisições no país (páginas 24-28).
- Governo da Irlanda. 2021. Propostas Ecológicas: Plano de Ação para Compras Públicas Verdes.
- Comissão Europeia. 2022. Critérios de Compras Públicas Verdes da UE.

Estudo de caso

Em 2005, o Ministério do Meio Ambiente da [República da Coreia](#) promulgou a “Lei de Promoção da Compra de Produtos Verdes” e, desde então, criou os “Planos de Ação para a Promoção da Compra de Produtos Verdes” com duração de cinco anos. Dois indicadores-chave são monitorados: o número de organizações públicas que apresentam um plano de compras públicas verdes e um relatório de desempenho, e a compra de produtos verdes (especificamente as unidades e os gastos com produtos com rótulo ecológico comprados e a proporção disso em relação às despesas totais). A compra de produtos verdes está vinculada aos

produtos certificados pelo [rótulo ecológico coreano](#) e é medida para monitorar o progresso em relação ao objetivo do plano de minimizar as emissões de CO2.

O Instituto de Indústria e Tecnologia Ambiental da Coreia (KEITI) foi designado autoridade responsável pela gestão do sistema de divulgação e monitoramento. Para isso, os dados são coletados de três plataformas diferentes: a plataforma centralizada de contratações eletrônicas KONEPS; a plataforma descentralizada de compras on-line *Green Market*; e a plataforma de monitoramento eletrônico *Green Products Information Platform (GPIP)*, criada para que as autoridades de aquisições possam carregar os dados necessários dos processos de contratações descentralizados. Para incentivar o desempenho, a Coreia fornece um bônus de desempenho anual à administração de municípios, órgãos públicos e entidades públicas locais com base no índice entre compras públicas verdes e gastos locais e na taxa de crescimento das compras públicas verdes.

2.4. Estabelecer mecanismos de apoio e de capacitação

Nesta etapa do planejamento de sua estratégia de implementação de CPS, você já deve ter avaliado o que pode fazer dentro de seu ambiente favorável de aquisição, decidido onde concentrar seus esforços e definido seus objetivos. Entretanto, como mencionamos na introdução, implementar CPS significa fazer compras de uma outra maneira. Como isso pode ser um desafio para os servidores de compras, as autoridades públicas devem considerar o que eles podem fazer para capacitar seu quadro de pessoal. Nesta seção, introduzimos alguns desses mecanismos e damos exemplos de como eles são utilizados em todo o mundo.

Engajar-se com as partes interessadas

Uma das principais maneiras pelas quais as autoridades públicas podem desenvolver capacidades de compras com relação às CPS é procurando as partes interessadas e engajando-se com elas.

Como destacamos no início deste guia, o setor público terá que realizar suas compras de maneiras fundamentalmente diferentes e explorar novas tecnologias e soluções para enfrentar a crise climática. O engajamento das partes interessadas, compartilhando informações e explorando soluções, será vital para essa mudança, uma vez que o governo sozinho nem sempre tem condições de discernir o que comprar e como comprar.

Essa será uma enorme mudança na maneira tradicional de tratar das compras públicas, normalmente submetida à burocracia administrativa e baseada no cumprimento, e talvez não seja agradável, mas são necessárias duas partes para atuar no mercado. Abrir seu processo de contratação e procurar uma ampla gama de partes interessadas para informar suas estratégias de compras melhorará a concorrência e aumentará suas chances de negociar com fornecedores que possuem as melhores soluções para suas necessidades. Você assim terá uma boa perspectiva do que funciona, ou não, no mercado.

O engajamento não é *sui generis*. Você deve planejar os momentos apropriados e melhores para engajar os atores cívicos e empresariais em todo o ciclo de planejamento, licitação, adjudicação e celebração de contratos públicos. A regra de ouro é: engajar-se cedo, engajar-se com frequência. Se você não considerar a inclusão e o engajamento logo no início, eles não vão acontecer.

A seguir, incluímos algumas das principais formas de levar isso a cabo. O segredo é repetir e manter o engajamento. Um ótimo exemplo disso é nosso estudo de caso no processo de renovação do [sistema de compartilhamento de bicicletas Ecobici da Cidade do México](#). Nele se percebe como ao repensar o processo e confiar no engajamento sustentado com fornecedores e comunidades, a cidade foi capaz de estender seu esquema de compartilhamento de bicicletas para as partes mais

pobres e carentes da cidade, produzindo resultados radicalmente melhores do que as propostas anteriores.

Além das propostas individuais, as compras públicas abertas e sustentáveis precisarão de mudanças voltadas para políticas inteligentes e orientadas por dados. Dentre elas, o estabelecimento de uma liderança sustentada e a adesão do mercado e das comunidades, portanto, mais uma vez, o engajamento e o feedback serão cruciais para impulsionar as mudanças e obter resultados. Alguns ótimos exemplos demonstram como as organizações da sociedade civil estão monitorando os resultados das compras públicas e acompanhando os resultados para os cidadãos da [Ucrânia](#), [Nigéria](#) e [Índia](#).

> **Oficinas de capacitação com profissionais de compras**

Organizar oficinas com profissionais de compras para informar, contribuir e compartilhar o [Plano de Ação](#) será essencial para moldá-lo e maximizar seus benefícios e sua adesão.

Da mesma forma, você deve planejar o engajamento contínuo com a comunidade de fornecedores para programar e explicar como as práticas de compras em categorias priorizadas mudarão e estimularão os investimentos no mercado. É essencial comunicar os benefícios do plano e aumentar a confiança na sua aplicação.

Sessões de treinamento de CPS podem ser organizadas ao longo do ano para capacitar e desenvolver a confiança na sua implementação entre os fornecedores. Essas oficinas também são uma boa oportunidade para compartilhar boas práticas entre os profissionais.

> **Oficinas de sustentabilidade com fornecedores**

As autoridades públicas devem colaborar com fornecedores e organizações específicas do setor para determinar [quais padrões de sustentabilidade devem ser recomendados para os processos de compras](#). Oficinas e eventos podem ser organizados para avaliar a capacidade do mercado e trabalhar com os

fornecedores para criar um roteiro voltado à melhoria contínua das práticas sustentáveis. Esses eventos podem ajudar as autoridades públicas a trabalhar com fornecedores locais, especialmente PMEs, para garantir que não sejam excluídos da integração dos requisitos de sustentabilidade nos processos de compras.

> Trabalhos contínuos com a sociedade civil, meio acadêmico e outras Organizações da Sociedade Civil (OSCs)

O envolvimento com as OSCs durante todo o ciclo de planejamento e implementação de suas ações pode ser fundamental para informar as boas práticas, apoiar a mudança e fomentar a vontade política e a liderança. Assim sendo, a implementação de CPS pode ser beneficiada de diferentes maneiras:

- Dependendo da área de ênfase, essas organizações podem dar orientação sobre as melhores metas a serem seguidas ou a melhor forma de planejar o processo de compras para, por exemplo, comprar verde, promover as PMEs ou a igualdade de gênero. Nesse sentido, as OSCs podem ajudar a planejar políticas de CPS, bem como a preparar e realizar oficinas de capacitação com profissionais.
- Além disso, essas organizações podem fornecer outros conhecimentos e análises sobre o assunto, ligando diferentes dados entre disciplinas para fornecer novas ideias. Na Índia, o laboratório de pesquisa CivicDataLab construiu um modelo de dados combinando três conjuntos de dados maiores para rastrear os investimentos feitos na assistência, resposta e preparação em caso de inundações e para avaliar até que ponto isso gera resistência climática ou atende às necessidades humanitárias mais urgentes. Os dados analisados incluíam dados de satélite e meteorológicos para avaliar a exposição de uma determinada área a inundações, dados socioeconômicos para entender o grau de vulnerabilidade da população residente em áreas de risco de inundação, e dados fiscais, como contratos anteriores, para ver como o governo tem respondido historicamente às inundações e onde intervenções urgentes são necessárias no futuro.

- É importante ressaltar que, assim como o planejamento das ações, as OSCs podem auxiliar no [monitoramento dos resultados das políticas ou atividades específicas do processo de compras](#). Essas organizações podem monitorar a transparência e o impacto, ou a implementação das CPS.
- Mais exemplos e recursos para o engajamento com as partes interessadas podem ser consultados no [site da Open Contracting Partnership](#).

Padronizar os critérios de sustentabilidade

O setor público adquire uma diversidade enorme de materiais, e a maioria dos profissionais de compras não tem o conhecimento ou os recursos necessários para saber quais padrões de sustentabilidade devem ser aplicados nos diferentes setores e categorias. Portanto, como mencionado na seção sobre [priorização de categorias de compras](#), uma das etapas iniciais da implantação de CPS Abertas é identificar padrões de sustentabilidade e [rótulos ecológicos](#) existentes e, depois, fornecer orientação sobre quais são os melhores padrões aplicados às diferentes categorias de compras e como eles deveriam ser [incluídos nos processos de compras](#).



Um bom exemplo dessa orientação é a [ferramenta Green Procurement Compilation \(GPC\)](#) da General Service Administration dos Estados Unidos, que oferece orientação sobre regulamentos, considerações ambientais e rótulos disponíveis para mais de 36 categorias de compras.

Criar e compartilhar registros e catálogos de sustentabilidade

Na seção de estrutura favorável, discutimos como a integração dos critérios de sustentabilidade nos [acordos-quadro](#) podem constituir um facilitador de CPS.

Outra maneira de criar uma lista pré-selecionada de fornecedores mais sustentáveis é utilizar catálogos e cadastros públicos e acessíveis.

Os fornecedores incluídos nesses documentos podem ser escolhidos de acordo com determinados padrões de sustentabilidade estabelecidos por rótulos e credenciamentos ambientais existentes, ou com os critérios padronizados desenvolvidos. O catálogo, ou cadastro, ajudaria a lidar com as preocupações legais dos profissionais de compras, pois seria entendido que a compra de produtos ou serviços do catálogo conta com o apoio do governo, apesar dos preços serem mais altos. É importante criar rotas claras e justas, especialmente para empresas menores, para integrarem o cadastro e terem atualizações regulares.

Para mais orientação sobre como usar dados de compras para criar cadastros de fornecedores de CPS, consulte a [Opção 9 na seção 3](#).



Um exemplo de um catálogo para compras ambientais é o [Carrinho Ecológico](#) da Tailândia, que é recomendado dentro da estrutura legal para comprar de maneira mais sustentável. No Paraguai, o [Registro Nacional de Agricultura Familiar \(ReNAF\)](#) serviu como uma forma de [facilitar e promover a aquisição de alimentos e serviços de fornecimento de refeições \(catering\)](#) deste grupo econômico. Outro exemplo vem do [acordo-quadro do Chile para bens e serviços em casos de emergências](#). Fornecedores escolhidos são pré-selecionados pela ChileCompra, a central de compras desse país, para adquirir seus produtos de maneira rápida e fácil quando ocorrem desastres.

Organize centrais de ajuda e de informações

Mudar os processos de compras públicas para permitir a introdução de considerações de sustentabilidade pode ser um desafio para os profissionais de compras. Além de tentar facilitar o processo padronizando critérios de sustentabilidade, ou criando cadastros e catálogos, deve ser criada uma central de ajuda para apoio prático ou assessoramento aos profissionais. Por exemplo, fornecer um serviço para examinar os documentos de propostas de CPS pode ajudar a resolver as preocupações dos profissionais de compras de que eles estão enquadrando corretamente os critérios de adjudicação.

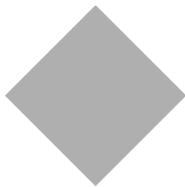


O acesso à central de ajuda, bem como ao restante dos mecanismos de suporte desenvolvidos para a implementação das CPS Abertas, pode ser viabilizado por meio de uma central de informações com todos os recursos disponíveis. Um exemplo disso é o [Centro de Competência em Compras Sustentáveis da Alemanha](#) (Kompetenzstelle für nachhaltige Beschaffung, [KBN](#)), que fornece informações sobre leis, regulamentos, diretrizes e exemplos de autoridades federais, estaduais e locais. O KBN também conta com uma central de ajuda, que presta serviço personalizado por telefone e e-mail.



Recursos

- [Administração de Serviços Gerais dos EUA. 2022. Ferramenta para Instalações Sustentáveis.](#)
- [Departamento de Controle da Poluição, Tailândia. 2020. Carrinho Ecológico.](#)
- [Ministério Federal do Interior \(BMI\), Alemanha. Centro de Competências em Compras Públicas Sustentáveis \(KBN\).](#)
- [IHOBE. 2022. Critérios Ambientais \(em espanhol\).](#)



Estudo de caso

Em 2005, o governo da Holanda estabeleceu a [PIANOO](#), uma rede de conhecimento para funcionários de compras públicas e autoridades de contratação. A PIANOO foi criada com o objetivo de profissionalizar as aquisições, buscando melhorar a eficiência e o cumprimento.

Agora, ela também inclui uma seção específica de Compras Públicas Sustentáveis (CPS), oferecendo materiais de aprendizagem, orientação e uma [ferramenta de critérios](#) para que as autoridades públicas identifiquem possíveis requisitos ambientais a serem incluídos nos processos de licitação. O centro de especialização também inclui informações sobre reuniões de intercâmbio de boas práticas entre os profissionais de compras.

2.5. Criar um plano de ação

Comunicando seus primeiros passos em um Plano de Ação de CPS

Ao longo desta [segunda parte do kit de ferramentas](#), passamos por algumas das principais iniciativas que podem ser adotadas na implementação das CPS Abertas. Mostramos como avaliar o ambiente favorável atual, como priorizar categorias de

compras, estabelecer metas específicas de CPS de forma eficaz para acompanhar o progresso, e o que você pode fazer para desenvolver capacidades e facilitar a implementação.

Em cada uma dessas seções, explicamos a importância de comunicar abertamente suas iniciativas de CPS escolhidas, os motivos embasando sua decisão, e como elas serão implementadas. Um Plano de Ação de CPS é a principal maneira de reunir tudo isso.

Ter um Plano de Ação de CPS permitirá comunicar aos profissionais de compras qual a estrutura atual para implementar as CPS, o que isto significa para eles, e que ações serão tomadas para adaptar ainda mais esta estrutura.



Nesta seção apresentamos exemplos de como você pode usar seu Plano de Ação de CPS para comunicar os passos que deu para avaliar e estabelecer uma estrutura bem sucedida para a implementação de CPS. Ele pode servir como referência para os profissionais de compras compreenderem o que está em conformidade e o que não está, bem como para assegurar a padronização, a responsabilidade e a continuidade, independentemente das mudanças na liderança institucional.

O que incluir em um Plano de Ação de CPS

Para orientação sobre como estruturar esse plano, consulte o Modelo de Plano de Ação criado pelo PNUMA, que você pode acessar aqui.



[Exemplo de um Plano de Ação de CPS](#)

Elementos-chave de CPS Abertas para incluir no Plano de Ação

Identificamos os principais passos que podem ser dados ao começar a trabalhar com CPS Abertas. A seguir, explicamos como isso pode ser comunicado no Plano

de Ação e fornecemos exemplos práticos com autoridades públicas em todo o mundo.

> Ambiente favorável

Em cada país, as compras públicas são reguladas por diferentes leis, regras e estruturas. Um dos principais passos ao começar a trabalhar com CPS Abertas é identificar essas estruturas e avaliar o escopo que elas deixam para a implementação das práticas de CPS. Explicamos como você pode fazer isso na seção Estabelecer um ambiente favorável.

Comunicar o resultado desse exercício em seu Plano de Ação é uma oportunidade de estabelecer confiança definindo claramente como as iniciativas sugeridas das CPS Abertas se encaixam nas regras atuais. Em particular, o Plano de Ação deve se concentrar na comunicação de:

- Leis, políticas e planos relevantes, e como eles podem ser interpretados para a implementação de CPS. Incluem a regulamentação atual de referência sobre os critérios de avaliação e quaisquer facilitadores de regulamentação de CPS existentes.
- Mudanças ou ajustes que serão introduzidos a fim de aumentar o escopo da implementação. Eles podem incluir, por exemplo, o estabelecimento de [contratos reservados, ou metas](#), para determinados tipos de empresas, como as PMEs; ou a definição de [limites de gastos com compras](#) para facilitar a implementação de CPS Abertas.

Estudo de caso

Em 2017, a Argentina desenvolveu seu [Plano Nacional de Compras Públicas Sustentáveis](#) (em espanhol), que incluem nas páginas 7 a 2 uma visão geral do contexto de facilitação internacional e nacional que o sustenta. O Plano introduz primeiramente o contexto internacional, destacando o compromisso da Argentina com as Metas de Desenvolvimento Sustentável da ONU e as

colaborações entre o governo argentino e o PNUMA com relação à implementação de CPS.

Em âmbito nacional, o Plano inclui os diferentes regulamentos, políticas e planos que foram criados dentro do contexto de CPS. Isso inclui o [Decreto aprovado em 2016](#) que permite ao Escritório Nacional de Contratações incluir critérios de sustentabilidade nos documentos de licitação e orientação sobre como o conceito “a oferta mais adequada” pode ser interpretado pelos profissionais de compras para permitir a implementação de CPS.

> **Categorias de compras priorizadas**

Na seção [Priorizar](#), explicamos como a priorização também pode ser útil para orientar o desenvolvimento dos critérios de sustentabilidade e promover a implementação padronizada e consistente de CPS Abertas. Após concluir esse exercício, você pode comunicar os resultados em seu Plano de Ação, incluindo as seguintes informações:

- Categorias de compras que foram priorizadas, bem como o compartilhamento de forma transparente dos motivos que levaram a essa decisão.
- Orientação quanto aos critérios de sustentabilidade que podem ser utilizados para cada uma das áreas priorizadas. Pode-se incluir orientação sobre quais regulamentos, rótulos ecológicos ou requisitos de sustentabilidade, como eficiência energética, devem fazer parte dos documentos de licitação. Inclua também detalhes sobre onde acessar essas informações, bem como quaisquer planos para desenvolver critérios padronizados no âmbito nacional, regional ou local.

Estudo de caso

Em 2021, a Irlanda publicou seu [Plano de Ação de Compras Públicas Verdes](#). O Plano de Ação prioriza oito categorias de aquisição de produtos/serviços, que incluem construção civil, energia, transporte, alimentação e serviços de fornecimento de refeições, produtos e serviços de limpeza, papel, uniformes e outros têxteis, e TIC. Nas páginas 21 a 57, o Plano inclui informações específicas para cada categoria. Dentre elas, informações sobre regulamentos e políticas específicos que devem ser considerados para comprar de forma mais sustentável em cada área, credenciamentos específicos disponíveis, exemplos de licitações ecológicas, e ações-chave propostas para a implementação de práticas de compras verdes.

> Monitorar e avaliar

Uma parte essencial de todos os planos de ação de CPS Abertas são as metas, os resultados e os indicadores que foram estabelecidos, e o sistema que será implementado para medir o progresso em relação a eles.

No Plano de Ação, você deve incluir informações sobre as metas que são seguidas ao implementar as CPS Abertas, como a redução das emissões de CO2 ou a promoção da igualdade de gênero; os resultados e indicadores selecionados para medir o progresso em relação a essas missões; e informações sobre como eles serão medidos, incluindo a frequência e as responsabilidades atribuídas.

Para mais orientações, consulte a seção Monitorar e avaliar.

> Plano de desenvolvimento da capacidade

Na seção [Desenvolver suporte e capacidades](#), apresentamos alguns mecanismos operacionais que podem ser estabelecidos para facilitar e habilitar a implementação. Eles podem incluir, por exemplo, a criação de catálogos específicos de fornecedores sustentáveis e atividades destinadas a desenvolver capacidades entre profissionais de compras públicas e fornecedores locais.



O Plano de Ação deve incluir quais mecanismos já foram estabelecidos e definir um plano com atividades que serão realizadas para desenvolvê-los ainda mais.

Estudo de caso

Em 2021, a Cidade do Cabo, na África do Sul, publicou seu [Plano de Ação de Compras Verdes](#). O Plano apresenta sete objetivos operacionais, dentre eles “Garantir que a cidade tenha políticas apropriadas para apoiar as compras verdes, incluindo as ferramentas administrativas associadas”, e “Monitorar e avaliar o desempenho da Cidade em termos de compras verdes”.

Cada objetivo está associado a certos resultados e atividades que, em sua maioria, se referem à criação de mecanismos de apoio. Estes incluem, por exemplo, “Desenvolver diretrizes e especificações para bens priorizados” ou “Desenvolver uma variedade de produtos de comunicação e treinamento e intervenções destinados ao pessoal da Administração Municipal”. A cada atividade foi dada um prazo de conclusão, que varia de 1 a 2 anos, 3 a 5 anos, e 6 a 10 anos.

Além de apresentar as iniciativas de CPS escolhidas, é importante comunicar claramente quem será responsável pelas iniciativas de CPS estabelecidas, bem como o orçamento que será alocado para sua realização:

> **Estrutura e responsabilidades de governança**

A implementação de CPS Abertas é normalmente realizada por diferentes órgãos institucionais, em nível nacional, o que muitas vezes inclui o Ministério do Meio Ambiente e quaisquer autoridades nacionais relevantes de compras públicas. O Plano de Ação deve atribuir claramente responsabilidades e responsabilizações entre as agências governamentais (e quaisquer outras partes interessadas relevantes).

Estudo de caso

Em 2016, o Equador publicou seu primeiro [Plano de Ação de Compras Sustentáveis](#) (em espanhol). O Plano inclui nas páginas 20 a 22 informações sobre a estrutura de governança que foi posta em prática para atribuir responsabilidades em relação às CPS. A principal autoridade pública é a Agência Nacional de Compras Públicas (SERCOP), com o apoio do Ministério do Meio Ambiente. Esses dois órgãos também receberão apoio de um grupo de trabalho que inclui outros ministérios, como o Ministério de Inclusão Econômica e Social (MIES) e o Ministério da Agricultura (MAGAP).

Na página 28, é apresentado um cronograma com as atividades que serão realizadas durante o primeiro ano do plano, atribuindo responsabilidades às diferentes autoridades públicas.

> **Orçamento alocado**

Muitas das atividades associadas à implementação de práticas de CPS Abertas precisarão de financiamento do setor público. O Plano de Ação deverá compartilhar abertamente os custos financeiros estimados associados à implementação das atividades que serão realizadas, a fim de desenvolver os mecanismos de apoio e capacitação necessários, bem como para monitorar e comunicar os resultados.

Estudo de caso

Em 2021, o País Basco na Espanha publicou o [Programa de Compras e Contratações Verdes do País Basco](#). Esse programa segue os Planos de Ação

anteriores publicados em 2011 e 2016, desta vez estabelecendo um roteiro para 2030. O Plano apresenta 10 linhas de ação, que serão realizadas entre 2021 e 2030. A página 36 apresenta uma visão clara do orçamento alocado a cada linha de ação, que resulta em um total de € 1.590.000 ao longo dos dez anos.

Considere como seu Plano de Ação deve evoluir

Planos de Ação costumam ser publicados em intervalos de 3 a 5 anos, embora possam ser revisados e atualizados anualmente, se necessário, para medir o progresso em relação aos objetivos e metas. Ao planejar seu primeiro Plano de Ação de CPS Abertas, é importante também considerar o escopo e a finalidade atual das práticas de CPS Abertas e como elas evoluem. Os aspectos extraídos da página 87 do [Manual de Compras Públicas Verdes do Banco Mundial](#) podem ser úteis ao considerar o escopo e a finalidade do seu Plano de Ação de CPS Abertas.

> Escopo institucional

Muitos países começam trabalhando na implementação das CPS Abertas em instituições específicas, tais como governos centrais selecionados, e gradualmente expandem o escopo para incluir todos os governos centrais, agências autônomas e autoridades locais.

> Categorias de compras

Embora os países comecem selecionando categorias de compras específicas para se concentrar nas iniciativas de CPS, que geralmente são menos complicadas e podem ter o maior impacto, elas podem ser ampliadas para incluir as mais complexas. Para obter mais informações sobre o processo de priorização, consulte [esta seção](#).

> Critérios ambientais

Os critérios ambientais recomendados para inclusão em processos de compras públicas também podem evoluir em escopo e complexidade. Muitos países

começam recomendando o uso de rótulos ambientais e depois incluem outros cálculos, como emissões de gases de efeito estufa (GEE), ou Custo do Ciclo de Vida (CCV). Isso dependerá principalmente dos recursos disponíveis e da capacidade do mercado. Para obter mais informações sobre os critérios de sustentabilidade padronizados, consulte [esta seção](#).



Lembre-se de que o objetivo final é que as práticas de compras sustentáveis sejam integradas às compras públicas. Isso significa que, no fim, não será necessário um Plano de Ação de CPS porque a sustentabilidade será automaticamente integrada à qualquer plano relativo a compras públicas.

Recursos

- [Grupo Banco Mundial. 2021. Compras Públicas Verdes: Visão geral de reformas verdes nos sistemas de compras no país.](#)
- [PNUMA. 2021. Compras Públicas Sustentáveis: como “acordar o gigante adormecido”: apresentação da iniciativa do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente.](#)
- [PNUMA. Termos de referência para o especialista em Política e Plano de Ação de CPS.](#)

Exemplo de um Plano de Ação de CPS

O seguinte exemplo pode servir de base para desenvolver seu Índice de Plano de Ação de CPS. Quando relevante, incluímos a área equivalente das CPS Abertas.

O exemplo apresentado foi adaptado de: PNUMA 2021, Compras Públicas Sustentáveis: como acordar o gigante adormecido! Apresentação da iniciativa do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (página 94).

Contexto

- 1.1 História de CPS no país
- 1.2 Contribuição para objetivos de desenvolvimento sustentáveis
- 1.3 Leis e regulamentos relevantes para CPS

Mecanismos institucionais (Estrutura e responsabilidades de governança)

- 2.1 Como as responsabilidades das CPS são divididas entre os ministérios e outras partes interessadas

Ações para enfrentar barreiras legais às CPS (estrutura favorável)

- 3.1 Mudanças ou ajustes na legislação atual para favorecer as CPS
- 3.2 Ações para articular leis e regulamentos existentes para favorecer a implementação de CPS

Identificação de grupos de produtos e serviços prioritários e definição de critérios (categorias de compras prioritárias)

- 4.1 Resumo de como e por que esses grupos de produtos ou serviços podem ser selecionados
- 4.2 Processo de priorização e seleção de produtos e serviços para CPS
- 4.3 Processo de engajamento com o mercado
- 4.4 Preparação dos critérios de CPS

Desenvolvimento e adaptações de novas ferramentas de compras sustentáveis

- 5.1 Diretrizes para compras sustentáveis de produtos prioritários
- 5.2 Documentos atualizados das licitações
- 5.3 Módulos de treinamento

Integração dos requisitos de sustentabilidade no ciclo de compras

- 6.1 Análise dos processos que facilitam a implementação de CPS, incluindo o planejamento de compras
- 6.2 Ações para garantir a integração dos requisitos de sustentabilidade em todos os estágios do ciclo de compras
- 6.3 Instituições que implementarão as propostas-piloto

Estratégia de capacitação (plano de capacitação)

- 7.1 Necessidades de capacitação
- 7.2 Estratégia de capacitação

Estratégia de comunicação

- 8.1 Responsabilidades da comunicação
- 8.2 Partes interessadas a serem contatadas
- 8.3 Estratégia de comunicação

Monitoramento e controle (metas, resultados e indicadores – MeA)

9.1. Necessidade de monitoramento e controle

9.2 Como quantificar e determinar o impacto por meio de indicadores

Orçamento estimado a ser alocado (orçamento atribuído)

10.1 Captação de recursos e outras estratégias para garantir o financiamento anual de CPS

3. IMPLEMENTAÇÃO

Nesta segunda seção, fornecemos as informações necessárias para incluir a sustentabilidade em um processo de compras específico. Como mostrado no diagrama abaixo, cada uma das seis subseções responde a uma pergunta crucial que pode surgir quando a sustentabilidade é considerada durante todo o ciclo de vida de uma compra.

3.1 Coletar informações para avaliar as necessidades reais

Ao decidir implementar CPS, é importante não apenas considerar como selecionar a opção mais sustentável, mas também garantir que haja uma necessidade real dos bens, serviços ou obras que se pretendem adquirir. Às vezes, a opção mais sustentável é não comprar nada. Para evitar comprar desnecessariamente e que a aquisição seja a correta, é essencial fazer uma avaliação das necessidades antes de lançar uma licitação.



Nesta seção, apresentamos algumas das principais informações que devem ser coletadas para identificar com sucesso as necessidades reais e garantir um processo de compras mais aberto e sustentável.

Identifique as necessidades dos usuários

Para que a avaliação das necessidades seja bem-sucedida, é importante ter uma compreensão clara de quem são os usuários e reunir as informações necessárias para identificar suas necessidades. Pense em como planejar a compra com eles, não apenas para eles.

> Etapa 1: Identifique os usuários finais

A primeira etapa consiste em identificar os usuários relevantes, que podem variar dependendo do objeto do contrato. Eles podem ser servidores e funcionários ou usuários de serviços públicos. Por exemplo, ao considerar serviços de fornecimento de refeições hospitalares, uma descrição mais precisa das necessidades dos usuários pode ser obtida contatando pacientes e funcionários dessa instituição.

Estudo de caso

A central de compras da Itália, a [CONSIP](#), utilizou essa iniciativa centrada no usuário de forma eficaz no setor de saúde, trabalhando diretamente com o pessoal médico para adaptar documentos de licitação para todo o país.

A CONSIP concorda com as especificações das licitações realizadas em consultas com grupos de médicos e associações científicas, embora as licitações sejam redigidas frequentemente pelos próprios profissionais de saúde. Com isso, prioriza-se a qualidade do produto, cujo uso é vital na área médica. Os dispositivos que atendem aos requisitos e especificações financeiras do contrato são testados por médicos e enfermeiros nos hospitais, que então adjudicam o contrato final com base no desempenho do produto.

O sistema tem sido amplamente elogiado por profissionais médicos e fornecedores, levando à sua implementação em nível regional e nacional.

Etapa 2: Realize pesquisas de usuários

Depois de identificar os usuários, diferentes métodos podem ser utilizados para reunir os dados necessários. Esses dados podem incluir:

- Distribuição de questionários.
- Criação de uma pesquisa on-line.
- Observação e análise para compreender como os serviços atuais são utilizados.
- Realização de entrevistas ou organização de grupos de discussão com diferentes usuários.

Dependendo do vulto do contrato a ser considerado, a pesquisa também pode ser encomendada a um terceiro.

> **Etapa 3: Reúna resultados**

Alguns dos resultados da pesquisa de usuários incluirão:

- Perfis de diferentes tipos de usuários.
- Informações sobre as necessidades dos diferentes tipos de usuários.
- Experiência e problemas encontrados ao utilizar os serviços atualmente disponíveis.
- Projeção de como essas necessidades podem crescer e evoluir.

Esses dados informarão:

- O tipo de recursos necessários ou o resultado esperado desses recursos (ou seja, um radiador de 300 W, em vez de um escritório aquecido entre 20 e 22 graus).
- A quantidade de recursos necessários ou a frequência na qual determinados serviços são necessários.

Quaisquer requisitos técnicos que devem ser incluídos no contrato em relação às necessidades do usuário. Por exemplo, ao considerar a compra de um novo escritório de TI, o processo deve informar quaisquer requisitos de acessibilidade necessários para os usuários.

> Etapa 4: Compartilhe o processo e as conclusões

Compartilhar o processo de avaliação das necessidades é uma parte essencial das CPS Abertas. As autoridades públicas devem compartilhar abertamente como a pesquisa de usuários fundamentou as decisões relativas a novos contratos. Ser transparente sobre este processo ajudará a ganhar a confiança das partes interessadas e a minimizar os riscos de corrupção.

Considere outras opções de compras

Depois de identificar as necessidades dos usuários, é importante avaliar diferentes opções de compras a fim de encontrar uma que atenda às necessidades da maneira mais sustentável possível.

> Reutilização, reparo ou atualização de recursos existentes

As autoridades públicas devem avaliar se, em vez de comprar novos produtos, os recursos atuais podem ser reutilizados para atender às necessidades identificadas. Outra opção pode ser emitir uma licitação para reparar e atualizar os recursos atuais, promovendo a reciclagem e minimizando o desperdício. Uma maneira de identificar os recursos disponíveis para reutilização, reparo ou atualização, pode ser através de um canal on-line para troca de produtos e serviços entre autoridades.

> Locação em vez de compra

Em vez de comprar novos produtos, às vezes a locação pode ser uma boa alternativa. A locação de novos produtos possibilita a reutilização de produtos existentes e minimiza o desperdício, promovendo a reciclagem de recursos.

> Compras conjuntas

As compras conjuntas permitem a criação de uma demanda mais forte por produtos e serviços ecológicos, podendo, assim, estimular o mercado de fornecedores a investir em alternativas sustentáveis. Ao agregarem suas necessidades em compras conjuntas, as autoridades públicas essencialmente

oferecem aos fornecedores a oportunidade de ganhar mais de um contrato através de uma única apresentação de propostas. Reduzir ao mínimo os recursos necessários para ter acesso a essa receita pode estimular mais fornecedores a investirem em alternativas sustentáveis. Para obter mais informações sobre compras conjuntas, consulte [esta seção](#).

> **Compras baseadas em resultados**

Enquadrar as necessidades dos usuários em termos de resultados pode servir de estímulo para sugestões inovadoras sustentáveis por parte dos fornecedores (isto é, solicitar que um escritório seja aquecido entre 20 e 22 graus, em vez de solicitar a compra de um aquecedor de 300 W). Para obter mais informações sobre compras baseadas em resultados, consulte o documento do [Laboratório de Desempenho da Harvard Kennedy School](#) e [nesta seção](#).

Formule uma declaração de necessidades

Depois de identificadas, as necessidades deverão ser documentadas em uma declaração. A declaração deve incluir as informações das necessidades identificadas e as alternativas de compras que foram consideradas.



Para exemplificar uma declaração de necessidades, na página 2 do [Módulo 4](#) da Comissão Europeia, consta o seguinte:

“O Departamento identificou a necessidade de seis telas inteligentes para as 12 salas de reuniões. As telas facilitarão a realização de conferências por internet e reduzirão a necessidade de impressão de documentos.

Com base na consulta aos usuários sabe-se que podem ser realizadas simultaneamente até seis reuniões que exigem o uso de telas.

Os projetores existentes consomem muita energia e muitas vezes quebram.

O Departamento considerará propostas de locação das telas mediante um contrato de serviço”.

A declaração de necessidades deve ser abertamente compartilhada com as partes interessadas relevantes e utilizada para informar as [atividades de engajamento com o mercado](#). É importante identificar se a avaliação das necessidades se enquadra em uma das [categorias de compras priorizadas](#) e se há [objetivos e metas](#) relevantes estabelecidos que devem ser considerados durante o processo de compras.

Recursos

- [Comissão Europeia. 2019. Kit de Ferramentas de Treinamento de Compras Públicas Verdes.](#)

Estudo de caso

A *Public Health Wales* (PHW) é a agência nacional de saúde pública do País de Gales. Em 2016, eles decidiram mudar nove escritórios satélites menores para um novo e amplo escritório de 4.700 m² no centro de Cardiff. Para isso, a PHW lançou uma licitação para o design do espaço de escritórios e fornecimento de mobiliário.

A PHW decidiu incluir uma série de requisitos de sustentabilidade como parte da licitação e incluiu um inventário de todo o mobiliário de propriedade da organização. A proposta vencedora veio de um consórcio de um serviço de design de escritórios sustentáveis e de uma empresa de interesse comunitário.

No final, dos 2.563 itens do novo escritório, 45% foram reutilizados, 49% foram remanufaturados e apenas 6% dos itens foram comprados de novo estoque.

No total, estima-se que ao reutilizar os recursos disponíveis, 41 toneladas de resíduos foram desviadas do aterro sanitário, e o projeto deixou de emitir cerca de 134 toneladas de CO₂.

3.2 Selecionar a iniciativa de compras certa

O projeto de um processo de compras públicas pode limitar ou facilitar a aplicação das práticas de CPS Abertas. Nesta seção incluímos iniciativas de compras que podem ser úteis para aplicar as práticas de CPS Abertas. As agências de compras devem comunicar abertamente, para cada processo de compras, quais dessas iniciativas serão tomadas e como são respaldadas pela estrutura favorável de CPS Abertas.



Uma iniciativa que pode ser muito útil no início da implementação de práticas sustentáveis em compras públicas é dividir os projetos em fase-piloto e em escala. Essa divisão pode ser especialmente útil para testar suposições arriscadas e incertas. Durante a fase-piloto, os dados devem ser claramente captados e utilizados na fase de escalonamento.

Compras baseadas em resultados

Outra maneira de começar a implementar as CPS é utilizar compras baseadas em resultados. Aplicar uma ação de compras baseadas em resultados consiste em enquadrar as necessidades de compras visando o resultado a ser obtido, ao invés de como alcançar esse resultado, permitindo ao mercado fornecedor oferecer soluções diferentes.

> Benefícios do uso de compras baseadas em resultados

Optar por iniciativas de compras baseadas em resultados pode trazer dois benefícios importantes:

- Focar nas necessidades reais. Ao enquadrar as necessidades visando resultados (por exemplo, um sistema de entretenimento para o paciente em uma instituição de saúde), em vez de necessidades específicas (por exemplo, unidades de televisão), as autoridades públicas abrem opções para optar por

diferentes maneiras de atender às necessidades identificadas. Algumas das soluções propostas pelos fornecedores poderiam responder melhor às necessidades identificadas do que as opções específicas que poderiam ser contempladas.

- Promover a inovação. O enquadramento das necessidades visando resultados estimula o mercado de fornecedores a desenvolver e encontrar soluções diferentes.

> Como fazer?

Para aplicar uma iniciativa de compras baseada em resultados, é preciso:

- Enquadrar as necessidades visando resultados (consulte a seção sobre avaliação de necessidades para obter mais informações sobre o assunto).
- Tendo em mãos uma declaração clara das necessidades do usuário, a licitação poderá ser processada de várias maneiras. Para compras baseadas em resultados, pode ser útil implementar processos de licitação em duas etapas (ver seção abaixo).

Finalmente, metas de resultados de sustentabilidade podem ser estabelecidas durante toda a duração do contrato (veja mais informações sobre cláusulas de melhoria).

> Quando pode ser mais útil?

As ações de compras baseadas em resultados podem ser mais úteis quando:

- Não se tem certeza das opções sustentáveis disponíveis no mercado.
- São várias as maneiras de concretizar a visão que se tem do contrato.
- Há poucos padrões bem estabelecidos de sustentabilidade no setor para o produto que se pretende comprar ou o serviço ou obras que se quer contratar.
- As pessoas hesitam em tentar algo novo, mas se mostram abertas a fazer um teste antes de se comprometerem totalmente.

Para mais orientações e exemplos de como adaptar as iniciativas de compras para alcançar resultados de sustentabilidade, recomendamos consultar as orientações do [Laboratório de Desempenho Governamental da Harvard Kennedy School sobre “Contratações Baseadas em Resultados” \(em inglês\)](#). Para um estudo de caso sobre como elaborar um projeto de um processo de compras baseado na obtenção dos resultados desejados, consulte o exemplo dos Contratos de Manutenção Predial de Wichita desenvolvido no final desta seção.

Processos de licitações em duas etapas

Utilizar procedimentos de compras em duas etapas envolve o estabelecimento de um diálogo contínuo e a divulgação aberta de informações entre fornecedores e profissionais de compras.

> Benefícios dos processos de licitações em duas etapas

Os benefícios de utilizar processos de licitações em duas etapas ao implementar as CPS Abertas são muitos. Por exemplo:

- Permite que a autoridade de compras se comprometa com os fornecedores antes de redigir as especificações finais. Com essa medida, garante-se que os requisitos de sustentabilidade respondam melhor aos recursos existentes no mercado.
- Incentiva a colaboração entre fornecedor e autoridade de compras, mas também facilita a integração dos membros da cadeia de abastecimento logo no início do processo.
- Incentiva a sugestão de soluções inovadoras por parte dos fornecedores.
- Aumenta a probabilidade de encontrar a melhor solução para as necessidades identificadas.
- Permite às PMEs um ponto de entrada para trabalhar com a Administração Pública.

> Como fazer?

- Etapa 1 — Publicação de um anúncio do contrato e definição dos critérios de avaliação para a fase de questionário de pré-qualificação.
- Etapa 2 — Seleção da primeira rodada de fornecedores com base em um questionário de pré-qualificação com perguntas específicas.
- Etapa 3 — Estabelecimento de diálogo com os fornecedores e inclusão de mais partes interessadas da cadeia de abastecimento.
- Etapa 4 — Elaboração das especificações das propostas com base no diálogo com os fornecedores para selecionar as soluções finais.
- Etapa 5 — Apresentação das propostas finais pelos candidatos.
- Etapa 6 — Avaliação das propostas apresentadas e adjudicação do contrato ao fornecedor selecionado.

? *O questionário de pré-qualificação é uma lista de perguntas elaborada para avaliar a adequação de um fornecedor para atender aos requisitos de um contrato.*

> Quando podem ser mais úteis?

Os processos de licitação em duas etapas podem ser especialmente úteis em projetos complexos, como em licitações de obras. E também quando não existem padrões bem estabelecidos de sustentabilidade do setor para um serviço, produto ou trabalho específico.

Compras conjuntas

Uma das iniciativas de compras que podem ser adotadas na implementação de CPS é a compra conjunta. Ela se refere à colaboração entre várias autoridades públicas em uma aquisição específica. Essa colaboração pode abranger a realização conjunta de testes de mercado em estágio inicial e o engajamento no início de uma compra, ou a realização conjunta de uma licitação ou contratação com um fornecedor, durante a execução de uma compra.

> Benefícios do uso das compras conjuntas

Optar por compras conjuntas na implementação de CPS Abertas traz vários benefícios. Por exemplo:

- Aproveitamento coletivo do poder de compra para obter economias de escala.
- Redução de compras repetidas, aumentando a eficiência do uso dos recursos públicos.
- Padronização e alinhamento das práticas de sustentabilidade.
- Aumento do número de fornecedores interessados, visto que as compras conjuntas permitem fazer negócios com mais de uma autoridade mediante uma única proposta de licitação.

> Como fazer?

- Etapa 1 — Compartilhe suas necessidades de compras ou roteiros com outras autoridades de compras. Comunique seu *pipeline* de compras e estabeleça um canal de comunicação claro entre as autoridades públicas.
- Etapa 2 — Defina a governança e liderança do grupo. Decida se devem trabalhar em conjunto como uma parceria ou dar a uma autoridade o papel de liderança.
- Etapa 3 — Chegue a um acordo sobre especificações e ações de contratação similares.
- Etapa 4 — Engaje-se com o mercado.
- Etapa 5 — Cogite o uso de contratos individuais (colaborar para compartilhar as melhores práticas ao avaliar fornecedores) ou estabeleça um contrato conjunto (processo de licitação conjunto, incluindo a avaliação de fornecedores).

> Quando podem ser mais úteis?

- As compras conjuntas podem ser mais úteis quando se implementam as compras sustentáveis pela primeira vez, aproveitando a experiência de mais de uma autoridade de compras para desenvolver práticas consistentes e padronizadas (mesmo que decidam publicar contratos individuais).
- As compras conjuntas também podem ser úteis quando as necessidades de compras são as mesmas, possibilitando economizar recursos. Isso pode ser especialmente útil para autoridades menores com menos recursos ou em contratos de menor vulto.



Em todo este kit de ferramentas, fornecemos orientação sobre o uso de [estruturas](#), [catálogos](#) e cadastros para implementar as CPS. Ao selecionar sua iniciativa de compras, pense na disponibilidade desses mecanismos (por exemplo, catálogos de fornecedores que atendem a certos padrões ambientais) que podem facilitar a seleção de fornecedores mais sustentáveis.



Para obter mais orientação sobre iniciativas de compras úteis quando da implementação de CPS Abertas em categorias de compras específicas, consulte as seções sobre [Construção civil](#) e [TIC](#).

Estudo de caso

Em 2015, Wichita, a maior cidade do estado americano do Kansas, [tinha como objetivo melhorar a qualidade dos parques da cidade e, ao mesmo tempo, reduzir custos](#). Na época, os valores das ofertas de manutenção dos parques aumentaram em 30% em relação ao ano anterior, os empreiteiros não estavam atendendo aos padrões de qualidade e os funcionários do município estavam

recebendo reclamações sobre a altura da grama nos parques de diversão e campos de jogos.

Com a ajuda do Laboratório de Desempenho do Governo de Harvard, a Prefeitura criou uma ferramenta de coleta de dados que os inspetores poderiam usar no campo para rastrear o desempenho em indicadores-chave (incluindo altura da grama, prevalência de ervas daninhas e danos à propriedade). Eles então optaram por uma compra competitiva na qual, pela primeira vez, a Prefeitura considerou fatores como desempenho anterior e capacidade de relatar métricas essenciais como parte da seleção do fornecedor. Além disso, o Departamento de Compras dividiu grandes áreas de terreno em parcelas menores e contactou fornecedores que não tinham apresentado propostas anteriormente para os contratos da Prefeitura. Os novos contratos substituíram os danos punitivos por baixo desempenho por um bônus de 5% para incentivar desempenhos fortes. Os fornecedores apresentaram faturas com fotos do trabalho concluído. Essa ação eliminou a necessidade do pessoal da Prefeitura realizar inspeções *in loco*.

Com essa iniciativa, a Prefeitura impulsionou a concorrência geral (o número de fornecedores que apresentaram respostas aumentou em 38%) sem aumentar os custos. Mais importante ainda, as reclamações ao administrador municipal sobre a manutenção dos terrenos caíram substancialmente.

3.3 Engajar-se com o mercado de fornecedores

O engajamento com o mercado de fornecedores é importante para todos os processos de compras. No entanto, é especialmente relevante no contexto de CPS. As práticas de engajamento podem ser simples, como a comunicação da intenção de lançar uma licitação através de um edital, ou mais complexas, como a organização de oficinas e eventos para fornecedores.



Nesta seção, fornecemos informações sobre a importância do engajamento com o mercado e orientações sobre as diferentes maneiras de realizá-lo durante as diferentes etapas do processo de CPS Abertas.

Por que engajar-se com o mercado?

As práticas de engajamento com o mercado no contexto da implementação do CPS Abertas são normalmente realizadas com o objetivo de:

- **Avaliar a capacidade do mercado**

Ao decidir quais categorias de compras devem ser priorizadas, ou considerar quais critérios de sustentabilidade devem ser introduzidos nos contratos de compras públicas, é essencial avaliar a capacidade do mercado. Uma avaliação eficiente da capacidade do mercado garantirá que as CPS Abertas consolidem o trabalho de sustentabilidade que está sendo realizado pelos fornecedores locais. Tal avaliação também é utilizada como ferramenta para promover inovação e construir progressivamente a capacidade do mercado.

- **Maximizar as propostas dos fornecedores para oportunidades de contrato**

As atividades de engajamento com o mercado servirão para promover oportunidades de licitação, aumentando potencialmente o número de licitantes em contratos públicos. Poder escolher entre diferentes fornecedores, incluindo aqueles que talvez não tenham cogitado as compras públicas anteriormente, aumenta as chances de encontrar a melhor solução para as necessidades identificadas.

- **Promover confiança e transparência**

O engajamento com o mercado possibilita às autoridades compartilharem com transparência seus planos de compras com os fornecedores, seus objetivos de sustentabilidade e as motivações por trás desses objetivos, promovendo a confiança entre as partes interessadas.

- **Obter feedback do mercado sobre sua iniciativa**

Às vezes, as decisões relativas à estrutura de determinados processos de compras ou à inclusão de critérios de sustentabilidade específicos podem dificultar a participação de alguns fornecedores ou contradizer práticas de mercado existentes. A obtenção de feedback dos fornecedores pode ajudar a corrigir esses pontos, garantindo que os processos de compras sejam planejados de forma a maximizar as probabilidades de selecionar a melhor solução disponível.

Um grande exemplo de como as práticas de engajamento com o mercado podem ajudar a moldar a iniciativa de compras e produzir maior valor é o [sistema de compartilhamento de bicicletas Ecobici da Cidade do México](#). Para obter mais informações sobre como o engajamento aberto com o mercado pode ajudar a impulsionar as CPS, consulte [este relatório](#) publicado pelo The Chicago Council on Global Affairs.

Como engajar-se mais eficazmente com o mercado?

As práticas de engajamento com o mercado podem variar dependendo das diferentes etapas do processo de CPS Abertas:

> Engajamento durante a preparação do Plano de Ação de CPS

As atividades de engajamento com o mercado podem ser aplicadas ao longo das diferentes etapas do projeto de seu primeiro Plano de Ação de CPS Abertas. Por exemplo, o engajamento com o mercado é essencial para [priorizar categorias de compras](#) e para definir [os critérios de sustentabilidade padronizados](#). Os métodos que podem ser usados para engajar-se com o mercado durante este processo podem incluir:

- Oficinas com fornecedores para apresentar metas de sustentabilidade e reunir os dados necessários para avaliar a capacidade do mercado.

- Consultas on-line para que os fornecedores enviem feedback sobre decisões estratégicas relativas a CPS Abertas, tais como a priorização das categorias de compras.
- Eventos do setor para obter uma melhor compreensão da oferta atual de sustentabilidade em diferentes setores e reunir informações sobre diferentes opções de abastecimento.
- Pesquisas e questionários on-line ou em eventos e oficinas organizados para avaliar a capacidade do mercado ou obter feedback sobre as iniciativas de CPS.
- Engajamento com grupos prioritários de CPS Abertas, como PMEs, empresas de propriedade de mulheres ou de minorias, para compreender as barreiras que elas podem enfrentar ao acessar oportunidades de compras públicas. Para compreender tais barreiras, também pode ser útil o engajamento com a sociedade civil e organizações sem fins lucrativos. As informações coletadas podem servir para projetar iniciativas de CPS mais acessíveis.
- A comunicação de seu *pipeline* de projetos permitirá que diferentes fornecedores compreendam melhor suas necessidades de longo prazo e os requisitos potenciais de sustentabilidade. Assim, eles podem se preparar melhor para responder às oportunidades de contrato que forem surgindo. Isso pode ser particularmente útil para ampliar a participação das PMEs, que tendem a ter menos recursos para compras.



Engajar-se com o mercado de fornecedores ao elaborar seu primeiro Plano de Ação de CPS é essencial para compartilhar e comunicar uma mudança estratégica importante, levar os fornecedores a participarem do processo com você e compreender o que é viável.

> **Engajamento durante a fase de planejamento de compras**

As atividades de engajamento com o mercado realizadas durante a fase de planejamento de um processo de compras serão baseadas nas **necessidades que foram identificadas** e orientarão as decisões relativas ao projeto e aos critérios

incluídos no processo de compras. As atividades de engajamento com o mercado durante esta etapa podem ser aplicadas para:

- Conduzir pesquisas de mercado para avaliar a disponibilidade das soluções existentes com o objetivo de resolver as necessidades identificadas da maneira mais sustentável.
- Avaliar as opções do modo de entrega do serviço.

Começar a trabalhar em torno de critérios de seleção, para obter uma compreensão de quais poderiam ser aplicados no processo de compras buscando garantir a seleção da melhor solução possível. Uma maneira de fazer isso é publicar uma solicitação de informação (*Request for Information – RFI*) para reunir as percepções de potenciais fornecedores.



O engajamento com o mercado durante a fase de planejamento pode ser realizado através de eventos com fornecedores para apresentar seus objetivos de sustentabilidade. Esses eventos também podem ser chamados de dias ambientais, sociais e de governança (*Environmental, Social and Governance – ESG*) e são vistos como uma oportunidade para discutir como os fornecedores podem abordar as prioridades de sustentabilidade. As percepções obtidas nesses eventos servem de base para os processos de compras.

Observe que o trabalho de sustentabilidade no setor privado é frequentemente dividido nessas três áreas de ESG, em vez dos [três pilares de desenvolvimento sustentável](#) (econômico, social e ambiental).

> **Engajamento durante o processo de compras**

A etapa seguinte após decidir lançar uma licitação é o engajamento com o mercado durante o processo de licitação, que pode ser feito de diferentes maneiras. Por exemplo:

- Utilizar um aviso de informação prévia (*Prior Information Notice – PIN*) ou um aviso de compromisso com o mercado. Os PINs são uma ferramenta para notificar o mercado de sua intenção de adjudicar um contrato e iniciar

discussões com potenciais fornecedores, permitindo avaliar a disponibilidade de alternativas sustentáveis e reunir informações para elaborar as especificações da licitação.

- Encontrar ou desenvolver canais para engajar-se com grupos de fornecedores prioritários. Muitos fornecedores existentes podem não estar cientes da possibilidade de vender suas soluções para o setor público. Para incentivar todos os tipos de fornecedores a enviar uma solicitação é importante ir além da simples publicação no portal usual de compras. Por exemplo, anunciar as oportunidades em eventos locais e engajar-se com grupos e comunidades, e facilitar os consórcios de fornecedores, especialmente PMEs e grupos prioritários.
- Atuar para resolver falta de recursos suficientes, muitas vezes um desafio importante para as PMEs que procuram participar do processo de compras. Essa barreira pode ser superada apresentando uma oferta conjunta com outros fornecedores. As autoridades públicas podem sugerir essa opção a fornecedores relevantes, realizar eventos de engajamento e compartilhar detalhes dos participantes.
- Criar canais claros para feedback. Também pode ser útil solicitar feedback a respeito da estrutura da proposta, incluindo as iniciativas de compras utilizadas, e como os critérios de sustentabilidade foram aplicados, além de fornecer feedback a todos os fornecedores após o contrato ser adjudicado à proposta vencedora.

Recursos

- [Rede Regional de Compras Públicas Sustentáveis. 2018. Relatório de boas práticas de engajamento com o mercado.](#)
- Chicago Council on Global Affairs. 2021. Servindo os cidadãos, não a burocracia.

Estudo de caso

Após dez anos de operação, **a Cidade do México procurou ampliar seu serviço de compartilhamento de bicicletas ambientalmente amigável e acessível para mais bairros, atualizar o design e a tecnologia, e tudo isso a um custo**

razoável. A Administração Municipal precisava promover a concorrência em um mercado concentrado, aprender mais sobre tecnologia e inovações de compartilhamento de bicicletas, e oferecer um serviço melhor e mais amplo mantendo ou reduzindo o orçamento atual.

A Cidade do México usou a contratação aberta para elaborar um processo de compras transparente com o objetivo de adquirir uma rede de compartilhamento de bicicletas moderna, ampliada e de fácil utilização. A Administração Municipal publicou pela primeira vez uma RFI, buscando informações dos residentes sobre o projeto de compartilhamento de bicicletas, manteve várias conversas com fornecedores e publicou suas descobertas em um site de fácil utilização. **Essa iniciativa permitiu que a equipe e a comunidade de fornecedores tomassem decisões baseadas em dados, promovessem a confiança e cumprissem seu objetivo.**

O novo contrato da Prefeitura amplia o serviço de 6.500 para 9.300 bicicletas e de 480 para 687 estações de bicicletas. Além disso, atualiza a tecnologia e o design de compartilhamento de bicicletas da cidade para facilitar seu uso, tudo isso com aproximadamente metade dos custos operacionais do antigo serviço. Outros departamentos começaram a imitar as estratégias de contratação aberta da Ecobici para importantes projetos públicos estratégicos. A Prefeitura também melhorou seu sistema de contratação eletrônica para ajudar outros a usarem a iniciativa da **Ecobici para engajar fornecedores, cidadãos e organizações da sociedade civil no início dos processos de compras de alta prioridade. Saiba mais sobre este estudo de caso clicando [aqui](#).**

3.4 Definir critérios de sustentabilidade



Nesta seção, fornecemos orientação sobre diferentes maneiras de aplicar os critérios de sustentabilidade em um processo de compras, e o que cada um significa para os fornecedores.

Implementar CPS Abertas significa, em última instância, comprar bens e contratar serviços e obras na maneira mais sustentável possível, ou seja, minimizando externalidades negativas, como emissões de CO₂, e maximizando os impactos social e econômico positivos. Além de definir claramente as reais **necessidades** e evitar compras desnecessárias, também significa selecionar a opção mais sustentável logo após a publicação do edital da licitação. Para isso, as autoridades públicas precisam aplicar os critérios de sustentabilidade no processo de compras e comunicar abertamente como os fornecedores serão avaliados em relação a tais critérios.



Uso e justificativa claros dos critérios de sustentabilidade

Um dos elementos fundamentais das **CPS Abertas** é a divulgação de como os critérios de sustentabilidade foram aplicados no processo de compras e dos motivos da sua aplicação. Como explicado nesta seção, quando os critérios de sustentabilidade forem aplicados, os seguintes itens devem ser divulgados na ocasião da licitação:

- Como os critérios se relacionam com o assunto do contrato.
- Como os fornecedores serão avaliados em relação aos critérios.
- Como o uso dos critérios cumpre com os arcabouços normativos e regulatórios atuais.

O que precisa ser considerado antes da aplicação dos critérios

Antes de decidir sobre quais e como os critérios de sustentabilidade serão aplicados no processo de compras, alguns fatores precisam ser considerados:

> Etapa 1: Qual o objeto do contrato?

O objeto do contrato se refere ao produto, serviço ou obra que se quer comprar ou contratar. Ao definir o objeto do contrato, é preciso verificar se ele é compatível com:

- As [necessidades](#) que foram identificadas
- A imparcialidade e não discriminação na compra ou contratação. Lembre-se de que alguns dos princípios comuns importantes do regulamento sobre compras estão relacionados à imparcialidade e não discriminação. Eles devem ser integrados em sua compra ou contratação e indicarão as diferentes etapas que você seguir, inclusive a definição do objeto do contrato.

Definir um objeto de contrato justo e não discriminatório significa garantir que nenhuma referência seja feita, por exemplo, a produtos com certificações específicas, ou a tipos específicos de fornecedores. Um exemplo de objeto de contrato discriminatório seria: “Licitação para aquisição de laptops com certificação Energy Star”, porque restringe a participação ao exigir o cumprimento de um rótulo ecológico específico. Para garantir a igualdade de tratamento, o texto da licitação deveria ser, por exemplo: “Licitação para aquisição de laptops com eficiência energética”.

A definição do objeto do contrato é essencial para implementar as CPS. Como apresentado [nesta seção](#), na maioria dos países, os arcabouços normativos e regulatórios permitem que os critérios de sustentabilidade sejam considerados sempre que sejam relevantes para o objeto do contrato. Isso significa que os critérios devem estar relacionados às obras, bens ou serviços a serem fornecidos, e

não às características dos fornecedores individuais. Por exemplo, se você estiver comprando um laptop, não poderá incluir nas especificações que o fornecedor deve ser uma empresa local, pois isso não está relacionado com os bens que estão sendo adquiridos.

Como explicado na seção anterior, a melhor [maneira de promover os fornecedores locais](#) é engajar-se com o mercado durante a fase de planejamento das compras e definir suas especificações com base na capacidade do mercado local. Pode haver também alguns casos em que [uma meta relacionada a fornecedores locais tenha sido estabelecida ou determinados contratos tenham sido reservados](#) para fornecedores ou empresas locais de menor tamanho. Neste caso, a localização dos fornecedores seria incluída como parte dos critérios, mas isso não se aplica à maioria das compras. Portanto, deve-se sempre garantir que os critérios de sustentabilidade incluídos sejam relevantes ao objeto do contrato (ou políticas específicas pré-acordadas como boa conduta fiscal ou desempenho anterior) para evitar a concorrência desleal.

Nesse sentido, algumas autoridades públicas incluem explicitamente a referência à sustentabilidade no objeto do contrato. Esse seria o caso no exemplo da “Licitação para aquisição de laptops com eficiência energética”, ou nesta [licitação](#) da Universidade de Malta cujo objeto do contrato era *“Trabalhos de acabamento interno, utilizando materiais e produtos de construção favoráveis ao meio ambiente”*.

> **Etapa 2: O que o ambiente favorável permite fazer?**

Ao considerar como aplicar critérios de sustentabilidade em um processo de compras é essencial avaliar o que seu arcabouço regulatório e normativo lhe permite fazer. Os critérios de adjudicação podem ter algum peso nas considerações de sustentabilidade? Somente o preço pode ser considerado? Depende do valor do contrato? Veja como interpretar o ambiente favorável.

> **Etapa 3: Foi criado algum critério padronizado de sustentabilidade?**

Como apresentado neste kit, os compradores públicos não precisam criar critérios de sustentabilidade a partir do zero. A identificação de critérios de sustentabilidade e [rótulos ecológicos](#) pode servir como orientação. Também é importante verificar se as autoridades públicas [forneceram recomendações](#) para os critérios que devem ser incluídos quando da compra de categorias específicas.

! Lembre-se que, ao solicitar dos fornecedores o cumprimento dos requisitos de um rótulo ecológico específico, é fundamental comunicar claramente que o cumprimento pode ser demonstrado por outros meios de verificação além do certificado oficial do rótulo ecológico (por exemplo, através de relatórios de laboratório ou documentação técnica) para apoiar a equivalência e promover a concorrência leal. Consulte a seção "[Monitorar a implementação](#)" para obter mais informações sobre meios de verificação.

> **Etapa 4: Qual é a capacidade do mercado?**

Com explicado na seção sobre como [engajar-se com o mercado](#), as informações sobre a capacidade do mercado indicarão quais critérios de sustentabilidade podem vir a ser essenciais (ou seja, incluídos como especificações técnicas) ou opcionais (ou seja, incluídos como critérios de adjudicação).

Decida como os critérios de sustentabilidade serão aplicados

Não é fácil aconselhar sobre a melhor maneira de aplicar critérios de sustentabilidade em um processo de compras, pois o método utilizado dependerá em grande parte da capacidade do mercado e do que é permitido dentro da estrutura favorável. Algumas formas que podem ser consideradas para aplicar critérios de sustentabilidade em um processo de compras são apresentadas abaixo:

> Critérios de seleção

Os critérios de seleção se concentram na avaliação da capacidade do fornecedor potencial para executar o contrato para o qual está concorrendo. Nessa avaliação, as autoridades públicas podem levar em conta a experiência específica dos concorrentes. Por exemplo, podem perguntar se contam com um [Sistema de Gestão Ambiental](#) ou utilizam um Código de Conduta do fornecedor.

Tais informações são normalmente compiladas por meio de questionários, e esse sistema é bastante utilizado nas [iniciativas de compras em duas etapas](#) para selecionar fornecedores durante a primeira etapa. As autoridades devem comunicar claramente quais dessas informações serão utilizadas para avaliar os fornecedores e como se relacionam com o objeto do contrato.

> Requisitos essenciais (ou especificações técnicas)

As especificações técnicas são os requisitos mínimos para a avaliação dos fornecedores. Ao contrário dos critérios de seleção, as especificações técnicas devem estar relacionadas às características específicas do serviço, obra ou produto que será adquirido, e não com as características do fornecedor.

A aplicação de critérios de sustentabilidade como especificações técnicas é a maneira mais eficaz de garantir que os critérios serão cumpridos pelos fornecedores. No entanto, as autoridades públicas devem garantir que as especificações técnicas incluídas possam ser cumpridas pela maioria dos fornecedores, para garantir um número suficiente de propostas e não comprometer a seleção de uma solução que represente a melhor relação custo-benefício.

! Cabe lembrar que quando o ambiente favorável permitir a adjudicação de contratos somente com base no preço, uma das principais maneiras de implementar as CPS é aplicar critérios de sustentabilidade como requisitos essenciais. Consulte a seção [Estabelecer uma estrutura](#) para obter mais informações.

> Critérios de adjudicação

Na etapa de adjudicação, a autoridade pública normalmente avalia a qualidade das diferentes propostas dos fornecedores e compara os custos. Embora as

especificações técnicas devam incluir critérios mínimos de sustentabilidade, a aplicação de critérios de sustentabilidade na etapa de adjudicação é uma forma de promover os fornecedores que apresentam propostas mais sustentáveis. Os critérios de sustentabilidade podem ser considerados no peso atribuído à qualidade ou, dependendo do [ambiente favorável](#), a eles ser alocada uma porcentagem das pontuações disponíveis.



Como indicado anteriormente, alguns ambientes favoráveis somente permitem considerar o preço como critério de adjudicação. Nesses casos, pode-se usar os [cálculos do Custo do Ciclo de Vida \(CCV\)](#).

Após estabelecer os critérios de sustentabilidade, as autoridades públicas devem divulgar abertamente como tais critérios serão utilizados para [verificar e monitorar](#) o cumprimento, e claramente [traduzir os requisitos de sustentabilidade em obrigações contratuais](#).

Estudo de caso

A Holanda utiliza um sistema denominado [Escada de Desempenho de CO2 \(CO2 Performance Ladder\)](#) no qual as emissões de CO2 são consideradas na adjudicação de contratos de compras públicas. A Escada de Desempenho é um instrumento que as organizações podem utilizar para reduzir suas emissões de carbono, dentro da empresa e em projetos específicos. A Escada conta com cinco níveis, que contemplam diferentes níveis da atividade da organização para reduzir as emissões de CO2.

As organizações podem obter um certificado com seu nível na Escada e podem utilizá-lo para receber uma vantagem de adjudicação para seu registro em licitações. Dessa forma, os concorrentes podem se beneficiar de uma redução no preço de apresentação de propostas, provando e desenvolvendo seus esforços para reduzir as emissões de CO2.

Como pode ser visto no exemplo na tabela a seguir, embora o fornecedor C apresentasse um preço inicial maior, a aplicação do desconto associado ao seu nível de CO2 (nível 4) na Escada deu a ele a adjudicação do contrato. Ao adotar essa abordagem para contabilizar as emissões de carbono nos processos de compras, os fornecedores sustentáveis podem ser selecionados mesmo que o contrato seja adjudicado exclusivamente com base no preço.

EMPRESA	PREÇO INICIAL	NÍVEL NA ESCADA	DESCONTO/ VANTAGEM DA ADJUDICAÇÃO	PREÇO APÓS APLICAÇÃO DA VANTAGEM	ADJUDICAÇÃO DO CONTRATO
A	€ 9,7 milhões	nenhum	0%	€ 9,7 milhões	NÃO
B	€ 10 milhões	3	4%	€ 9,6 milhões	NÃO
C	€ 10,3 milhões	4	7%	€ 9,58 milhões	SIM € 10,3 milhões

Estudo de caso

Em 2014, o Chile realizou uma pesquisa para avaliar quantos contratos públicos eram empresas de propriedade de homens em relação a contratos adjudicados a empresas de propriedade de mulheres. Esse estudo demonstrou que apenas 36% dos contratos públicos foram concedidos a mulheres, e que esses representavam 26% do valor total.

Com base nesse estudo, foi estabelecida uma série de medidas para promover a igualdade de gênero através de contratos públicos. Dentre elas estão **disposições para incluir** critérios de adjudicação para avaliar fornecedores em termos de inclusão de gênero.

Como exemplo, foi proposto atribuir a este fator um peso de 15% na avaliação, além da sugestão de diferentes formas de avaliação. Dentre elas, atribuir pontos integrais às empresas lideradas por mulheres ou empresas que demonstram paridade de gênero em sua contratação, mostrando que a porcentagem de mulheres contratadas com relação ao número total de trabalhadores na mesma empresa é superior a 50%.

3.5 Traduzir sustentabilidade em obrigações contratuais

Após serem claramente estabelecidos, os critérios de sustentabilidade devem ser traduzidos em obrigações contratuais. Por exemplo, determinar como a implementação será monitorada e quais as consequências em caso de descumprimento. A fim de redigir cláusulas contratuais eficazes, essas decisões devem ser discutidas abertamente e acordadas entre a autoridade de compras e os fornecedores relevantes. Esta seção apresenta algumas das principais características de cláusulas contratuais bem-sucedidas.

! *O engajamento com fornecedores e a discussão aberta das obrigações de sustentabilidade produzirão cláusulas contratuais mais eficazes, com maior impacto positivo do contrato e riscos mínimos de descumprimento. No entanto, esse processo também deve ser utilizado para garantir que o contrato global seja de fácil utilização e que as principais responsabilidades sejam compreendidas por todas as partes interessadas relevantes.*

Principais características das cláusulas contratuais

Muitas vezes, as cláusulas contratuais que fazem referência a obrigações de sustentabilidade não são eficazes ou são consideradas menos importantes do que outras cláusulas comerciais. Uma análise realizada por duas consultorias, a EcoVadis e a Affectio Mutandi, mostra que isso se deve muitas vezes a fatores como expectativas não realistas de monitoramento dos fornecedores, ou mesmo contradições eventuais entre cláusulas de sustentabilidade e comerciais. Esses profissionais sugerem seis características para medir a eficácia das cláusulas contratuais. Veja abaixo uma explicação dessas características.

> Precisão — Definir requisitos específicos

Esta característica refere-se ao grau de detalhamento utilizado para descrever as expectativas de sustentabilidade do fornecedor. Se os requisitos forem muito gerais, prejudicarão a eficácia e a força vinculante da cláusula contratual. Por exemplo, se os critérios técnicos ou de adjudicação estabeleceram que o projeto não excederia uma meta específica de emissão de CO₂, ou que uma quantidade específica de produtos com rótulo ecológico seria adquirida, essas informações devem ser claramente declaradas no contrato. Esses objetivos permitem que o cumprimento seja avaliado facilmente.

> Verificabilidade — Garantir que os requisitos são verificáveis

Uma cláusula contratual eficaz deve também enquadrar os requisitos de sustentabilidade como "obrigações a serem avaliadas", para deixar claro de que há espaço para atividades destinadas a verificar o cumprimento confrontando-o com os requisitos. Os métodos que serão utilizados para monitorar o cumprimento devem ser acordados com o fornecedor e podem ser incluídos em um anexo ao contrato. Eles incluem fatores como a frequência das atividades de monitoramento e a indicação do responsável por sua realização (fornecedor ou terceiros) e pelos custos. Para obter mais informações sobre possíveis métodos, consulte esta seção.

> Aplicabilidade — Estabelecer consequências progressivas de descumprimento das cláusulas

As cláusulas dos contratos de sustentabilidade devem determinar consequências específicas em caso de descumprimento. A melhor prática é estabelecer consequências progressivas pelo descumprimento de cláusulas. O desenvolvimento de um plano de medidas corretivas pode ser o primeiro passo após a ocorrência de um descumprimento e, se necessário, seguido pela suspensão do contrato, sanções e rescisão.

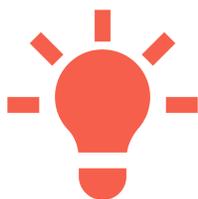
> **Nível de cobertura — Ir além dos fornecedores diretos**

O nível de cobertura se refere às diferentes camadas da cadeia de abastecimento a que as cláusulas se referem. Ela é mais relevante em termos de cláusulas de sustentabilidade social, como as que se referem à necessidade de o fornecedor ter um código de conduta e realizar atividades de monitoramento em toda a cadeia de abastecimento.

Pode ser complicado impor cláusulas além daquelas com as quais um fornecedor tem relações comerciais diretas (isto é, além dos fornecedores diretos, ou *Tier 1*) para cobrir os fornecedores desses fornecedores (*Tier 2* etc.). Por isso, é crucial estabelecer diálogo com os fornecedores, para entender as informações atuais da cadeia de fornecedores e trabalhar com eles — ou com os que atuam nesse setor em sua área específica —, para estimular a transparência e multiplicar as boas práticas ao longo da cadeia de abastecimento. Para exemplos sobre como os requisitos da cadeia de abastecimento podem ser aplicados em um processo de compras, consulte a seção sobre compras em TI.

> **Contextualização — Adaptar os requisitos de sustentabilidade ao seu contexto**

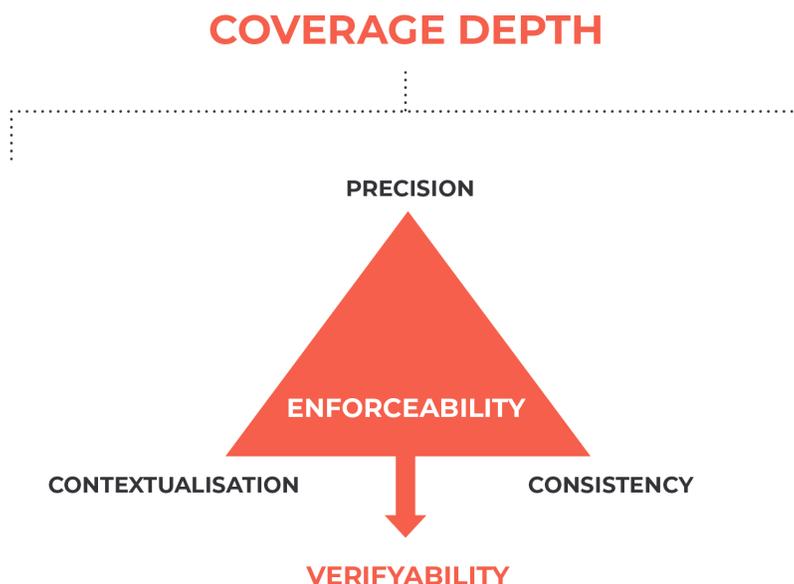
Um dos principais desafios enfrentados com cláusulas de sustentabilidade nos contratos é seu uso padronizado e sua falta de adaptação ao objeto do contrato, ao contexto local, ou à capacidade do fornecedor. Por exemplo, algumas PMEs podem não ter os recursos para executar certas atividades de monitoramento ou participar de diálogos no setor. Cláusulas contratuais não contextualizadas podem levar a uma limitação excessiva dos fornecedores, deixando de fora empresas menores e criando dificuldades para fazer cumprir as obrigações.



Embora a padronização das cláusulas de sustentabilidade possa facilitar a implementação de CPS, deve-se garantir que elas levem em conta fatores como o porte do fornecedor e os riscos de sustentabilidade mais relevantes para cada setor. Também é importante garantir atribuição justa das responsabilidades, como o custo das atividades de monitoramento, para que a pressão não recaia apenas nos fornecedores, especialmente quando se busca mudanças sustentáveis na conduta.

> **Coerência — Alinhar a sustentabilidade às obrigações comerciais**

As cláusulas de sustentabilidade são normalmente consideradas separadas das exigências comerciais, o que pode criar contradições nas inscrições para processos licitatórios. Para superar essas contradições, é importante garantir que as questões de sustentabilidade constem nos contratos comerciais como elementos-chave, estabelecendo metas claras de sustentabilidade, formas de captar os dados e consequências em caso de descumprimento.



Tenha padrões claros de melhoria contínua

Como apresentado na [seção anterior](#), a tomada decisória sobre quais critérios de sustentabilidade devem ser aplicados nos contratos de compras públicas deve ser baseada em múltiplos fatores, inclusive na capacidade do mercado existente. A capacidade do mercado, no entanto, pode aumentar no decorrer de um contrato. Para que os fornecedores contratados continuem progredindo em relação aos padrões de sustentabilidade, considere incluir padrões claros de melhoria contínua nas cláusulas contratuais. Por exemplo, o estabelecimento de metas progressivas de minimização de CO2 durante toda a duração do contrato ou padrões progressivos de economia de combustível.

A inclusão dessas cláusulas pode ser crucial para garantir a boa qualidade e a relação custo-benefício durante todo o ciclo de vida dos contratos. Também pode ser útil estabelecer a melhoria contínua como condição para recompra ou prorrogação de um contrato. Por último, considere incluir incentivos financeiros adicionais para recompensar esse comportamento.

Recursos

- [EcoVadis e Affectio Mutandi. 2018. Cláusulas de Sustentabilidade em](#)
- [Contratos Comerciais: A Chave para a Responsabilidade Empresarial](#)

3.6 Monitorar a implementação: gerindo a sustentabilidade durante todo o contrato

Após ter aplicado os critérios de sustentabilidade a serem cumpridos pelos fornecedores, o passo seguinte é decidir como monitorar o cumprimento. Como mencionado na [seção anterior](#), os detalhes do processo devem ser discutidos abertamente e acordados com o fornecedor, seguindo o protocolo do contrato de compra.



Nesta seção, incluímos alguns dos mecanismos que podem ser empregados para monitorar o cumprimento dos critérios de sustentabilidade durante a implementação do contrato. O estabelecimento desses mecanismos é essencial para cumprir o objetivo da aplicação dos critérios de sustentabilidade e para reunir os dados necessários à mensuração do progresso em relação às metas mais amplas, que foram estabelecidas como parte da estratégia de CPS Abertas.

Fornecimento de canais claros para o feedback de usuários e cidadãos.



Um dos elementos-chave das CPS Abertas é contar com canais abertos e claros para obter feedback de usuários e cidadãos. Como mencionado anteriormente, essa estratégia pode se referir ao monitoramento global das práticas de compras públicas para garantir a transparência. No entanto, também pode se referir a mecanismos que monitoram o cumprimento das cláusulas de sustentabilidade nos contratos públicos. Apresentamos esta ideia aqui e continuamos a desenvolvê-la com exemplos nos setores de [TIC](#) e [construção civil](#).

Como monitorar o desempenho durante a implementação de contratos?

Diferentes mecanismos podem ser utilizados para monitorar o desempenho em relação aos critérios de sustentabilidade acordados em seu contrato. A seguir, apresentamos algumas das medidas que podem ser tomadas para reunir os dados de desempenho necessários, enquadrados em torno do desempenho versus cumprimento.

Ainda estamos aprendendo sobre o que fazer para melhorar a sustentabilidade e permitir uma mudança fundamental na forma como o governo compra bens e contrata obras e serviços para alcançar melhores resultados sociais e ambientais. Por isso, este exercício não deve ser visto como um 'te peguei' para pegar e punir contratados, mas sim como uma forma de aprender, voltar a fazer e melhorar o que dá certo. Tim Cummins, Presidente da World Commerce and Contracting

Association, discute esse assunto neste artigo: [if saving the world depends on contracts, is it time to give up?](#) (Se salvar o mundo depende de contratos, é hora de desistir?, em tradução livre)

> Envie questionários durante a implementação

Uma maneira de monitorar a implementação de benchmarks de CPS durante um contrato é distribuir questionários aos fornecedores em etapas acordadas previamente durante a implementação, sobretudo se você quer chegar a mudanças comportamentais ou práticas. Por exemplo, se como parte do contrato tiver sido acordado que os fornecedores realizariam um determinado número de auditorias na sua cadeia de abastecimento, ou que não excederiam uma determinada meta de emissões de CO₂, os questionários podem ser enviados para solicitar informações relativas a esses requisitos. Os questionários poderiam ser 'enviados' em etapas acordadas, exigir informações específicas e incluir instruções sobre qual documentação de verificação deve ser anexada para avaliar o desempenho.

> Reúna documentação de verificação relevante dos fornecedores

Os fornecedores podem verificar o desempenho em relação aos requisitos de sustentabilidade de diversas maneiras. Por exemplo:

- Certificados de acreditação de acordo com os padrões de um sistema de acreditação específico, que podem incluir, por exemplo, um selo ambiental. Como explicado neste kit, a maioria dos ambientes ou arcabouços jurídicos favoráveis não permitem referência a sistemas específicos de rotulagem ecológica sem aceitar outros meios de verificação além do certificado de rótulo ecológico. Dentre eles, documentação técnica e relativa a laudos e testes de laboratório.
- Laudos laboratoriais podem ser apresentados pelos fornecedores para verificar, por exemplo, a composição de certos produtos, e laudos de testes podem ser utilizados para verificar fatores como emissão de ruído ou uso de energia.

- A documentação técnica inclui, por exemplo, relatórios do fabricante que podem incluir dados relevantes sobre o desempenho de certos produtos.
- Documentação da empresa para verificar critérios como o status das micro, pequenas e médias empresas (MPMEs) ou os códigos de conduta de fornecedores.

Dependendo do tipo de contrato, pode ser difícil reunir toda a documentação relevante (por exemplo, documentação de verificação para todos os materiais utilizados ao longo de um projeto de construção civil, ou os resíduos gerados ao longo da duração do contrato). Para facilitar esse processo, uma opção poderia ser estabelecer cadastros de gestão de materiais ou resíduos, a partir dos quais os fornecedores podem importar dados relevantes em etapas acordadas durante o contrato.

> Use serviços de auditoria de terceiros

Uma maneira prática de monitorar a implementação é terceirizar as atividades de auditoria. Esse procedimento pode ser relevante em contratos com durações mais longas e que exijam recursos além daqueles disponíveis para a autoridade de compras ou o fornecedor. Uma opção seria a contratação de ONGs para monitorar as condições de trabalho em toda a cadeia de abastecimento, ou então de consultorias ambientais para monitorar fatores como as emissões de CO2 em projetos de construção civil.

> Organize grupos de trabalho

As autoridades públicas podem organizar grupos de trabalho para verificar e monitorar os requisitos de sustentabilidade dos fornecedores, especialmente aqueles relacionados aos direitos dos trabalhadores. Esses grupos poderiam, por exemplo, planejar inspeções intermitentes e sem aviso prévio no local, ou coordenar outras medidas de desempenho nessa lista.

> Integre atividades de monitoramento da sociedade civil

Outra forma importante de coletar os dados necessários para monitorar o desempenho poderia ser por meio do envolvimento da sociedade civil ou dos usuários/beneficiários de um serviço. Por exemplo, a colaboração dos cidadãos ou beneficiários na coleta de dados sobre medidas de saúde e segurança, impacto dos projetos nas comunidades, etc. Isso pode ser realizado via fóruns comunitários e plataformas on-line, designando organizações civis para coletar informações, aplicativos, etc. Leia mais sobre o papel do [monitoramento de compras aqui](#) e verifique o [aplicativo Development Check](#) da Integrity Action, para ter outra fonte de inspiração.

Estudo de caso

Em 2018, a Controladoria Geral da República do Peru lançou um programa de participação de seus cidadãos com o objetivo de identificar situações de descumprimento em obras públicas. O nome do programa é [Monitores Ciudadanos de Control \(monitores cidadãos de controle\)](#).

Nesse programa, os cidadãos voluntários participam de um curso e recebem acreditação para realizar atividades de monitoramento. Essas atividades abrangem a avaliação de [informações que a Administração Pública divulga sobre as compras de obras públicas](#) e visitação a locais de construção de prédios para garantir o cumprimento das condições estabelecidas nos contratos. Voluntários podem relatar casos de descumprimento no [portal do governo](#). Esse mecanismo governamental aberto tornou possível responder às principais queixas da população, incluindo: corrupção na execução de obras, acesso à informação pública, obsolescência de sistemas de informação pública e falta de transparência em relação ao uso de fundos públicos.

Em 2020, havia mais de 10 mil voluntários credenciados, que haviam visitado mais de 1.900 obras públicas e verificado o acesso à informação em mais de 1.000 processos de investimento público. [Como resultado dessas atividades](#), 4.457 alertas foram emitidos sobre situações de descumprimento, que resultaram em visitas a locais de construção e atividades de monitoramento à distância.

Estudo de caso

Com o estabelecimento do sistema de contratações eletrônicas ProZorro na Ucrânia em 2016, a Transparency International Ukraine estabeleceu uma rede de monitores de compras da sociedade civil, chamada [DoZorro](#). Em três anos, essa rede havia aumentado para mais de vinte organizações, e mais de 2 milhões de pessoas haviam visitado o site.

Além disso, nesse período, a comunidade DoZorro descobriu infrações em mais de 30 mil licitações com um valor estimado de 4 bilhões. Mais de 100 mil pessoas utilizam o sistema de monitoramento de compras a cada mês, e em 14% dos casos as infrações foram corrigidas. Esse monitoramento está oficialmente embutido no sistema de contratação eletrônica da administração pública, e os resultados têm inspirado redes similares em outros países da região e além.



Para ver mais exemplos de como monitorar a implementação em contratos de compras públicas de categorias específicas, consulte as seções de compras públicas nos setores de [construção civil](#) e [TIC](#).

4. DADOS ABERTOS E AVILIAÇÃO DO PROGRESSO

Em todo o kit de ferramentas, explicamos a importância de dados abertos de alta qualidade para impulsionar a implementação das CPS e medir os resultados da sustentabilidade. Apresentamos essa ideia [no início do kit](#) e, depois, as desenvolvemos ao longo das demais seções, especialmente quando incluímos um exemplo de [estrutura de Mensuração e avaliação \(MeA\)](#) na seção 1. Essa estrutura de MeA proposta está fundamentada em torno de cinco metas e fornece uma amostra de indicadores de acompanhamento para facilitar a elaboração de relatórios e medir o progresso em relação às metas de sustentabilidade.

Nesta seção, aprofundamos as informações das opções disponíveis para coletar os dados necessários e medir o progresso em relação aos objetivos. No diagrama abaixo, apresentamos um conjunto de considerações gerais de coleta de dados e opções de como utilizá-los para medir o progresso alcançado nas diversas metas. Em seguida, transformamos as cinco metas da estrutura de MeA em cinco exemplos trabalhados de como utilizar dados abertos para medir o progresso: (1) captação de CPS, (2) redução de carbono, (3) inclusão de gênero, (4) desenvolvimento econômico e (5) promoção do custo do ciclo de vida.

O que fazer para compilar e publicar dados

Antes de apresentar as diferentes opções de uso dos dados, queremos chamar a atenção para os diferentes fatores que irão impactar e moldar a iniciativa que pode ser adotada para a coleta de dados. A avaliação dos dados é o primeiro passo para desenhar um processo claro para que os profissionais de compras compartilhem os dados necessários. A seguir incluímos alguns fatores-chave que devem ser considerados como parte dessa avaliação:

Etapa 1 — Entenda a estrutura organizacional das compras públicas e a estrutura de governança

A estrutura organizacional das compras — seja centralizada, descentralizada ou seguindo uma abordagem gerenciada por categoria — informará as decisões relativas às responsabilidades das diferentes partes interessadas envolvidas no processo de coleta e comunicação de dados relevantes. Por exemplo, quando as estruturas de compras são muito descentralizadas, poderá ser necessário nomear autoridades guarda-chuva dedicadas responsáveis pelo monitoramento da coleta de dados em regiões ou localidades específicas.

É vital chegar a um acordo sobre como as diversas partes interessadas envolvidas nas compras públicas trabalharão em conjunto, bem como nomear uma estrutura de liderança clara para a coordenação e elaboração de relatórios. Muitos países atribuem essa responsabilidade ao Ministério do Meio Ambiente ou a uma autoridade nacional de compras públicas. No âmbito organizacional, é importante alinhar as responsabilidades individuais do trabalho às atividades de monitoramento e apresentação de relatórios de CPS.

Etapa 2 — Avalie as plataformas de compras públicas

Em muitos países, são utilizadas diferentes plataformas para realizar atividades de compras públicas. Para garantir que todos os dados relevantes sejam coletados, é essencial estabelecer um sistema para coletar dados das diferentes plataformas e canais. Por exemplo, a Coreia reúne dados de três plataformas diferentes: a plataforma centralizada de contratação eletrônica KONEPS; a plataforma descentralizada de compras on-line *Green Market*; e a plataforma de monitoramento eletrônico *Green Products Information Platform* (GPIP), criada para que as autoridades de compras possam carregar os dados necessários dos processos de contratações descentralizados (para obter mais informações, consulte as páginas 60 a 63 [deste relatório do PNUMA](#)). Para desenvolver um sistema para divulgar publicamente as informações, é fundamental entender onde seus dados são coletados.

Etapa 3 — Estabeleça um ano-base e a frequência da divulgação

O ano-base é o momento em que os dados começarão a ser coletados e os indicadores-chave serão divulgados publicamente. Isso normalmente coincide com a publicação do [Plano de Ação](#), que deve determinar quando os dados começam a ser coletados. No âmbito operacional, também é importante estabelecer com as autoridades públicas a frequência de coleta e comunicação de dados relativos aos contratos, por exemplo, se estes serão mensais, trimestrais ou anuais.

Etapa 4 — Considere sua capacidade

Os diferentes métodos de coleta e análise de dados disponíveis variam de acordo com os objetivos de sustentabilidade que se procuram medir em relação ao progresso. Também variam de acordo com os recursos e as capacidades técnicas acessíveis. Identificamos três tipos diferentes de ambientes: sem código, código baixo e código.



Como explicado na introdução deste kit, dados abertos de alta qualidade são cruciais para realizar e medir o progresso da implementação de CPS. Para lidar com os principais bancos de dados, recomendamos consultar nossas [orientações sobre Bandeiras Verdes](#) e a [Cartilha de Contratações Abertas](#).

4.1. Opções de uso dos dados

Os dados abertos podem ser utilizados para impulsionar e medir o progresso com relação às metas de sustentabilidade. Abaixo, apresentamos dez maneiras diferentes de reunir e utilizar dados para medir e monitorar a sustentabilidade no processo de compras:

Opção 1 — Atribuir rótulos às compras

Conforme apresentado no [Guia de Bandeiras Verdes](#), uma das principais formas de utilizar os dados para medir as atividades de CPS é atribuir rótulos a todos os processos de compras classificados como CPS. A forma mais simples é colocar um

rótulo de CPS nas compras. Essa prática pode ser ampliada, por exemplo, utilizando rótulos específicos para contratos de carbono, de propriedade de mulheres, ou de PMEs. Também pode ser aplicada retroativamente através da análise de aprendizado de máquina dos documentos de especificações.

Para isso, será necessário definir claramente quais contratos se enquadram em cada uma dessas categorias. Por exemplo, se para uma compra de papel foram criadas especificações de sustentabilidade padrão, você pode definir que todos os contratos com essas especificações tenham o rótulo “CPS”.

Opções de uso dos dados segundo a capacidade

	Sem código	Código baixo	Código
Opção 1: Atribuir rótulos às compras	<p>Examinar manualmente os avisos de compras e decidir se é uma CPS ou não.</p> <p>As autoridades mandatárias liberam uma bandeira destacando que se trata de uma CPS.</p>	<p>Liberar uma bandeira de CPS nos cadastros de contratos</p>	<p>Utilizar o aprendizado de máquina para identificar de forma programada se um aviso é ou não é CPS a partir de suas especificações. Aplicar essas ações retroativamente para aumentar o escopo da análise.</p>

Opção 2 — Fomentar o desempenho de políticas com alertas e notificações

Para incentivar a adoção das iniciativas e do desempenho das CPS, as autoridades contratantes desenvolvem e utilizam alertas por meio da análise manual ou programática dos dados. A análise é compilada em painéis para mostrar dados por

setores, compradores, fornecedores e categorias, incluindo as 10 primeiras e as 10 últimas classificações, como [neste exemplo da Lituânia](#).

Opções de uso de dados de acordo com a capacidade

	Sem código	Código baixo	Código
Opção 2: Fomentar o desempenho de políticas com alertas	Analisar manualmente as CPS identificadas na Opção 1 e contatar compradores para saber o motivo do descumprimento.	Utilizar ferramentas analíticas para identificar CPS e contatar compradores, como o painel de compras verdes do governo da Lituânia (consulte também o estudo de caso)	Aplicar o aprendizado de máquina para inserir e analisar automaticamente dados e especificações de compras com base em parâmetros (se uma organização está no escopo, se um aviso está duplicado) e para enviar lembretes aos compradores com desempenho não satisfatório.

Opção 3 — Analisar contratos adjudicados

Compradores podem avaliar o valor e o número de contratos relacionados às CPS concedidos a fornecedores de acordo com a localização, o porte, setor ou outro fator. Essa ação facilitará a construção de uma base firme de provas dos resultados e do impacto das CPS como um todo (comprovações contra eventuais alegações de que as CPS oferecem menor relação custo-benefício ou favorecem apenas empresas maiores). A análise também pode se estender às categorias. Por exemplo, para determinar se os setores de saúde e assistência social atuam com mais igualdade salarial entre gêneros, ou para analisar tendências regionais, como desemprego e demografia.

Opções de uso dos dados segundo a capacidade

	Sem código	Código baixo	Código
Opção 3: Analisar contratos adjudicados	<i>Rastrear e monitorar contratos adjudicados em planilhas simples e ferramentas analíticas comuns (por exemplo, Excel).</i>	<i>Criar painéis de controle para a análise de compradores, fornecedores, categorias.</i>	<i>Vincular dados de adjudicação de contratos a outras métricas, como dados de gastos, métricas de qualidade dos dados do órgão regulador (nos contextos de saúde ou educação)</i>
	<i>Utilizar ferramentas como o Silver Eye para transformar esses dados em OCDS.</i>	<i>Criar bandeiras em cadastros ou portais de contratos para os principais indicadores econômicos: por exemplo, empresas de propriedade de minorias ou PMEs.</i>	

Opção 4 — Prever o impacto dos contratos

Estimar o potencial impacto de um contrato facilita o trabalho de ajustar os requisitos definidos para os fornecedores. Por exemplo, incluir as [estimativas de emissão de carbono](#) associadas ao contrato, a geração de resíduos prevista ou os [custos do ciclo de vida associados](#) do ativo em aquisição. Esses dados são compilados por mecanismos existentes de mensuração de impactos (por exemplo, cálculo preditivo de emissão de carbono) ou pela análise de dados históricos dos contratos para prever os custos do ciclo de vida. Essa previsão é utilizada como base para estabelecer um “orçamento” de carbono (ou seja, emissões permitidas associadas a um contrato) ou para calcular o valor da proposta com base nos custos do ciclo de vida.

Opções de uso dos dados segundo a capacidade

	Sem código	Código baixo	Código
Opção 4: Prever o impacto dos contratos	Pesquisar mecanismos oficiais para medir o impacto da sustentabilidade (por exemplo, emissões de carbono). Há dados (locais ou internacionais) que podem ser compilados em uma planilha?	Pesquisar mecanismos oficiais para medir o impacto da sustentabilidade (por exemplo, emissões de carbono). Há dados (locais ou internacionais) que podem ser adicionados a um banco de dados e vinculados a contratos?	Construir um modelo que atribua a cada contrato uma pontuação ou valor de impacto de sustentabilidade (por exemplo, emissões de carbono) com base na natureza do suprimento.

Opção 5 — Solicitar sugestões de sustentabilidade

Esta ação pode ser tão simples quanto dar às suas equipes de compras a capacidade de sinalizar uma oportunidade de contrato como uma concorrência, na qual os fornecedores são incentivados a detalhar como as metas específicas de sustentabilidade serão cumpridas. Por exemplo, detalhar como as emissões de carbono serão reduzidas, a igualdade de gênero será efetivada mediante o compromisso de utilizar sistemas reconhecidos (por exemplo, subsídios para mulheres na área tecnológica, etc.), ou como a economia local será apoiada com a criação de empregos.

Opções de uso dos dados segundo a capacidade

	Sem código	Código baixo	Código
Opção 5: Solicitar sugestões de sustentabilidade	Trabalhar com compradores para estabelecer termos padronizados visando incentivar sugestões de sustentabilidade (por exemplo, alternativas de baixo carbono) em oportunidades de contrato.	Explorar a atualização dos sites de oportunidades contratuais existentes para incluir uma bandeira (por exemplo, “baixo carbono”) para oportunidades que buscam alternativas de sustentabilidade.	Estabelecer uma especificação para uma característica que exija descrição detalhada por parte dos fornecedores de como planejam ser mais sustentáveis (por exemplo, reduzir o carbono ao longo de um contrato).

Opção 6 — Avaliar o uso de certificações

Alguns setores já possuem padrões para produtos e princípios que levam a impactos mais sustentáveis. Esses padrões podem ser integrados e utilizados pelos compradores nas especificações e no relatório de desempenho da sustentabilidade. Além disso, a necessidade de atender aos padrões pode ser acrescentada às especificações e seu impacto pode ser calculado pelos modelos de domínio público.

É importante observar que existem diferentes tipos de rótulos e certificações ambientais. Por exemplo, as certificações que fornecem um relato mais detalhado das emissões de carbono associadas a um produto específico são aquelas categorizadas com rótulos ecológicos Tipo III pela Organização Internacional de Normalização (ISO). Neste grupo, encontramos as Declarações Ambientais de Produto — DAPs (ou EPD, do inglês, Environmental Product Declarations). Veja, por exemplo, [esta DAP](#) para um produto de aço. Outros tipos de certificações, como os rótulos ecológicos Tipo I, são úteis para identificar produtos ambientalmente preferíveis, mas, em geral, não fornecem dados concretos sobre emissões de

carbono. Da mesma forma, certificações que atestam as iniciativas de sustentabilidade de fornecedores, como certificações ISO ou B Corporation, não fornecem informações sobre as emissões associadas ao serviço contratado ou produto adquirido. Para obter mais informações sobre as diferentes formas em que estas certificações podem ser utilizadas nas CPS, consulte [esta seção](#).

Opções de uso dos dados segundo a capacidade

	Sem código	Código baixo	Código
Opção 6: Avaliar o uso de certificações	Pesquisar normas e certificações mundiais (consulte esta seção para ver exemplos) para identificar a melhor adequação às necessidades do comprador. Use essa pesquisa para trabalhar com fornecedores e garantir melhores processos de acreditação e cumprimento.	Atualizar os cadastros de fornecedores, empresas e contratos para incluir rótulos de certificação.	Criar um sistema que alerte os fornecedores sobre a mudança dos requisitos de certificação ecológica, e lembretes para atualizar os requisitos quando estiverem por expirar.

Opção 7 — Monitorar o desempenho dos contratos

As organizações podem publicar atualizações de desempenho dos contratos, como: o carbono emitido durante um contrato ou, na sua conclusão, o número de empregos criados como resultado do contrato, etc. Essas informações são utilizadas para medir o progresso em relação às metas de sustentabilidade, mas também para monitorar o desempenho em relação às especificações das CPS.

Essas medidas são relevantes para garantir implementação justa e eficiente das CPS, minimizando os riscos de *greenwashing*: adjudicação de contratos de carbono a subempresas de poluidores, execução de contratos que seriam favoráveis às PMEs com empresas não PMEs e contratos de igualdade de gênero a conselhos de administração dominados por homens ou organizações com remuneração que favorecem homens.

Opções de uso dos dados segundo a capacidade

	Sem código	Código baixo	Código
Opção 7: Monitorar o desempenho dos contratos	Conciliar manualmente as especificações com métricas específicas (por exemplo, considerar especificações relativas a PMEs e dados das empresas). Entrar em contato com fornecedores para apresentar métricas baseadas em CPS.	Criar painéis e ferramentas analíticas usando conjuntos de dados e desenvolver algoritmos que sinalizem discrepâncias (por exemplo, cálculos em planilhas/painéis).	Vincular conjuntos de dados a métricas de CPS e desenvolver algoritmos que sinalizem discrepâncias em escala, em todas as compras do setor público.

Opção 8 — Cadastrar dados de fornecedores na apresentação de propostas

Os compradores podem solicitar aos fornecedores que disponibilizem dados relacionados a metas de sustentabilidade na apresentação das propostas. Dentre eles, dados sobre a propriedade da empresa, localização da sede ou qualquer informação de certificações de sustentabilidade em seu poder.

Opções de uso dos dados segundo a capacidade

	Sem código	Código baixo	Código
Opção 8: Cadastrar dados de fornecedores na apresentação de propostas	<i>Solicitar a apresentação de dados de fornecedores (por exemplo, propriedade, endereço, certificações) de todos os fornecedores públicos em formato eletrônico, legível por máquina, de preferência em um modelo padrão (por exemplo, planilhas).</i>	<i>Agregar e armazenar esses modelos em um banco de dados. Esse banco de dados poderia ser específico para empresas de CPS ou para contratos gerais.</i>	<i>Utilizar identificadores de empresas e pessoas para vincular esses dados aos dados de compras e empresas.</i>

Opção 9 — Criar cadastros de fornecedores de CPS

Os compradores podem realizar buscas de empresas locais que tenham contratos semelhantes por categoria, especificação e valor. Esse processo pode incluir a criação de cadastros de fornecedores de CPS (por exemplo, cadastros de fornecedores de baixo carbono, empresas de propriedade de mulheres, empresas locais, etc.). Um cadastro de contratos com dados OCDS limpos e completos pode servir para cumprir esse objetivo.

Opções de uso dos dados segundo a capacidade

	Sem código	Código baixo	Código
Opção 9: Criar cadastros de fornecedores de CPS	<i>Compartilhar planilhas, com segurança, por meio de acordos de dados abertos entre</i>	<i>Identificar fornecedores locais por meio de bancos de dados de contratos.</i>	<i>Criar uma “lista de recomendações” (por exemplo, você já considerou X?) para compradores ao</i>

departamentos ou autoridades.

escolher as listas de fornecedores

Opção 10 — Utilizar dados nacionais ou estaduais

Uma maneira de compilar os dados necessários para medir o impacto de um contrato na sustentabilidade é consultar as informações nacionais disponíveis. Por exemplo, vincular contratos de CPS a dados de propriedade da empresa (caso o Estado exija a comunicação escrita dessas informações) ou a dados de estatísticas nacionais relativos a setores de crescimento para medir o impacto econômico.

Opções de uso dos dados segundo a capacidade

	Sem código	Código baixo	Código
<i>Opção 10: Utilizar dados nacionais ou estaduais</i>	<i>Solicitar, por escrito, aos fornecedores os dados de sustentabilidade necessários (por exemplo, propriedade da empresa) em formato eletrônico, legível por máquina, como parte de suas declarações fiscais ou financeiras.</i>	<i>Criar envio automático via formulário on-line, a ser preenchido em determinadas etapas (por exemplo, com a declaração de Imposto de Renda).</i>	<i>Usar algoritmos para criar benchmarks e estabelecer objetivos relativos às metas de sustentabilidade (por exemplo, igualdade de gênero) para setores e portes de empresas específicos. Trabalhar com setores específicos que apresentam baixo desempenho em métricas de sustentabilidade (por exemplo, baixa taxa de emprego de um gênero) para aumentar a participação e a capacitação.</i>

Uso dos dados segundo a capacidade

	Sem código	Código baixo	Código
Opção 1: Atribuir rótulos às compras	<p>Examinar manualmente os avisos de compras e decidir se é uma CPS ou não.</p> <p>As autoridades mandatárias liberam uma bandeira destacando que se trata de uma CPS.</p>	<p>Liberar uma bandeira de CPS nos cadastros de contratos</p>	<p>Utilizar o aprendizado de máquina para programar a identificação de que um aviso é ou não é CPS a partir de suas especificações. Aplicar essas ações retroativamente para aumentar o escopo da análise.</p>
Opção 2: Fomentar o desempenho de políticas com alertas	<p>Analisar manualmente as CPS identificadas na Opção 1 e contatar compradores para saber o motivo do descumprimento.</p>	<p>Utilizar ferramentas analíticas para identificar CPS e contatar compradores, como o painel de compras verdes do governo da Lituânia(consulte também o estudo de caso)</p>	<p>Aplicar o aprendizado de máquina para automaticamente inserir e analisar dados e especificações de compras com base em parâmetros (se uma organização se enquadra no escopo, se um aviso é duplicado) e para enviar lembretes aos compradores com desempenho não satisfatório.</p>

**Opção 3:
Analisar
contratos
adjudicados**

Rastrear e monitorar contratos adjudicados em planilhas simples e ferramentas analíticas comuns (por exemplo, Excel).

Utilizar o Silver Eye para transformar esses dados em OCDS.

Criar painéis de controle para a análise de compradores, fornecedores, categorias.

Criar bandeiras em cadastros de contratos ou portais para os principais indicadores econômicos: por exemplo, empresas de propriedade de minorias ou PMEs.

Vincular dados de adjudicação de contratos a outras métricas, como dados de gastos, métricas de qualidade dos dados do órgão regulador (nos contextos de saúde ou educação)

**Opção 4:
Prever o impacto
dos contratos**

Pesquisar mecanismos oficiais para medir o impacto da sustentabilidade (por exemplo, emissões de carbono). Há dados (locais ou internacionais) que podem ser compilados em uma planilha?

Pesquisar mecanismos oficiais para medir o impacto da sustentabilidade (por exemplo, emissões de carbono). Há dados (locais ou internacionais) que podem ser adicionados a um banco de dados e vinculados a contratos?

Construir um modelo que atribua a cada contrato uma pontuação ou valor de impacto de sustentabilidade (por exemplo, emissão de carbono) com base na natureza do suprimento.

**Opção 5:
Solicitar
sugestões de
sustentabilidade**

Trabalhar com compradores para estabelecer termos padronizados visando incentivar sugestões de sustentabilidade (por exemplo, alternativas de baixo carbono) em oportunidades de contrato.

Você tem um site de oportunidades de contrato? Ele pode ser atualizado para incluir uma bandeira (por exemplo, “baixo carbono”) para oportunidades que estão buscando alternativas de sustentabilidade?

Estabelecer uma especificação para uma característica que exija descrição detalhada por parte dos fornecedores de como planejam ser mais sustentáveis (por exemplo, reduzir o carbono ao longo de um contrato).

**Opção 6:
Avaliar o uso de
certificações**

Pesquisar normas e certificações mundiais (consulte [esta seção](#) para ver exemplos) para identificar a melhor adequação às necessidades do comprador. Use essa pesquisa para trabalhar com fornecedores e garantir melhores processos de acreditação e cumprimento.

Atualizar os cadastros de fornecedores, empresas e contratos para incluir rótulos de certificação

Criar um sistema que alerte os fornecedores sobre a mudança dos requisitos de certificação ecológica, e lembretes para atualizar os requisitos quando estiverem por expirar.

Opção 7: Medir e monitorar CPS com dados de gestão de contratos	Conciliar manualmente as especificações com métricas específicas (por exemplo, considerar especificações relativas a PMEs e dados das empresas). Entrar em contato com fornecedores para apresentar métricas baseadas em CPS.	Criar painéis e ferramentas analíticas usando conjuntos de dados e desenvolver algoritmos que sinalizem discrepâncias (por exemplo, cálculos de planilhas/ painéis)	Vincular conjuntos de dados a métricas de CPS e desenvolver algoritmos que sinalizem discrepâncias em escala: em todas as compras do setor público
Opção 8: Cadastrar dados de fornecedores na apresentação de propostas	<i>Solicitar a apresentação de dados de fornecedores (por exemplo, propriedade, endereço, certificações) de todos os fornecedores públicos em formato eletrônico, legível por máquina, de preferência em um modelo padrão (por exemplo, planilhas)</i>	<i>Agregar e armazenar esses modelos em um banco de dados. Esse banco de dados poderia ser específico para empresas de CPS ou para contratos gerais.</i>	<i>Utilizar identificadores de empresas e pessoas para vincular esses dados aos dados de compras e empresas.</i>
Opção 9: Criar cadastros de fornecedores	<i>Compartilhar planilhas, com segurança, por meio de acordos de dados abertos entre departamentos ou autoridades</i>	<i>Identificar fornecedores locais por meio de bancos de dados de contratos</i>	<i>Criar uma “lista de recomendações” (por exemplo, você já considerou X?) para compradores ao escolher as listas de fornecedores</i>

**Opção 10:
Utilizar dados
nacionais ou
estaduais**

Solicitar, por escrito, aos fornecedores os dados de sustentabilidade necessários (por exemplo, propriedade da empresa) em formato eletrônico, legível por máquina, como parte de suas declarações fiscais ou financeiras

Criar envio automático via formulário on-line, a ser preenchido em determinadas etapas (por exemplo, com a declaração de Imposto de Renda)

Usar algoritmos para criar benchmarks e estabelecer objetivos relativos às metas de sustentabilidade (por exemplo, igualdade de gênero) para setores e portes de empresas específicos.

Trabalhar com setores específicos que apresentam baixo desempenho em métricas de sustentabilidade (por exemplo, baixa taxa de emprego de um gênero) para aumentar a participação e a capacitação

4.2. Exemplo trabalhado: Mensuração da adoção de CPS

Nesta seção, explicamos como usar os dados para medir e monitorar o progresso em relação à meta de promover a adoção de CPS.

O que é?

Medir os níveis de adoção de CPS implica em saber o grau de confiança dos compradores públicos nas compras públicas sustentáveis — durante ou após o

processo de compra —, para identificar claramente as compras sociais, ambientais ou econômicas em licitações e contratações.

Por que medir?

Agências públicas em todo o mundo estão começando a aplicar políticas e metas que exigem que os compradores considerem diretamente o valor social ou instituem políticas sistêmicas (por exemplo, *net zero* como meta) que exigem que os compradores adaptem suas práticas de compra ao considerar outros fatores além do econômico. Medir a adoção e o progresso dessas novas iniciativas pode ser difícil, pois os dados necessários para registrar mudanças de condutas são escassos. Medir a adoção de CPS permite que compradores públicos demonstrem que estão integrando compras sustentáveis às suas práticas de aquisição e, portanto, estão atendendo às exigências da política.

Benefícios



Permitem demonstrar que as novas políticas adotadas pelos governos têm um efeito significativo nas compras.



Mostram claramente que as compras sustentáveis são um compromisso de longo prazo que os fornecedores precisam reconhecer (e avaliar comparativamente seu próprio desempenho).



Vinculam política a compras por um circuito de feedback que permite a mensuração dos objetivos da política.

Primeiros passos

A mensuração do progresso de compras sustentáveis geralmente consiste em registrar se um contrato ou proposta foi projetado(a) para atender a uma meta

política estabelecida. Como resultado, medir o progresso muitas vezes adquire a forma de um rótulo binário de “sim” ou “não”, que é registrado como parte do processo de compras.

O desafio para o setor público não é saber como medir os dados resultantes. Em geral, o cálculo é simples e se resume a somar o número total de contratos, ou seu valor correspondente, que é registrado como parte de uma iniciativa de compra sustentável. O verdadeiro desafio, pelo contrário, é saber como determinar se um contrato atende ou não a um limite definido de comum acordo entre as partes para uma compra sustentável.

Nesse sentido, é vital que o setor público seja claro quanto às políticas que deseja implementar. Por exemplo, no caso de existir uma política para adjudicar contratos a empresas de propriedade de mulheres, é preciso uma boa orientação sobre o que constitui uma empresa desse teor e quais as condições para que essa política possa ser aplicada.

Uma vez definida essa questão, é possível medir e registrar a adoção das políticas de CPS.

Como registrar uma CPS em um processo de compras?

Geralmente há três maneiras de registrar se uma compra atende ou não a um limite de sustentabilidade:

Informada pelo comprador

Em muitos casos, basta informar que um contrato cumpre a política de compras sociais estabelecida. Por exemplo, se um comprador der mais peso a uma empresa de propriedade de mulheres, é adequado registrar que essa compra atende a um limite para incentivar empresárias.

Nessa situação, o comprador deve ser capaz de registrar esse status no processo de publicação de dados sobre o contrato, e os compradores terão acesso a um sistema de publicação com recursos que registrem a atividade de compras sociais.

Informada por autoridade independente

Quando existe uma autoridade dedicada a monitorar uma iniciativa política, por exemplo, um setor da Administração Pública dedicado a promover a causa dos veteranos, ela pode decidir fornecer um serviço de autenticação de contratos licitados pelos compradores e declarar que um contrato, ou contratos, atende(m) ao padrão acordado. Esse tipo de autenticação é comum em negócios e normalmente é aplicado em nível organizacional e não em contratos individuais.

Quando são utilizados relatórios elaborados de forma independente, é necessário que a autoridade possa publicar uma lista de organizações que atendam ao limite exigido e por quanto tempo esse status deve ser aplicado à agência em questão. Os compradores devem ter o cuidado de registrar sua própria identidade de forma consistente ao publicar registros para que possam ser vinculados a qualquer lista publicada pela autoridade independente.

Informada por algoritmos

Em situações em que a política pode ser avaliada por métricas de domínio público, é possível determinar automaticamente se um contrato cumpre ou não o limite exigido pela política. Por exemplo, quando uma política exige que os compradores atribuam 10% da pontuação de cada licitação para a quantidade de carbono a ser economizada durante um contrato, então, se aquele recurso estiver acessível, um algoritmo de computador pode automaticamente marcar esse contrato como cumprindo o limite da política.

No entanto, nem sempre os dados estão acessíveis. Por exemplo, pode ser difícil transformar informações apresentadas no corpo de um texto ou em um documento anexo em dados mensuráveis. Nessas circunstâncias, projetos mais

avançados podem utilizar algoritmos de aprendizado de máquina para extrair dados e, depois, determinar se as informações corretas estão sendo incluídas.

As autoridades responsáveis pelo estabelecimento de políticas devem considerar mecanismos de validação de relatórios de compras sociais para garantir que as políticas sejam estabelecidas corretamente. Amostragem aleatória e outras técnicas podem ser empregadas para garantir que os compradores não estejam exagerando seu compromisso com as compras sociais.

Opções de mensuração

Depois de vincular política e ação e de registrá-las na forma de dados, pode-se começar a medir a CPS. Na maioria dos casos, a mensuração consiste em simplesmente contar o número de vezes que as compras atendem a um limite de CPS acordado.

Esses parâmetros podem ser simplesmente rótulos fixos a avisos que confirmam a existência de um limite de CPS, e que o documento está ou não em conformidade com esse limite.

Adequado para "PMEs = "Sim"

Amigável a empresas de propriedade de mulheres? = "Sim"

Os registros sem características particulares podem ser filtrados em um programa de planilhas. Para saber mais sobre como fazer isso no Microsoft Excel, acesse esta orientação. Verifique a versão de Excel que estiver usando.

É importante que os rótulos possam ser validados. Nesses casos, é importante identificar exatamente o que se entende por PME (empresas de pequeno/médio porte) ou empresas lideradas por mulheres para manter a clareza e a consistência. No caso de pequenas e médias empresas (PMEs), as definições podem girar em torno de número de funcionários, faturamento ou de ambos. No caso de empresas de propriedade de mulheres, as definições poderiam considerar se a empresa é de propriedade de mulheres ou se as mulheres constituem mais da metade dos beneficiários efetivos ou do conselho.

Esses parâmetros também podem se estender aos limites estabelecidos na política ou legislação que fazem com que a compra se enquadre no escopo de rótulos de CPS. Por exemplo, uma compra dentro do escopo pode ser qualquer aquisição que não contenha munição, ou que se origine do Ministério da Defesa e seu valor esteja acima de € 25 mil.

Para aqueles compradores sem acesso a rótulos (por exemplo, dados históricos ou falta de política ou legislação que exija a inclusão de rótulos), um algoritmo de aprendizado de máquina pode identificar a compra de CPS com base na especificação e no identificador de parâmetros na política e na legislação. Com dados claros estruturados em torno de um formato, por exemplo, OCDS, um script pode programar a identificação de compradores, fornecedores, limites de valores e padrões dentro da linguagem do texto publicado para identificar se um aviso de compra atende ou não ao limite da CPS.

A partir desses rótulos, os dados de compras podem ser analisados de forma agregada seja contando o número de contratos que alcançaram a definição de CPS, como abaixo:

nome do contrato | CPS |

contrato A | SIM |

contrato B | SIM |

contrato C | NÃO |

Total de contratos = 3

Total de CPS = 2

Ou usando isso para estabelecer um entendimento da proporção de contratos que atenderam ao padrão:

Porcentagem de contratos com status de CPS

$(2/3) \times 100 = 66,6\%$

Em alguns casos, o valor total dos contratos é um indicador útil do compromisso que está sendo assumido pelos compradores em relação às CPS. O exemplo abaixo ilustra como calcular o valor total dos contratos de CPS.

Nome do contrato | CPS | valor |

contrato A | SIM | 100.000 |

contrato B | SIM | 120.000 |

contrato C | NÃO | 160.000 |

Valor total = 100.000 + 120.000 + 160.000 = 380.000

Total CPS = 100.000 + 120.000 = 220.000

Utilizar valores para estabelecer um entendimento do investimento relativo em contratos de CPS também pode ser esclarecedor:

Porcentagem de contratos com status de CPS

$(220.000/380.000) \times 100 = 57,9\%$

As equações acima também podem ser filtradas por categoria, comprador, fornecedor, região. Assim, um analista de CPS da Malásia pode empregar filtros quando o comprador é o Ministério da Saúde da Malásia, a categoria é Medicina, o fornecedor Antah Healthcare Group e a região é Penang.

Outra boa medida seria publicar claramente os valores de pontuação que fazem parte do processo geral de compras. Por exemplo:

Pontuação ponderada de compras verdes = 10%

Pontuação ponderada de desenvolvimento econômico = 2%

Pontuação ponderada de igualdade de gênero = NULO

Assim, toda a análise é possível com a primeira opção, mas também permite a possibilidade de incluir melhores correlações. Em vez de perguntar se uma bandeira leva a um resultado correlacionado ou não, é possível analisar se outros fatores variam com o aumento da pontuação da CPS. As contagens e as equações

de adição acima podem ser multiplicadas pela ponderação para obter melhores comparações entre as compras. A título de exemplo, um contrato para um negócio de neutralidade do carbono:

Para dois contratos no valor de € 100.000

O Contrato 1 tem uma pontuação de compras verdes de 10% e vale € 100.000

O Contrato 2 tem uma pontuação de compras verdes de 15% e vale € 85.000

O valor de compras verdes do Contrato 1 = 100.000 x 10% = € 10.000

O valor de compras verdes do Contrato 2 = 85.000 x 15% = € 12.750

Como medir a adoção de CPS

Mantendo a clareza em relação à métrica de CPS, uma visão de longo prazo pode ser adotada e vinculada às metas estabelecidas pela política e pela legislação. No caso, rótulos são contados em relação ao número de documentos de compras e medidos ao longo do tempo. Portanto, um exemplo de CPS pode ser:

Adequado para "PMEs = "Sim"

Amigável a empresas de propriedade de mulheres? = "Sim"

Uma análise de desempenho ao longo do tempo pode ser realizada com base na contagem de compras, utilizando o ano em que um contrato foi celebrado para o ano de cada contrato.

Ano | Contagem de CPS | Todas as compras |

2019 | 200 | 600

2020 | 150 | 380

2021 | 450 | 650

Para 2019

Todas as compras = 600

Total CPS = 200

CPS como porcentagem de todas as compras = $200/600 = 33,3\%$

Para 2020-2021

CPS em 2020 = 150

CPS em 2021 = 450

Diferença 2020-2021 - $450 - 150 = 300$

Esse tipo de cálculo também pode ser usado para acompanhar as mudanças de ano para ano expressas em porcentagens:

Para 2020-2021

CPS em 2020 = 150

CPS em 2021 = 450

Porcentagem de mudança de 2020 a 2021

Diferença entre 2020 e 2021 dividida pelas CPS em 2020

Diferença entre 2020 e 2021 - $450 - 150 = 300$

Porcentagem de mudança em relação ao ano anterior = $300/150 = 200\%$

Ou em valores contratuais:

Ano	Contratos de CPS licitados (US\$ milhões)	Todas as compras (US\$ milhões)
-----	--	------------------------------------

2019	400	700
------	-----	-----

2020	200	1000
------	-----	------

2021	350	850
------	-----	-----

Para 2020

Todas as compras = US\$ 1000 milhões

Total CPS = US\$ 200 milhões

CPS como porcentagem de todas as compras = $200/1000 = 20\%$

Para 2020-2021

CPS em 2020 = 200

CPS em 2021 = 350

Diferença entre 2020 e 2021 - $350 - 200 = 150$

Porcentagem de mudança de 2020 a 2021

Diferença entre 2020 e 2021 dividida pelas CPS de 2020

Porcentagem de mudança de 2020 a 2021 = $150/200 = 75\%$

O uso de valores brutos de contrato é a opção mais simples, mas nem sempre é a melhor opção. O motivo é que esses valores podem ser distorcidos por contratos de alto valor. Por exemplo, um único contrato de grande vulto, como uma construção de infraestrutura, pode valer bilhões e elevar todo o valor da compra para o ano. Nesse caso, os valores precisam ser considerados conjuntamente com o valor do contrato.

A mensuração de metas ao longo do tempo permite que compradores e legisladores conheçam melhor o desempenho real em relação às metas estabelecidas pela política e pela legislação. Essa ação pode levar a fortes evidências de que o trabalho em prol dos objetivos políticos e legislativos está sendo realizado de forma quantificável.

Por exemplo, a compilação de dados de CPS como este:

Contagem de CPS = Total de todas as CPS realizadas dividido por Todas as compras

Significa que as classificações de organizações públicas podem ser criadas, mostrando bons e maus atores. Por exemplo, esta lista ilustrativa das cinco com melhor classificação para 2021:

<i>Comprador</i>	<i>Contagem de CPS</i> <i> (real)</i>	<i>Contagem de CPS</i> <i> (meta) -----</i>
<i>Ministério da Saúde Pública</i>	<i> 86%</i>	<i> 70% </i>
<i>Ministério da Fazenda</i>	<i> 82%</i>	<i> 70% </i>
<i>Ministério da Educação</i>	<i> 73%</i>	<i> 70% </i>
<i>Ministério da Infraestrutura</i>	<i> 63%</i>	<i> 70% </i>

*O desempenho mais baixo é do **Ministério da Infraestrutura****

Rastreamento do desempenho em relação à meta

Contagem de CPS como porcentagem de todas as compras = 63%

Contagem de CPS meta = 70%

Meta vs. real = 63% - 70% = -7% em relação à meta

O desempenho do Ministério da Infraestrutura é inferior em 7%.

A partir de uma visão de alto nível de classificação, os dados podem ser divididos ainda mais em planilhas e painéis de controle. A partir da lista ilustrativa acima, considerando o Ministério da Infraestrutura com o pior desempenho de 63%:

<i>Ano</i>	<i>Contagem de CPS*</i> <i> (real)</i>	<i>Contagem de CPS*</i> <i> (meta) </i>
	<i>-----</i>	
<i>2019</i>	<i> 75%</i>	<i> 70% </i>
<i>2020</i>	<i> 72%</i>	<i> 70% </i>
<i>2021</i>	<i> 63%</i>	<i> 70% </i>

É evidente que o cumprimento em relação à meta não somente estava em baixa desde 2019, mas também houve fatores em 2021 que levaram o desempenho a níveis muito abaixo do limite de 70%.

Essa redução pode ser ocasionada por mudanças inócuas, como um processo (novo sistema de contratações eletrônicas) ou mudança de pessoal e uma falta de treinamento e compreensão que muitas vezes ocorre nesse contexto. O desafio que muitos compradores e autoridades enfrentam é que tanto essas mudanças inócuas quanto suas consequências inesperadas passam despercebidas. Dados de qualidade, portanto, permitem melhor desempenho e melhor gestão.

Independentemente disso, se um órgão liderou uma compra que deveria ser uma CPS e não é rotulada como tal, então o órgão de execução pode tomar medidas. Por exemplo, o Ministério da Infraestrutura lançou uma licitação para a compra no setor de logística superior a € 25 mil, porém não como uma compra verde. Além disso, o Ministério tem repetido esse tipo de conduta em cerca de 14% de suas propostas. Um algoritmo para detectar esse tipo de situação e alertar o Ministério significa que eles podem rever suas propostas de dados de compras. Essa ação pode levar a uma melhoria contínua, tanto entre desempenhos satisfatórios quanto insatisfatórios.

Esse caso de uso foi comprovado junto aos órgãos administrativos. Em um exemplo, um órgão administrativo quis aumentar o cumprimento de uma métrica-chave de compras de 80% para 90% e 95%. Tal algoritmo alertou esse órgão público quando as compras no escopo de uma métrica de compras não estavam sendo adequadamente publicadas e permitiu justificar, junto a essa entidade, a necessidade de publicar melhores dados.

Como relatar os dados

Dados de qualidade sobre a adoção de CPS podem ser inseridos em painéis e relatórios para permitir aos formuladores de políticas e às autoridades de fiscalização uma visão geral simplificada das CPS lado a lado com as metas políticas e legislativas, assim como outras métricas.

Essa conexão entre o que a política e a legislação estão tentando alcançar e as evidências em torno delas cria um ciclo virtuoso que permite mudanças nas metas e nos benchmarks com base nas evidências. Isso significa que os formuladores de políticas podem estabelecer metas melhores e mais abrangentes ou rever suas metas originais com base nas evidências. Essa iniciativa pode ser ampliada para incluir outros indicadores-chave de desempenho (KPIs) nacionais (por exemplo, transparência nas compras).

Nas CPS, essa iniciativa pode ser utilizada para revisar as metas de CPS visando melhoria contínua:

<i>Ano</i>	<i>Contagem de CPS*</i>	<i>Política</i>
	<i>(real)</i>	<i>meta</i>
2017	56%	70%
2018	69%	70%
2019	73%	70%
2020	74%	75%
2021	76%	75%

**contagem expressa como porcentagem de todas as compras*

Uma meta política foi estabelecida para alcançar pelo menos 70% de todas as CPS até 2021. O rastreamento da meta política mostra que o cumprimento foi quase alcançado em 2018: 69%. Em 2019, a meta foi superada: 73% vs. 70%. Portanto, uma nova meta, mais ambiciosa, de 75% foi estabelecida para 2020. Essa meta foi superada em 2021, permitindo aumentar o alcance da meta.

Ela também pode ser utilizada para refinar os KPIs existentes com mais detalhes. Por exemplo, digamos que um governo atinge uma meta de 95% em relação às

Compras Verdes. Esse resultado pode levar a uma avaliação de como melhorar a especificação relativa às Compras Verdes para incluir mais medidas além do carbono, como por exemplo, resíduos plásticos, ou aumentar o número de CPS. Com uma taxa de adoção tão alta, é provável que as mudanças sejam implementadas de forma mais abrangente do que antes, e quaisquer quedas podem ser tratadas com a mesma estratégia que levou primeiramente a alcançar a taxa de 95%.

Com a estrutura de dados devidamente implementada e os dados disponíveis ao longo do tempo, relatórios em torno desses dados podem ser alimentados em painéis e filtrados com base em compradores, fornecedores, categorias, havendo ou não uma bandeira em vigor ou um aviso no escopo.

Exemplos de indicadores

O progresso alcançado em relação à adoção de políticas de CPS pode ser medido de várias maneiras. Anteriormente, [apresentamos uma estrutura de MeA](#) para medir o progresso em relação às metas de sustentabilidade, estabelecendo Metas, Resultados e Indicadores. Essa estrutura incluiu exemplos de resultados com Indicadores associados que podem ser utilizados para medir o progresso em relação à meta de “Promover a adoção de CPS”.

No exemplo específico trabalhado abaixo, incluímos esses resultados juntamente com os indicadores correspondentes, as opções relevantes para a compilação de dados e algumas dicas de implementação. Essas são apenas sugestões para demonstrar como reunir os elementos do Guia. Eles podem ser ajustados de acordo com os objetivos pertinentes, dados disponíveis, o contexto, etc.

4.3. Exemplo trabalhado: Mensuração da redução do carbono

Nesta seção, explicamos como usar os dados para medir e monitorar o progresso em relação à meta de promover a redução do carbono por meio de compras.

O que é?

Governos e empresas estão estabelecendo prazos para atingir emissões zero. Compras públicas podem ser utilizadas como instrumento para impulsionar mudanças voltadas à promoção de alternativas para reduzir emissões de carbono nas cadeias de abastecimento governamentais.

Este exemplo trabalhado descreve como utilizar dados de qualidade sobre compras, e como combiná-los com dados de emissões, para comunicar as possíveis emissões produzidas pelas atividades de contratação e a potencial economia gerada pela demanda de alternativas de baixo carbono.

Por que medir?

A redução das emissões de carbono está no centro da luta contra a mudança climática. Este exemplo fornece uma metodologia para estimar a intensidade de carbono dos contratos públicos, permitindo a adoção de iniciativas para reduzir as emissões de CO2 provenientes das compras.

Benefícios



A publicação de dados de emissões de carbono de qualidade tem vários efeitos positivos para aqueles que buscam lidar com suas emissões de carbono.



Os dados são utilizados para planejar e implementar ações imediatas e diretas para reduzir as emissões de carbono provenientes das compras.



O dados servem para recompensar fornecedores comprometidos com a redução da intensidade de carbono em suas mercadorias, obras, serviços e cadeia de abastecimento.



A publicação e a análise de dados de qualidade desbloqueiam os processos de aprendizado e repetição sobre os quais políticas e processos funcionam para reduzir a intensidade do carbono. Não se pode administrar o que não se pode medir.

Primeiros passos

As prioridades imediatas para a redução de carbono incluem a produção de carbono e outros gases de efeito estufa, como metano, e emissões perigosas, como óxidos de nitrogênio. Além delas, outras métricas em torno da redução de carbono são o cumprimento da certificação e a mensuração de resíduos plásticos.

Clique nas seções seguintes para saber mais sobre o processo e os dados necessários para medir os valores de carbono associados à compra:

Como estimar os valores de carbono

A maneira mais básica de estimar o valor de carbono de um contrato é multiplicando o valor do contrato por um coeficiente. Um exemplo de coeficiente é o valor de carbono derivado de categorias de bens e serviços. A Spend Network tem uma tabela que calcula a tonelagem de carbono com base em CPV e UNSPSC. Ela apresenta um modelo de alto nível do valor de carbono a que está associado: por exemplo, um contrato de serviços de táxi.

Valor do carbono = Valor do contrato multiplicado pelo coeficiente de carbono

Estimativa da gestão de instalações sobre emissões de carbono/US\$ = 610,69 toneladas de CO₂/US\$ milhões

Um contrato da gestão de instalações de US\$5 milhões produziria, portanto, 3.053,44 toneladas de CO₂

Isoladamente, esses dados não podem ser analisados: os valores brutos dos contratos não fornecem uma avaliação completa. Por exemplo, um aviso para US\$ 5 milhões pode ser US\$ 5 milhões em 1 ano ou US\$ 5 milhões em 10 anos. O rastreamento de valores brutos dos contratos produz dados irregulares e altamente distorcidos (por exemplo, um grande contrato de infraestrutura adjudicado por um ano causará a distorção de todo o conjunto de dados).

Portanto, para uma melhor estimativa do valor de carbono de um contrato, é necessário calcular o valor do contrato utilizando o valor do aviso de adjudicação e a data de início e término do contrato.

Valor do contrato = valor dividido pelo (data de término menos data de início)

Valor do carbono = valor do contrato multiplicado pelo coeficiente de carbono

Um contrato de gestão de instalações de US\$5 milhões parcelado em 10 anos produziria 305,34 toneladas/ano

Benchmarking nas compras de carbono

As medidas de rastreamento de carbono podem ser aprimoradas através da elaboração de melhores relatórios: por exemplo, relatório elaborado pelas próprias

empresas. Por exemplo, o cálculo do carbono como parte da pontuação de uma licitação durante o processo de compras.

Foi lançada uma licitação para um contrato de táxi de US\$ 5,5 milhões, com início em 01/01/23 e término em 01/01/28

Os licitantes devem estimar suas emissões anuais com documentos comprovativos.

Taxi Co relatou emissões anuais para realizar o contrato = 620 toneladas

Passengo relatou emissões anuais para realizar o contrato = 635 toneladas

A Taxi Co ganha o contrato por US\$ 5 milhões ou US\$ 1 milhão por ano

Este autorrelato pode ser comparado com a média para essa categoria.

Estimativa de emissão de carbono do serviço de táxi/US\$ = 603,05 toneladas de CO₂/US\$ milhões

(620 toneladas - 603,05 toneladas) / 603,05 toneladas = 3%

Isso representa uma emissão de carbono 3% maior em comparação com o mercado

Esse contrato de 5 anos produz, portanto, 3.100 toneladas de CO₂

A média do setor geraria 3015,25 toneladas durante os mesmos 5 anos

Isso representa uma geração de 84,75 toneladas em excesso,

que se traduz em 42.375 extintores de CO₂

E seria necessário plantar 4.138 árvores para compensar a média

Fonte: <https://www.climateneutralgroup.com/en/news/what-exactly-is-1-tonne-of-co2/>

Como compilar os dados necessários

A produção de carbono pode ser medida de várias maneiras com base no dinheiro e na categoria. Um exemplo são os valores de carbono derivados de categorias de bens e serviços. A Spend Network tem uma tabela para calcular a tonelagem de carbono com base em CPV, UNSPSC e outras taxonomias. A tabela apresenta uma visão geral simplificada do que está associado aos valores de carbono.

As compras públicas estão em uma posição vantajosa para exigir que as empresas apresentem suas emissões de CO2 como parte do processo de compras e divulguem essas informações abertamente. Os governos podem ser ainda mais ambiciosos e obrigar a publicação anual, além de outros documentos como declarações de imposto de renda e apresentações de contas financeiras.

Quando os mesmos dados financeiros forem exigidos por várias agências e não existir um repositório central para seu armazenamento, recomenda-se compilar os dados de fornecedores em um banco de dados central de licitantes. Dessa forma, os fornecedores podem registrar e publicar as informações exigidas apenas uma vez e várias agências podem utilizar esses dados ao avaliar as licitações.

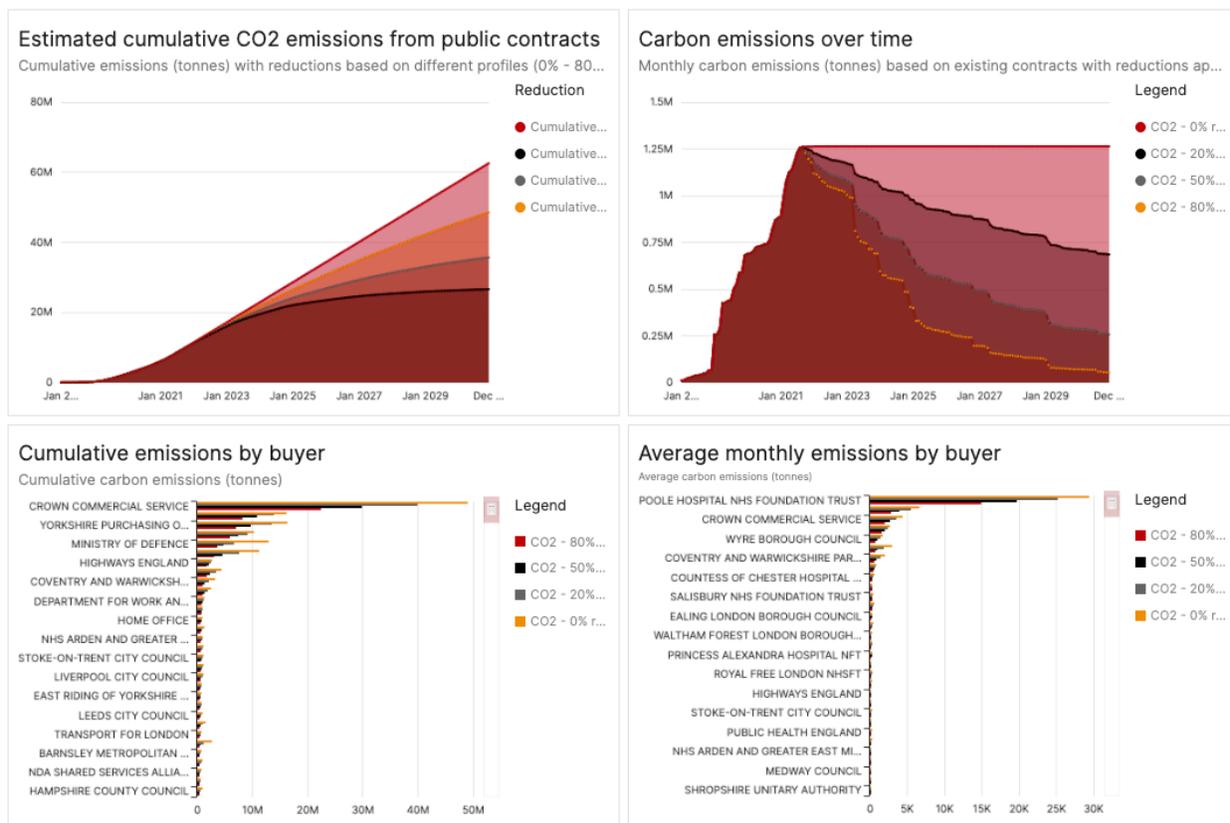
Como relatar esses dados

Ao relatar dados associados ao carbono, é importante decidir sobre a métrica de emissões e divulgação de relatórios antes mesmo de compilar e processar esses dados.

Com o intuito de que esse relatório seja transferível e, portanto, comparável com o de outras repartições públicas e até mesmo com o de outros países, é essencial ser claro e aberto sobre as metodologias de registro e cálculo de métricas de relatório, e disponibilizar os dados subjacentes para análise por terceiros.

Opções de uso dos dados

Existem muitas opções disponíveis para aqueles que procuram vincular os dados de compras ao carbono. Elas podem variar desde identificar uma oportunidade de contrato como “adequada para alternativas de baixo carbono” até exigir informações detalhadas sobre a quantidade de carbono economizada durante um contrato.



No início desta seção, apresentamos dez maneiras diferentes em que os dados podem ser utilizados para impulsionar e medir a sustentabilidade no processo de compras. Dessas opções, selecionamos quatro que podem ser especialmente úteis para medir a redução do carbono:

- **Solicitar sugestões sustentáveis (Opção 5)**

Incentivar fornecedores a detalhar como as emissões de carbono associadas ao seu contrato serão reduzidas.

- **Prever o impacto do contrato (Opção 4)**

[Estimar valores de carbono dos contratos](#) é uma boa maneira de estimar as emissões cumulativas e o possível efeito de alterar as estratégias de compras. Essa ação possibilita que compradores concentrem seus esforços nas categorias com maior impacto. Também pode servir para que os compradores estabeleçam “orçamentos” de carbono, o que garante o cumprimento de fornecedores a uma quantidade específica de emissões ao longo do contrato. Os dados podem ser utilizados para informar os fornecedores sobre essa exigência, mas também para realizar análises cumulativas das iniciativas de contratação em todas as repartições públicas. Esta iniciativa é melhor utilizada em uma categoria única e bem medida, como a energia.

- **Monitorar o desempenho do contrato (Opção 7)**

Os compradores públicos podem fornecer informações sobre emissões de carbono no transcurso de um contrato ou na sua conclusão. Vários setores, como o de viagens e construção civil, contam com medidas padronizadas para suas emissões e estas podem ser incluídas em qualquer atualização do desempenho do contrato. Visto que estão em andamento trabalhos para criar um [tratado vinculante](#) sobre resíduos plásticos, essas iniciativas também podem ser aplicadas para medir o uso do plástico, especialmente pelos maiores usuários, como os setores de construção civil e medicamentos/equipamentos médicos.

- **Avaliar o uso de certificações (Opção 6)**

Para reunir informações sobre emissões de carbono associadas a um produto, podem ser utilizadas [certificações](#), como as Declarações Ambientais de Produto — DAPs (ou EPD, do inglês Environmental Product Declarations). Você também pode solicitar o uso de outras certificações ambientais (por exemplo, rótulos ecológicos Tipo I) e avaliar seu impacto comparando os dados da previsão e da implementação dos contratos.

Exemplos de indicadores

Abaixo apresentamos alguns códigos simples e opções sem código que governos podem aplicar para medir a adoção de políticas e as prováveis reduções que estão sendo asseguradas pela especificação de produtos e serviços de baixo carbono.

É também uma ótima maneira de comunicar que você está tomando medidas sobre o clima de forma mais ampla.

Os relatórios públicos podem ser utilizados para:

- Demonstrar que uma política está sendo adotada pelos compradores.
- Estimar as reduções de CO₂ através da compra de alternativas com baixo teor de carbono.
- Mostrar quais categorias estão proporcionando as melhores reduções.
- Destacar quais categorias requerem ação adicional.
- Estabelecer um orçamento de emissões para diferentes contratos.
- Publicar uma lista dos próximos contratos e seus orçamentos de CO₂.

Algumas dessas opções são mais complicadas do que outras. Mesmo que não se tenha um fluxo confiável de dados sobre emissões de CO₂ e contratos públicos, ainda é possível comunicar esses dados para tratar de compromissos políticos e incluir cláusulas em contratos específicos de maior impacto para incentivar a inovação por parte dos fornecedores.

É importante começar com as características dos dados mais simples e garantir um processo robusto e repetível para a publicação dos dados de emissões.

Para orientação sobre como proceder, apresentamos uma Estrutura de MeA para medir o progresso em relação às metas de sustentabilidade. Exemplos de possíveis resultados e indicadores para o rastreamento:

Reducing carbon emissions	Promoting low carbon practices in public contracts	Share of tenders which comply with low carbon SPP policies	tenders that company with low carbon policy - Total number of tenders	Compliant tenders / Total number of tenders
Reducing carbon emissions	Promoting low carbon practices in public contracts	Share of tenders which include a carbon budget	- Number of tenders which include a carbon budget within specifications - Total number of tenders	Contracts which include a carbon budget / Total number of tenders
Reducing carbon emissions	Promoting low carbon practices in public contracts	Share of tenders which reference CO2 emissions within scoring of tender (award criteria)	- Number of tenders which reference CO2 emissions within the award criteria - Total number of tenders	Tenders which reference to CO2 emissions / Total number of tenders

Os dados fornecem insights que os compradores podem utilizar para exigir reduções de carbono nas compras; já os fornecedores podem utilizá-los para melhorar suas próprias cadeias de abastecimento e práticas de trabalho visando reduzir as emissões.

4.4. Medir a inclusão de gênero

Nesta seção explicamos como os dados podem ser utilizados para medir a participação de empresas lideradas por mulheres nas compras públicas.

O que é?

Para reduzir as barreiras que empresas lideradas por mulheres enfrentam nos mercados de compras públicas, precisamos identificar essas empresas e compreender até que ponto elas estão concorrendo e ganhando contratos públicos. Por exemplo, ter uma compreensão do número de contratos, do seu valor e do setor em questão. Esses seriam os parâmetros iniciais e, depois, implementar medidas com o objetivo de melhorar essas métricas ao longo do tempo.

Por que medir?

O setor público gasta o espantoso montante de US\$ 13 trilhões por ano em contratos públicos. Infelizmente, as pequenas empresas e as empresas lideradas por mulheres têm participação reduzida nesse mercado. Por exemplo, as empresas lideradas por mulheres recebem apenas 5% dos contratos federais nos EUA e 17% na Ucrânia. Quando aplicamos uma lente intersectorial, fatores como raça, deficiência e geografia limitam ainda mais o acesso às compras públicas por parte das empresas lideradas por mulheres.

A partir de 2020, procuramos saber mais por que as empresas lideradas por mulheres lutam para prosperar nos mercados de compras públicas. Trabalhamos com Value for Women para pesquisar as barreiras enfrentadas pelas empresas lideradas por mulheres nas compras públicas e as práticas emergentes para a equidade e inclusão de parceiros implementando reformas de contratação aberta na América Latina. Exemplos são Chile, República Dominicana e Argentina.

Você pode ler o relatório completo, uma versão de insights, ou um blog de resumo.

Você pode ler [o relatório na íntegra](#), uma [versão dos insights](#) ou um [blog resumido](#).

Trabalhamos com a ONU Mulheres para preparar uma [nota de política](#), incluindo mais exemplos e recomendações do mundo todo.

Benefícios

Os dados sobre com quem os governos realizam contratos facilitam a identificação do viés sistêmico que pode ser enfrentado com melhores políticas e práticas de compras.

Na maioria dos países, a participação de empresas de mulheres em compras públicas não pode ser medida porque os dados simplesmente não existem. Na Colômbia, a agência de compras do país, *Colombia Compra Eficiente*, começou a rever sua inclusão de gênero, publicando dados desagregados por sexo sobre suas adjudicações de contratos, aplicando o Padrão de Dados para Contratações Abertas. O gênero do representante legal do fornecedor foi utilizado para determinar se o negócio era liderado por mulheres. A agência está trabalhando atualmente para integrar os novos critérios com o objetivo de analisar as diferenças na participação empresarial de mulheres através de um painel público que utiliza vários indicadores, como setor, região e valor dos contratos.

Primeiros passos

Definir e reconhecer as empresas de mulheres é o primeiro passo para tornar a contratação pública mais sensível às questões de gênero.

Diferentes jurisdições definem empresas lideradas por mulheres de forma diferente. Como mencionado acima, a Colômbia simplesmente considera o gênero

do representante legal, enquanto outros países têm uma definição específica de empresas lideradas por mulheres (e geralmente têm um processo de certificação ou registro para empresas lideradas por mulheres para demonstrar que elas se enquadram na definição). Algumas opções para a definição de empresas lideradas por mulheres:

- a) $\geq 51\%$ de propriedade/lideradas por uma mulher/mulheres; ou
- b) ≥ 1 mulher como CEO/COO (presidente/vice-presidente); ou
- c) única proprietária.

Opções de uso dos dados

Registro do gênero do empresário na apresentação da proposta

A plataforma OCDS [recomenda](#) publicar as informações de que uma organização é liderada por mulheres com a [extensão de classificação da organização](#). Essa iniciativa estimula editores a documentar a definição do que significa ser uma empresa liderada por mulheres.

Seguindo um enfoque semelhante, enquanto [publicava seus dados de contratações utilizando a OCDS](#), a Diretoria de Compras Públicas da República Dominicana criou sua própria [extensão](#) para classificar as empresas. A extensão acrescenta o campo “gênero” para as organizações, e define que para as pessoas físicas o campo representa o gênero delas, e para as empresas representa o gênero da pessoa com mais de 50% das ações ou o gerente. Apresentamos abaixo um exemplo desse tipo de dados:

```
{
  "partes" [
    {
      "nome" "Siemens, SRL",
      "id": "DO-RPE-12716",
      "identificador": {
        "sistema": "DO-RPE",
        "id": "12716",
```

```

    "NomeLegal": "Siemens, SRL",
  },
  "funções": [
    "fornecedor"
  ],
  "endereço": {
    "EndereçoPostal": "Avenida Pedro Henriquez Ureña N° 138, Torre Empresarial Reyna II, Piso 6 , 602, La E"perilla",
    "localidade": "SANTO DOMINGO D" GUZMAN",
    "região": "DISTRITO NACIONAL"
  },
  "detalhes": {
    "gênero": "masculino"
  }
}
]
}

```

Mas, como mencionado anteriormente, há alguns casos em que as informações sobre a própria empresa podem não estar disponíveis. É o caso da Colômbia, onde somente o sexo do representante legal da empresa é conhecido. Portanto, para publicar essa informação na plataforma OCDS, eles criaram sua própria [extensão](#) para criar um campo de gênero e listar os possíveis valores de gênero. Apresentamos abaixo um exemplo desse tipo de dados:

```

{
  "nome" "JINNA PAOLA LEON WESSO",
  "id": "52838216",
  "identificador": {
    "sistema": "COL-IDCARD",
    "id": "52838216",
    "NomeLegal": "JINNA PAOLA LEON WESSO"
  },
  "endereço": {
    "EndereçoPostal": "CL 1 70 A 06 ",
    "localidade": "Bogotá D.C.",
    "região": "Colombia",
    "NomePaís": "COLÔMBIA"
  },

```

```
"Contato": {  
  "nome" "JINNA PAOLA LEON WESSO",  
  "sistema": "COL-IDCARD",  
  "identificador": "52838216",  
  "gênero": "Feminino"  
}  
}
```

Coleta de dados de diferenças salariais entre gêneros

Além dos dados que indicam se as empresas são lideradas por mulheres, é possível utilizar conjuntos de dados complementares sobre a igualdade de gênero das empresas, caso existam, como diferença salarial entre gêneros (se as mulheres recebem menos do que os homens por trabalho semelhante), mulheres em cargos de liderança e outras políticas de gênero (licença parental, auxílio creche, etc.)

Por exemplo, os dados salariais de gênero podem ser relatados como a diferença de remuneração entre funções equivalentes em uma organização, idealmente dividida por quartis de remuneração, comparando, assim, as diferenças salariais entre gêneros em funções semelhantes. Os compradores podem utilizar esses dados para saber se seu dinheiro está sendo gasto em negócios menos igualitários e trabalhar com fornecedores existentes e potenciais para promover melhorias, seja por licitações ou por gestão de contratos.

Além disso, ao reunir dados de igualdade salarial entre gêneros, é possível avaliar fornecedores individuais pelo desvio que apresentaram em relação à média da diferença salarial para sua categoria. Você pode medir as mudanças ao longo do tempo em relação a essa média e garantir que seus fornecedores superem a média da diferença salarial entre gêneros para a categoria deles.

Outras políticas de emprego que fortalecem a igualdade entre gêneros podem ser documentadas como critérios de adjudicação.

Exemplos de indicadores

Com base nesses dados, você pode começar a medir o progresso em relação à meta de alcançar a igualdade de gênero por meio de compras. Para orientação sobre como proceder, [apresentamos uma estrutura de MeA](#) para medir o progresso em relação às metas de sustentabilidade. Essa estrutura incluiu três exemplos de resultados com indicadores associados que podem ser utilizados para medir o progresso em relação à meta de “Promover a igualdade de gênero”.

Incluímos esses resultados abaixo, juntamente com os indicadores correspondentes, as opções relevantes para a coleta de dados que são apresentadas [nesta seção](#) e algumas dicas para sua implementação:

	RESULTADOS	INDICADORES	NECESSIDADES DE INFORMAÇÕES	MÉTODO DE CÁLCULO	OPÇÕES PARA REGISTRAR OS DADOS NECESSÁRIOS
Promoção da igualdade de gênero	Maior acesso às compras públicas por mulheres	Porcentagem de propostas recebidas de empresas lideradas por mulheres	- Número de propostas recebidas de empresas de propriedade de mulheres - Número total de propostas recebidas	Propostas de empresas de propriedade de mulheres / Número total de propostas	Ver seção sobre coleta de dados: Registro do gênero do empresário
Promoção da igualdade de gênero	Maior acesso às compras públicas por mulheres	Porcentagem dos contratos adjudicados a empresas lideradas por mulheres	- Número de contratos adjudicados a empresas lideradas por mulheres - Número total de contratos públicos	- Número de contratos adjudicados a empresas lideradas por mulheres / Número total de contratos	Ver seção sobre coleta de dados: Registro do gênero do empresário

Promoção da igualdade de gênero	Maior acesso às compras públicas por mulheres	Porcentagem do valor dos contratos adjudicados a empresas lideradas por mulheres	- Valor de contratos adjudicados a empresas lideradas por mulheres - Valor total de contratos públicos	Valor de contratos adjudicados a empresas lideradas por mulheres / Número total de contratos	Ver seção sobre coleta de dados: Registro do gênero do empresário
Promoção da igualdade de gênero	Maior acesso às compras públicas por mulheres	Porcentagem de contratos adjudicados a empresas lideradas por mulheres por setor	- Número de contratos adjudicados a empresas lideradas por mulheres em setores específicos (utilizando categorias de produtos) - Número total de contratos públicos por setor	Contratos adjudicados a empresas lideradas por mulheres por setor / Número total de contratos por setor	Ver seção sobre coleta de dados: Registro do gênero do empresário
Promoção da igualdade de gênero	Maior acesso às compras públicas por mulheres	Proporção de empresas lideradas por mulheres cadastradas que apresentaram propostas	- Número de empresas lideradas por mulheres cadastradas que apresentaram propostas - Número total de empresas lideradas por mulheres cadastradas	Número de empresas lideradas por mulheres cadastradas que apresentaram propostas / Número total de empresas lideradas por mulheres cadastradas	Ver seção sobre coleta de dados: Registro do gênero do empresário
Promoção da igualdade de gênero	Promoção da igualdade de gênero através de compras	Diferença salarial média entre gêneros observada nos fornecedores do setor	- Soma dos dados de diferenças salariais apresentados pelos fornecedores (diferença	Soma dos dados de diferenças salariais apresentados pelos fornecedores /	Consulte a seção sobre coleta de dados: coleta de dados de diferenças salariais entre

	públicas	público	percentual nos ganhos entre funções equivalentes em uma organização) - Número total de fornecedores	Número total de fornecedores	gêneros
Promoção da igualdade de gênero	Promoção da igualdade de gênero através de compras públicas	Diferença salarial média entre gêneros observada nos fornecedores do setor público por categoria de compras (exemplo, TI, construção civil, etc.)	- Soma dos dados de diferenças salariais apresentados pelos fornecedores (diferença percentual nos ganhos entre funções equivalentes em uma organização) por categorias de compras - Número total de fornecedores na categoria de compras	Soma dos dados de diferenças salariais apresentados pelos fornecedores (em uma categoria específica) / Número total de fornecedores (em uma categoria específica)	Consulte a seção sobre coleta de dados: coleta de dados de diferenças salariais entre gêneros
Promoção da igualdade de gênero	Promoção da igualdade de gênero através de compras públicas	Porcentagem de contratos adjudicados a fornecedores que apresentam paridade de remuneração na sua organização	- Número de contratos adjudicados a fornecedores que apresentam paridade de remuneração - Número total de contratos	Contratos adjudicados a fornecedores que apresentam paridade de remuneração / Número total de contratos	Consulte a seção sobre coleta de dados: coleta de dados de diferenças salariais entre gêneros
Promoção da igualdade de gênero	Promoção da igualdade de gênero em	Porcentagem de licitações que fazem referência à disparidade de	- Número de licitações que fazem referência à disparidade de gênero na	Licitações que fazem referência à disparidade de gênero / Número total de	Consulte a seção sobre coleta de dados: exigência da promoção da igualdade de gênero

	licitações públicas	gênero na pontuação (critérios de adjudicação)	pontuação das licitações - Número total de licitações publicadas	licitações publicadas	
Promoção da igualdade de gênero	Promoção da igualdade de gênero em licitações públicas	Porcentagem do valor de licitações que fazem referência à disparidade de gênero na pontuação (critérios de adjudicação)	- Valor total de licitações que fazem referência à disparidade de gênero na pontuação das licitações - Valor total de licitações publicadas	Valor de licitações que fazem referência à disparidades de gênero / Valor total de licitações publicadas	Consulte a seção sobre coleta de dados: exigência da promoção da igualdade de gênero
Promoção da igualdade de gênero	Promoção da igualdade de gênero em licitações públicas	Porcentagem de compradores públicos que publicam licitações que fazem referência à disparidade de gêneros na pontuação (critérios de adjudicação)	- Número de compradores que publicam licitações que fazem referência à disparidade de gênero na pontuação - Número total de compradores públicos	- Número de compradores que publicam licitações que incluem a disparidade de gênero - Número total de compradores públicos	Consulte a seção sobre coleta de dados: exigência da promoção da igualdade de gênero

Com base nos insights obtidos dos dados, os compradores podem direcionar mais gastos em compras públicas visando mudanças significativas, particularmente em setores onde o governo é um comprador importante. Se os dados sobre disparidade de gênero forem publicados abertamente, outros podem monitorar as atividades dos fornecedores e os dados podem ser utilizados para produzir mudanças positivas em suas próprias organizações. Com isso, melhores propostas podem ser apresentadas em contratos futuros.

Medidas políticas para melhorar a igualdade de gênero

1. Aumentar o acesso ao financiamento e/ou garantir o pagamento imediato dos fornecedores do governo.

A falta de acesso de empresárias ao financiamento limita sua capacidade de adquirir o capital de giro necessário para concorrer a uma contratação pública. Questões com atrasos de pagamento em compras públicas significam que as empresas precisam ter acesso ao financiamento na contratação pública.

2. Desenvolver mecanismos de engajamento e feedback para empresas lideradas por mulheres

Isso é particularmente importante para grupos de mulheres que podem ter menos acesso a informações e redes formais, como as que vivem em áreas rurais, ou as que pertencem a um grupo sub-representado.

3. Desenvolver orientações e estratégias de gerenciamento de mudanças para os compradores, a fim de reduzir o viés no processo de avaliação

Infelizmente, o preconceito e a discriminação ainda podem afetar o processo de avaliação (seja consciente ou inconsciente). Oferecer orientação e treinamento para compradores públicos pode ajudar. Veja este exemplo da Colômbia.

4. Simplificar os processos de contratação e desenvolver a capacidade de navegar pelo processo

Simplificar os procedimentos de cadastro e as exigências de licitação, simplificando e padronizando a documentação da licitação e dos procedimentos de pré-qualificação, priorizando apenas os essenciais para o trabalho. Reduzir o tamanho dos contratos em porções gerenciáveis para que pequenas empresas tenham bons resultados. Treinar empresas lideradas por mulheres no processo e disponibilizar uma central de ajuda.

5. Reduzir despesas e oportunidades de corrupção no processo de aquisição

A licitação de contratos públicos pode ser custosa. Eliminar ou reduzir as taxas de acesso aos documentos de licitação, os requisitos de segurança da licitação e as taxas de apresentação de propostas reduz essa barreira. Da mesma forma, um processo que exige das empresas diversos certificados, carimbos e assinaturas de várias autoridades é demorado e cria risco de suborno. A digitalização do cadastro de fornecedores e da apresentação de propostas pode eliminar essas barreiras.

6. Melhorar a transparência

Ver é crer. Quando empresas lideradas por mulheres perceberem que pequenas empresas como as delas estão concorrendo e ganhando contratos, terão mais confiança na igualdade de condições de concorrência e serão tratadas de maneira justa.

Você pode ler mais sobre medidas políticas para melhorar a inclusão de gênero e estudos de caso de todo o mundo nesta [Nota Política da ONU Mulheres e a OCP \(em inglês\)](#).

4.5. Exemplo trabalhado: Mensuração do desenvolvimento econômico

Nesta seção, explicamos como usar os dados para medir e monitorar o progresso em relação à meta de promover o desenvolvimento econômico por meio das compras públicas.

O que é?

Para muitos setores, a contratação se tornou um assunto global. O interesse de governos em obter vantagens econômicas em uma economia global é justo, mas também é preciso garantir que a contratação em si constitua uma força impulsionadora de inovação e criação de empregos em suas regiões. O exemplo abaixo descreve o uso de análises de compras e conjuntos de dados para impulsionar o desenvolvimento econômico em setores ou regiões geográficas específicos dentro de uma determinada economia.

Um bom exemplo da vida real é o [Acordo de Compras Governamentais \(GPA\) da Organização Mundial do Comércio](#), lei internacional acordada entre mais de 50 países para abrir e garantir acesso mútuo e justo aos seus mercados de compras. A coleta e publicação de dados padronizados de compras públicas abertas e o rastreamento de métricas úteis podem melhorar o desempenho das compras, incluindo a participação transfronteiriça.

Por que medir?

Ao incentivar o desenvolvimento econômico, as compras públicas possibilitam o aumento de habilidades e de criação de empregos, particularmente em áreas de carência financeira ou em setores com potencial de crescimento significativo. Quando implementada adequadamente, uma boa política de desenvolvimento econômico pode promover a diversificação das economias e seu crescimento. Em alguns casos, ela pode, por sua vez, reduzir a pobreza e a desigualdade, aumentar a integração dentro de uma economia e aumentar a receita tributária.

Benefícios

A análise do impacto das compras públicas em uma economia pode gerar uma série de efeitos positivos para fornecedores e empreendedores que acreditam na sua capacidade de apoiar governos com seus produtos ou serviços.



Pesquisas demonstram que gastos com empresas de menor porte proporcionam maiores retornos para as autoridades fiscais e que os custos governamentais podem ser reduzidos com a criação de novos empregos.



A maioria das inovações acontece em empresas de menor porte: o envolvimento com elas pode proporcionar avanços significativos para os governos.



É possível criar um ciclo virtuoso no qual pequenas empresas se transformem em grandes empresas tendo o governo como cliente.

Os dados sobre as empresas locais, a dependência dos fornecedores de programas de estágios ou os compromissos de utilizar subcontratados locais podem ser utilizados para monitorar e medir os esforços associados ao crescimento econômico. Mas a simples medição do número de contratos ganhos pelas empresas locais é uma boa maneira de começar a medir o impacto das compras públicas na economia local.

Primeiros passos

O desenvolvimento econômico apresenta diversos pontos de medição que podem ser utilizados. Em um país onde é comum contar com serviços de comissionamento de empresas estrangeiras, essa ação pode ser tão simples quanto medir o montante gasto com empresas sediadas no país. Em outros casos, pode ter mais a ver com gastos em uma área geográfica mais restrita, como uma área economicamente desfavorecida de uma cidade [como vimos em Buenos Aires, Argentina](#). Outros exemplos de como a contratação aberta pode promover a concorrência e estimular a economia podem ser encontrados [aqui](#).

A maioria das iniciativas de desenvolvimento econômico tende a se concentrar na criação de empregos, já que novos empregos permitem a redução dos custos em

programas sociais e o aumento da receita gerado por impostos e taxas. Para os fins deste exemplo, faremos o mesmo.

Como mensurar um emprego

De forma bem rudimentar, a medição de um emprego poderia ser tão simples quanto alocar uma porção de um contrato à mão de obra e dividir esse valor pelo valor médio do salário para esse setor ou o salário médio para sua região.

$€ 1.000.000 \times 0,8$ — onde o valor do contrato alocado à mão de obra é de 80%.

=

$€ 800.000 / 4$ — onde a duração do contrato é de quatro anos

=

$€ 200.000 / € 25.000$ — onde o salário médio para a região é de € 25.000

=

8

Este exemplo indica que o referido contrato provavelmente sustentaria oito empregos durante o seu período de vigência. O problema com esse tipo de iniciativa é que ela não leva em conta o status da empresa que recebe o dinheiro. Se esse dinheiro for concedido a uma empresa com seis funcionários, você poderia afirmar com confiança que uma adjudicação de contrato pode criar pelo menos dois novos empregos. Porém, as empresas não são tão simples assim. Elas atendem a vários clientes e lidam de diferentes maneiras quando há aumento na demanda.

Uma melhor maneira de entender a relação entre empregos e adjudicação de contratos é ter um entendimento básico do status de uma empresa antes da adjudicação do contrato. Portanto, os fornecedores precisam divulgar as informações sobre suas finanças e seu quadro de pessoal, assim será possível determinar o montante de receita que cada empresa requer para cada funcionário.

receita = € 10.000.000

lucro bruto = € 2.000.000 — assume que os custos de mão de obra estão incluídos no custo de vendas
funcionários = 200

— Para calcular a receita por funcionário

(€ 10.000.000 - € 2.000.000) / 200

=

€ 40.000

— Para calcular o índice de lucro bruto como uma porcentagem

(€ 2.000.000 / € 10.000.000) x 100

= 20%

Por que usamos o lucro bruto e o índice de lucro bruto? Normalmente, o lucro bruto de uma empresa é o valor líquido após a contabilização do custo de criação de um produto, incluindo os salários utilizados para essa criação. Portanto, o lucro bruto não inclui custos não produtivos como o escritório corporativo, mas mede a capacidade de uma empresa de gerar lucro usando mão de obra direta e materiais diretos.

Isso se torna uma métrica adequada para estabelecer se o valor gasto com uma empresa pode ser direcionado a empregos.

valor do contrato = € 3.000.000

anos de contrato = 3

gastos contratuais por ano = € 1.000.000

Para calcular os lucros brutos por ano, quando o índice de lucro bruto é de 20%.

€ 1.000.000 x 0.2

= € 200.000

Custo de operação do contrato por ano

$$\begin{aligned} & \text{€ } 1.000.000 - \text{€ } 200.000 \\ & = \text{€ } 800.000 \end{aligned}$$

$$\begin{aligned} & \text{número de funcionários necessários para o contrato cuja receita por funcionários é de € } 40.000 \\ & \text{€ } 800.000 / \text{€ } 40.000 \\ & = 20 \end{aligned}$$

Neste cenário, um contrato de três anos no valor de € 3 milhões concedido a um fornecedor com um índice de lucro bruto de 20% e uma receita por funcionário de € 40 mil suportaria 20 novos empregos durante o período de vigência do contrato.

Observe que não chamamos esses empregos de “novos” ou “criados” porque esta análise leva em conta uma série de suposições sobre se o dinheiro gasto com uma empresa resultará em novos empregos ou não. Por exemplo, essa análise não pode determinar se a receita atual da empresa de € 10 milhões por ano será mantida para que o novo contrato possa ser contado como receita adicional, o que seria equivalente a € 11 milhões por ano. Além disso, pressupõe que os lucros não serão reinvestidos no negócio e utilizados para aumentar o número de funcionários ou que o índice de lucro permanece inalterado.

É claro que há diversos fatores a serem considerados ao fazer esse tipo de análise, mas esperamos que o exemplo acima seja suficiente para ajudar os compradores a entender como vincular os gastos de uma empresa a empregos.

Nem todos os empregos são iguais

É natural querer registrar a natureza de um trabalho que está sendo criado quando se busca o desenvolvimento econômico a partir das compras. Os governos podem, por exemplo, priorizar a criação de estágios ou um trabalho permanente e qualificado além da criação de um trabalho não qualificado ou temporário.

Nesse cenário, os dados sobre lucros e receitas não serão suficientes. Em vez disso, as empresas precisarão fornecer detalhes dos empregos que planejam criar e

quando serão criados. Quando um comprador tem uma noção clara do valor dos diferentes tipos de empregos, pode fazer uma análise ponderada para dar mais crédito às empresas que criarão os empregos desejados. A ponderação pode funcionar como um mecanismo de desconto da atividade com menor prioridade.

Apresentamos abaixo algumas ponderações expressas como porcentagens. A combinação das ponderações com os dados de uma proposta pode ser utilizada para chegar a um único valor de “crédito” para um determinado fornecedor.

A esse crédito único pode ser atribuída uma classificação no mecanismo de pontuação mais amplo para uma licitação: por exemplo, o desenvolvimento econômico pode ser 10% do valor de uma proposta e outros fatores, como o preço, compondo os 90% restantes.

Emprego permanente qualificado = 100%

Emprego permanente não qualificado = 80%

Emprego temporário qualificado = 40%

Emprego temporário não qualificado = 20%

Informações sobre a oferta do Fornecedor A

Novos funcionários permanentes qualificados = 12

Novos funcionários permanentes não qualificados = 6

Novos funcionários temporários não qualificados = 4

Pontuação de crédito do Fornecedor A = $(12 \times 1,0) + (6 \times 0,8) + (4 \times 0,2) = 17,6$

Informações sobre a oferta do Fornecedor B

Novos funcionários permanentes qualificados = 10

Novos funcionários permanentes não qualificados = 6

Novos funcionários temporários não qualificados = 6

Crédito do fornecedor B = $(10 \times 1,0) + (6 \times 0,8) + (6 \times 0,2) = 16$

As ponderações podem ser criadas para diversos fatores, incluindo localização, natureza do trabalho, tipo de habilidades adquiridas ou se a empresa está ou não em um mercado em crescimento. O uso de ponderações e como elas serão aplicadas a uma licitação precisam estar em conformidade com sua legislação de compras e devem ser comunicadas aos licitantes antes de iniciar quaisquer avaliações da licitação.

Como compilar os dados necessários

Para realizar uma análise de desenvolvimento econômico, é necessário conhecer alguns dados, como o número de funcionários, a receita total e os lucros brutos de cada empresa.

Os dados sobre o desempenho financeiro de uma empresa, incluindo a receita e os lucros brutos, devem estar demonstrados nas contas da empresa. Diferentes países têm diferentes sistemas de divulgação de demonstrações financeiras para empresas, que também diferem conforme o porte delas. É provável que a maioria das empresas com as quais os governos negocia possa disponibilizar um conjunto de contas.

Se algum dos dados não estiver disponível — por exemplo, no Reino Unido não há necessidade de fornecer dados sobre o número de funcionários —, então será necessário que os licitantes forneçam esses dados como parte de sua apresentação de propostas. Algumas informações, como as relativas à natureza de um trabalho que provavelmente será criado, estarão vinculadas ao contrato individual e, portanto, precisarão fazer parte da apresentação de propostas.

Quando os mesmos dados financeiros forem exigidos por várias agências e não existir um repositório central para seu armazenamento, recomenda-se compilar os dados de fornecedores em um banco de dados central de licitantes. Dessa forma, os fornecedores podem registrar e publicar as informações exigidas apenas uma vez e várias agências podem utilizar esses dados ao avaliar as licitações.

Análise e divulgação dos dados

Para relatar dados de desenvolvimento econômico, é preciso estabelecer de antemão o que se deseja medir e relatar publicamente, antes mesmo da coleta e do processamento desses dados. Se sua política é criar novos empregos, você pode escolher uma métrica que crie um relatório relacionado ao número de empregos que foram criados pela adjudicação de contratos.

Você deve ser claro sobre como está registrando e calculando essas métricas e tornar os dados subjacentes disponíveis para análise por outros. Por exemplo, talvez seja interessante comparar o número de empregos gerado por um contrato versus o número de novos empregos que você criou selecionando empresas com base nos seus resultados positivos de desenvolvimento econômico.

No cenário seguinte, podemos calcular os empregos que a contratação promove e o número de novos empregos que seriam criados pela adjudicação do contrato ao Fornecedor A. Subtraindo o número de empregos promovidos pelo contratante estabelecido do número de empregos que seriam promovidos pelo novo contratante é possível determinar que nove novos empregos seriam criados.

valor do contrato = € 3.000.000

anos de contrato = 3

gastos contratuais por ano = € 1.000.000

fornecedor estabelecido = C

fornecedor vencedor = A

Receita por funcionário

Fornecedor A = € 40.000

Fornecedor B = € 43.000

Fornecedor C = € 58.000

Número estimado de empregos promovidos pelo contrato

Fornecedor A = 20

Fornecedor B = 18

Fornecedor C = 11

Os compradores também podem agrupar relatórios sobre outros fatores para dar contexto a um projeto de desenvolvimento econômico. Por exemplo, é possível agrupar empregos pela região onde foram criados, categoria de compras (por exemplo, construção civil), natureza dos empregos criados (por exemplo, qualificados) ou pelo tipo de empresas apoiadas (por exemplo, de propriedade de mulheres).

Opções de uso dos dados

O desenvolvimento econômico é uma área de análise muito rica, onde governos lançam mão de seus próprios dados econômicos usando cadastros fiscais e registros de empresas públicas.

No início desta seção, apresentamos [dez maneiras diferentes](#) em que os dados pode ser utilizados para impulsionar e medir a sustentabilidade no processo de compras. Dessas opções, selecionamos quatro que podem ser especialmente úteis para medir o desenvolvimento econômico:

- **Avaliar os contratos adjudicados (Opção 3)**

Registrar contratos adjudicados e verificar se o aumento no número é a maneira mais simples de começar a medir os impactos do desenvolvimento econômico.

- **Monitorar o desempenho do contrato (Opção 7)**

Os compradores podem solicitar que os fornecedores enviem informações sobre empregos necessários para atender o contrato e medir a criação de empregos locais.

- **Criar cadastros de fornecedores de CPS (Opção 9)**

Os compradores podem realizar buscas de empresas locais que tenham contratos semelhantes por categoria, especificação e valor. Um cadastro de contratos com

dados que aderem aos OCDS limpos e completos pode servir para atingir esse objetivo.

- **Utilizar dados de relatórios nacionais ou estaduais (Opção 10)**

Os compradores podem identificar categorias de interesse e medir o crescimento com base nas despesas de contratação em comparação aos anos anteriores. Isso pode se aplicar a indústrias-chave de interesse subordinadas a indústrias maiores, por exemplo, aquelas situadas mais abaixo na cadeia de abastecimento.

Exemplos de indicadores

Há uma ampla gama de opções de análise nesta área. Já consideramos a questão da criação de empregos, mas o escopo da análise socioeconômica é muito amplo e não precisa ser limitado à criação de empregos. A busca de financiamento direto para diferentes áreas de sua economia pode ser medida de várias maneiras.

Para orientação sobre como estruturar sua iniciativa, apresentamos uma estrutura de MeA para medir o progresso em relação às metas de sustentabilidade. Essa estrutura incluiu dois exemplos de resultados com Indicadores associados que podem ser utilizados para medir o progresso em relação à meta de “Estímulo ao desenvolvimento socioeconômico”.

Com base nos insights obtidos dos dados, compradores direcionam mais gastos em compras públicas visando proporcionar maior produtividade e crescimento. Se forem publicados abertamente, os dados podem ser utilizados por fornecedores para produzir mudanças positivas em suas próprias organizações e apresentar melhores propostas em contratos futuros.

Medidas políticas para melhorar o desenvolvimento econômico

Além do modelo de MeA aqui apresentado, são necessárias medidas políticas mais amplas a fim de aumentar a inclusão socioeconômica e apoiar o desenvolvimento econômico. Isso deve ser acompanhado por um plano cuidadoso e considerado

para engajar fornecedores, aumentar as consultas ao mercado, dividir grandes contratos em lotes menores, pressionar grandes empreiteiros internacionais em sua pegada local, rastrear a subcontratação, e muito mais. Para mais informações, consulte as seções sobre Engajamento com o mercado de fornecedores e Perguntas frequentes.

4.6. Exemplo trabalhado: Medindo o custo do ciclo de vida

Nesta seção, explicamos como usar os dados para medir e monitorar o progresso em relação à meta de promover as iniciativas do custo do ciclo de vida nas compras.

O que é?

O custo do ciclo de vida, ou custo total de propriedade, refere-se à prática contábil de determinar o custo composto de um ativo. No contexto de compras, os compradores usam o custo do ciclo de vida para avaliar o custo total de possuir algo, comumente uma máquina de algum tipo. Assim, o custo do ciclo de vida associado a um equipamento pode incluir a compra original, custos operacionais, de licenciamento, manutenção e descarte. Outros elementos que podem ser considerados são os custos de falha e de reposição de peças.

O custo do ciclo de vida pode ser aplicado a projetos de construção civil, nos quais os compradores avaliam o custo da construção e, em seguida, o custo de gerenciamento de um edifício durante um determinado período. Esse valor de custo pode, então, ser compensado com seu uso previsto. Por exemplo, para um projeto escolar, o custo de ciclo de vida de dez anos pode ser medido em relação ao número de alunos que receberão ensino escolar durante esses anos.

Por que medir?

O custo do ciclo de vida tem um papel a desempenhar na garantia do valor a longo prazo para um comprador, bem como na redução de desperdícios desnecessários, e enfatiza o valor de vida útil de um ativo. Não utilizar o custo do ciclo de vida desvia o foco para custos baixos e imediatos, não prestando atenção a custos elevados de manutenção associados a equipamentos de menor qualidade.

A compreensão do custo do ciclo de vida de um ativo tem sido historicamente ainda mais difícil por causa da complexidade em registrar e analisar os dados corretamente. Entretanto, avanços na computação e na capacidade de análise facilitaram muito os processos de coleta e análise dos gastos em relação a um ativo.

Hoje em dia, os governos podem obter mais facilmente informações sobre o custo total de um ativo ao longo do tempo. Isso, por sua vez, permite que os compradores adquiram não apenas um item, mas um serviço que ofereça suporte ao uso de um item. Por exemplo, um projeto de construção civil pode incluir a construção e o gerenciamento do ativo.

Usar compras de qualidade e combiná-las com os dados dos gastos fornece aos compradores uma perspectiva ainda maior do custo de todo o ciclo de vida do seu respectivo ativo. O [Padrão de Dados para Contratações Abertas](#) pode ajudar a potencializar essa análise, unindo as várias etapas do processo de compras.

Benefícios

A compreensão dos custos do ciclo de vida tem diversos efeitos positivos para aqueles que buscam obter melhores resultados sociais e ambientais:



O uso dos dados para demonstrar como você leva a sério a relação custo-benefício, considerando o longo prazo.



A recompensa para fornecedores e equipes que estão comprometidos em fornecer um produto de alta qualidade em vez de garantir uma venda rápida.



As informações de qualidade sobre o custo do ciclo de vida significam utilizar menos recursos por mais tempo, reduzindo o desperdício.

Primeiros passos

Tendo identificado um ativo que deseja medir, você precisa combinar os dados que compõem o custo do ativo de várias fontes, mas tendo o cuidado de excluir dados irrelevantes. Por exemplo, se procurar medir o custo do ciclo de vida de um veículo de coleta de lixo, é recomendável incluir o custo de pneus novos, mas não o custo de pneus para veículos varredores de estrada.

Há uma ampla gama de opções de análise nesta área. Os governos têm requisitos de compra muito amplos, desde ferramentas odontológicas até veículos de defesa, e o custo do ciclo de vida pode ser aplicado à maioria dessas categorias. A seguir, esboçamos algumas das características de custo que você precisará incluir ao calcular um custo de ciclo de vida.

1. Investimento inicial:

1. O custo inicial de um produto.
2. Os custos iniciais podem ser reduzidos utilizando opções de financiamento, mas estes precisam ser considerados durante toda a vida útil de um contrato de financiamento e quaisquer penalidades que possam incorrer.

2. Manutenção:

1. O custo de manutenção de um ativo pode ser incluído no contrato ou ser cobrado separadamente.
2. Procure evidências confiáveis de custos de manutenção de outros usuários do mesmo ativo ou similar.

3. Considere se há alguma restrição na manutenção de um produto, por exemplo, o uso de um técnico não qualificado para examinar um laptop invalida uma garantia?
3. Licenças:
 1. Os equipamentos podem vir com licenças de uso ou software que é utilizado para operar um equipamento e pode incluir uma licença. Tenha cuidado com os custos relativos ao uso ou às limitações de como você pode utilizar o software ou os dados inseridos no sistema.
 4. Equipe:
 1. Esteja atento ao tempo e aos recursos exigidos para administrar um ativo. Você pode optar pela compra com base no fornecimento e na manutenção. Nesse caso, é tentador excluir o custo do tempo do pessoal como dedicado ao ativo, mas ainda assim você precisará gerenciar o contrato e monitorar e avaliar o trabalho do fornecedor. Todo ativo consumirá tempo do pessoal. Não deixe de avaliar esse custo de forma conservadora.

Como avaliar um ciclo de vida

Neste exemplo, o valor dos dados que você pode reunir corresponde diretamente à qualidade da análise que consegue realizar. Melhores dados darão melhor análise e mais controle sobre o preço e a avaliação de contratos futuros.

Para construir um custo de ciclo de vida, você precisará estimar custos, fazer projeções e realizar análises ao longo do tempo. A seguir esboçamos um exemplo de cálculo de custos do ciclo de vida utilizando vários contratos.

Estimativa

A primeira parte de qualquer análise de custo de ciclo de vida requer uma compreensão do que deve ser incluído na análise do custo. Seu objetivo é conseguir determinar o custo total das compras e da administração de um ativo para poder comparar o custo de fazer diferentes escolhas. Por exemplo, se estiver

calculando o custo do ciclo de vida de um veículo, você poderia incluir o custo de combustível ou decidir que esse custo é relativamente constante independentemente do tipo de veículo que está sendo comprado e excluí-lo.

O custo do ciclo de vida de um veículo pode incluir o seguinte:

- Preço de compra original
- Custo de manutenção
- Custos das peças
- Custo do combustível
- Taxa de licenciamento veicular
- Seguro

Antes de comprar um veículo, talvez não haja uma lista de pagamentos para operar um veículo equivalente, de modo que você pode usar estimativas baseadas em estimativas.

Custos no primeiro ano

Preço inicial = € 60.000

Custos de manutenção = € 2.000

Peças = € 500

Combustível = € 6.000

Taxa de licenciamento veicular = € 2.500

Seguro = € 3.000

Custos estimados no primeiro ano = € 74.000

Esse cálculo básico dará uma estimativa do custo de operação do veículo para o primeiro ano de propriedade. Para entender os anos seguintes, você precisa do custo projetado.

Projeção

Para projetar o custo de um ativo no futuro, é necessário estimar os custos nos anos subsequentes e considerar os fatores econômicos que mudarão esses custos, incluindo a inflação.

Custos no segundo ano

Custos de manutenção = € 2.500

Peças = € 600

Combustível = € 6.000

Imposto de circulação = € 2.500

Seguro = € 3.000

Inflação = 10%

Custos estimados no segundo ano sem inflação = € 14.600

Custos estimados no segundo ano com inflação = € 16.060

Observe que estimamos um aumento nos custos de manutenção e reposição de peças que está muito acima do custo de inflação. Isso porque prevemos que esses custos irão aumentar com a depreciação do veículo e a maior necessidade de manutenção.

Mensuração ao longo do tempo

Por último, consideramos os custos anuais combinados para estabelecer um custo de ciclo de vida completo. Assim, se estimarmos que o carro custa € 16.580 a mais para funcionar no terceiro ano, podemos estabelecer rapidamente um custo do ciclo de vida para o veículo se formos proprietários dele por três anos.

Custos de três anos

Primeiro ano = € 74.000

Segundo ano = € 16.060

Terceiro ano = € 16.580

Custo total = € 106.640

Valor de revenda = € 40.000

Gasto total = € 66.640

Aqui também consideramos que o veículo tem um valor de revenda de € 40 mil, o que resulta em um custo de € 66.640. Tendo determinado esse custo, podemos considerar outras opções de fornecimento de um veículo, por exemplo, um contrato de leasing poderia custar € 3 mil por mês para o mesmo período de 36 meses, o que custaria € 108 mil, mas uma vez adicionado o imposto de circulação e o seguro, o preço é menos atraente.

O poder do custo de ciclo de vida é que ele pode ser utilizado para comparar diferentes escolhas de ativo, mas também para orçar um ativo.

Custos reais e projeções

Acabamos de analisar o papel das estimativas na determinação do custo do ciclo de vida. Agora, vamos analisar o papel dos custos reais, em outras palavras, os pagamentos reais que estão sendo feitos e como eles podem ser utilizados para estabelecer um custo do ciclo de vida.

Aqui o desafio é vincular os dados em uma fatura ou seu pagamento a um ativo. Isso pode ser simples ou complexo, dependendo da natureza do ativo. Um pagamento para fornecer serviços de gerenciamento de instalações para um edifício será fácil de determinar, visto que uma fatura provavelmente incluirá um conjunto de taxas relacionadas a esse edifício. Determinar o custo real do edifício é, nesse cenário, relativamente simples.

Custo inicial de construção = € 6.000.000

Custo das instalações no primeiro mês = € 600.000

Custo das instalações no segundo mês = € 600.000

Custo das instalações no terceiro mês = € 600.000

Custo das instalações no quarto mês = € 600.000

Custo das instalações no quinto mês = € 600.000

Custo das instalações no sexto mês = € 600.000

Custo total = € 9.600.000

Mesmo havendo variação nos custos mensais, é fácil estabelecer um custo do ciclo de vida para esse ativo. Com apenas seis meses, é possível fazer uma projeção útil de que esse ativo custaria € 78 milhões em dez anos.

Ao examinar os diversos custos associados a diferentes ativos, temos que nos esforçar um pouco mais para obter o custo do ciclo de vida para cada ativo. Por exemplo, quando temos um conjunto de laptops, é preciso considerar os diferentes custos associados a todos eles para calcular a média e estabelecer o custo único por unidade.

Custo único

Custo de compra original = € 1.000

Taxa de instalação = € 300

Descarte = € 500

Custos anuais

Licenças = € 200 por ano

Manutenção = € 100 por ano

Rede = € 100 por ano

*Custos totais do ciclo de vida em cinco anos = € 1.800 + (€ 400 * 5) = € 3.800*

Este é um custo por unidade relativamente simples, mas também é preciso considerar os custos relativos a peças de reposição, produtos de reposição, treinamento e suporte para os laptops. Nesse cenário, você pode modelar esses custos extras da seguinte maneira:

Substituições anuais

20 faturas recebidas por ano, valor médio da fatura = € 50

1 laptop por ano danificado além do reparo, reposição = € 1.300 (compra + instalação)

Custos anuais

Treinamento de pessoal = € 40.000

Pessoal de suporte = € 120.000

Para um conjunto de 100 laptops, esses exemplos de custos são os seguintes:

Peças de reposição: (€ 50 x 20)/100 = € 10 por laptop por ano

Reposição de laptops: € 1.300/100 = € 130 por laptop por ano

Treinamento: € 40.000/100 = € 400 por laptop por ano

Suporte: € 120.000/100 = € 1.200 por laptop por ano

Outros custos anuais = € 1.740 por laptop

Tendo modelado os custos associados com reposições e serviços de suporte para ajudar no funcionamento dos laptops, você pode combinar esses custos em um custo anual preciso antes de projetar os custos para o ciclo de vida completo:

Custo único

Custo de compra original = € 1.000

Taxa de instalação = € 300

Descarte = € 500

Custos anuais

Licenças = € 200 por ano

Manutenção = € 100 por ano

Rede = € 100 por ano

Treinamento e suporte = € 1.600 por ano

Reposição = € 140 por ano

Total de custos anuais = € 200 + € 100 + € 1.600 + € 140 = € 2.040

*Custos totais do ciclo de vida em cinco anos = € 1.800 + (€ 2.040 * 5) = € 12.000*

Tomamos o custo inicial de um laptop em € 1.000 e determinamos que o custo real de possuir e manter esses laptops será mais próximo de € 12 mil por laptop. Essa é uma visão útil para os compradores, pois esclarece que o custo primário de funcionamento dos laptops é de € 1.600 por ano gastos em suporte e treinamento.

Um segundo laptop com uma interface de usuário melhor e requer menos suporte global pode muito bem representar uma melhor relação custo-benefício, apesar de ter um custo unitário muito maior. No cenário seguinte, um laptop custa o dobro do custo unitário, mas a metade do suporte proporciona um custo de ciclo de vida de € 9 mil por unidade e uma economia de 33% na unidade mais barata.

Custo único

Custo de compra original = € 2.000

Taxa de instalação = € 300

Descarte = € 500

Custos anuais

Licenças = € 200 por ano

Manutenção = € 100 por ano

Rede = € 100 por ano

Treinamento e suporte = € 800 por ano

Reposição = € 140 por ano

Total de custos anuais = € 200 + € 100 + € 800 + € 140 = € 1.240

*Custos totais do ciclo de vida em cinco anos = € 2.800 + (€ 1.240 * 5) = € 9.000*

Neste cenário, estamos combinando dados reais sobre o valor de um ativo, usando dados de amostras de reposições e custos de suporte projetados para determinar o custo do ciclo de vida de um único ativo. Além disso, mostramos como o custo do ciclo de vida talvez não seja o melhor indicador do valor real e que é necessária uma pesquisa significativa para saber onde é possível economizar.

Como compilar os dados necessários

Você pode usar estimativas de preços simples, por exemplo, trabalhar com seus próprios dados contratuais ou dados abertos publicados por terceiros. Para obter um quadro mais detalhado, recomendamos reunir dados reais de pagamento de sua própria organização ou de outras organizações.

Estimativas de preços

A coleta de dados sobre preços listados em sites pode ser suficiente para começar a definir um custo de ciclo de vida estimado. Um custo de ciclo de vida adequado, porém, precisará ser mais robusto à medida que você obtém mais fontes de dados e determine os preços.

Dados contratuais

A maior parte das compras feitas pela Administração Pública é para a entrega de um serviço e não de um produto. Mesmo quando adquirem produtos, os governos normalmente também contratam serviços de suporte. Portanto, a compra de drones para uso por uma equipe de resgate na montanha muitas vezes virá atrelada à contratação de serviços de treinamento e suporte técnico.

Dados para contratações abertas são altamente valiosos nesse contexto, pois podem dar aos compradores uma visão útil sobre os gastos e compromissos assumidos por outras agências. O desafio é ter certeza de comparar preços com precisão, que os dados sejam confiáveis, com contratos decompostos em custos anuais e uma compreensão clara do que está sendo comprado. Então, um contrato para um veículo é um contrato de leasing ou um contrato de compra?

Dados de pagamentos

Os dados de pagamento são a melhor forma de custeio do ciclo de vida, pois são um reflexo preciso do custo real de um serviço. Os dados de pagamentos estão disponíveis no Padrão de Dados para Contratações Abertas e, desde que publicados em formato prático, podem oferecer uma visão relevante do custo real de um serviço ou ativo.

Como lidar com esses dados

É importante entender exatamente o que está sendo adquirido quando analisar uma combinação de dados de gastos e contratos, pois é provável que surjam dúvidas sobre como trabalhar com dados históricos ou dados que não tenham sido publicados por sua própria organização. Para melhorar a qualidade dos dados e a capacidade de custo do ciclo de vida, pode ser uma boa ideia começar a rotular as transações com referências de ativos, de modo que cada transação possa ser vinculada ao ativo para análise futura.

Custo do ciclo de vida e CPS

O custo do ciclo de vida é normalmente empregado para entender os custos, mas também pode ser utilizado para entender os impactos sociais e ambientais de um ativo ou uma compra. Por exemplo, a substituição do valor monetário de um ativo pelas saídas de carbono pode fornecer um custo do ciclo de vida do carbono para o ativo. A análise é efetivamente a mesma, mas realizada com dados de emissões.

Em nosso exemplo de um veículo, podemos comparar as emissões de carbono de diferentes tipos de veículos.

Carro a diesel

Emissões de carbono de construção: 20 toneladas

Emissões de carbono por ano: 2,6 toneladas

Emissões de carbono em 5 anos: 33 toneladas

Carro elétrico

Emissões de carbono de construção: 22 toneladas

Emissões de carbono por ano: 0,1 tonelada

Emissões de carbono em 5 anos: 22,5 toneladas

Esse cálculo permite comparar o custo real do ciclo de vida associado a um carro, que pode então ser projetado ao longo do tempo e levado em consideração em uma análise de custo-benefício para o comprador.

A mesma análise pode ser feita com desenvolvimento econômico, gênero ou qualquer outra iniciativa de aquisição social que uma organização queira empreender. Os governos têm uma oportunidade particularmente interessante de

compreender o benefício total de realizar um projeto de valor social efetivo. A criação de novos empregos ou a igualdade de remuneração também podem ter um efeito sobre os benefícios sociais e o pagamento de apoio realizado pelo governo.

Assim, conceder às mulheres igualdade salarial ou uma melhor oportunidade de usufruir de um cargo de alto nível em uma empresa também podem ter um impacto nos pagamentos de benefícios às famílias pelo Estado. É razoável, no contexto do custo do ciclo de vida, considerar as economias potenciais que o trabalho com uma empresa diferente podem gerar.

Opções de uso dos dados

No início desta seção, apresentamos dez maneiras diferentes em que os dados podem ser utilizados para impulsionar e medir a sustentabilidade no processo de compras. Dessas opções, selecionamos quatro que podem ser especialmente úteis para medir o custo do ciclo de vida:

- **Prever o impacto do contrato (Opção 4)**

Em sua forma mais simples, um custo de ciclo de vida pode ser derivado de dados históricos sobre contratos associados a um ativo e usado para formar uma estimativa do custo do ciclo de vida. Por exemplo, o custo do ciclo de vida de um servidor de computador também deve incluir eletricidade, bem como o tempo de pessoal para mantê-lo. Utilizar as informações sobre contratos pode ser suficiente para estabelecer um benchmark para análise posterior.

- **Medir e monitorar CPS com dados de gestão de contratos (Opção 7)**

Quando o custo do ciclo de vida é estabelecido como o método para determinar o valor de um contrato de CPS, a forma mais precisa de monitorar os custos durante

todo o contrato é combinar os dados de contas a pagar com os de contratação. Ao vincular pagamentos reais, ou uma parte dos pagamentos a um ativo, é possível derivar os custos detalhados de um ativo. Uma maneira de fazer isso é rotular os dados de contas a pagar com um código contábil específico que vincule os gastos a um ativo ou ativos.

Exemplos de indicadores

Melhores dados sobre como os contratos são organizados podem dar aos compradores uma visão real do custo de execução de um serviço. Com eles, a Administração Pública pode tomar decisões de investimento sólidas e evitar o desperdício de recursos financeiros em produtos que não oferecem valor aos contribuintes.

Dados de qualidade sobre o ciclo de vida podem melhorar a confiança no governo através de relatórios de decisões meticolosos.

Essa confiança pode ser respaldada pela demonstração pública de que estão sendo tomadas boas decisões, compartilhando dados para incentivar boas práticas de compra e evitando relatórios sobre o desperdício do governo na compra de produtos errados.

Além das declarações públicas sobre implementações de políticas, os dados podem ser utilizados para gerar um ciclo de feedback viável com informações detalhadas sobre a eficácia do custo do ciclo de vida. Por exemplo, compartilhar dados sobre as características mais rentáveis de executar diferentes itens do ativo, saber quais dados registrar antes de tomar uma decisão de compra e coletar dados ao longo dos contratos para entender melhor se há desvio nos custos.

Com base nos insights obtidos dos dados, compradores direcionam mais gastos em compras públicas visando proporcionar maior produtividade e crescimento. Se forem publicados abertamente, os dados podem ser utilizados por fornecedores para produzir mudanças positivas em suas próprias organizações e apresentar melhores propostas em contratos futuros.

5 RECURSOS

4.1 Diretório de recursos

Incluimos informações sobre orientação e referências práticas de Compras Públicas Sustentáveis (CPS) atuais. Os recursos disponíveis foram classificados conforme sua finalidade de fornecer orientação, ou referências, sobre a implementação geral de CPS, ou de focar em práticas específicas de CPS, como priorizar categorias de compras ou estabelecer uma estrutura favorável.

Acesse [aqui](#).

4.2 Perguntas frequentes

Nesta seção, incluímos perguntas-chave que podem surgir ao considerar a implementação de Compras Públicas Sustentáveis. Para cada uma dessas perguntas, fornecemos informações essenciais e indicamos fontes externas relevantes, estudos de caso, kit de ferramentas de CPS Abertas onde você pode encontrar mais informações.

> O que são Compras Públicas Sustentáveis (CPS)?

Compras Públicas Sustentáveis são [definidas pelo PNUMA](#) como “um processo pelo qual as organizações públicas suprem suas necessidades de bens, serviços, obras e serviços públicos com bom custo-benefício ao longo de todo o ciclo de vida, gerando benefícios, tanto para a organização quanto para a sociedade e para a economia, e reduzindo significativamente os impactos negativos sobre o meio ambiente”.

Em outras palavras, as CPS são o ponto essencial dos três pilares do desenvolvimento sustentável (econômico, social e ambiental) ao executar compras públicas. Eles incluem, por exemplo, planejar o processo de compras para promover empresas locais (econômico), garantir que fornecedores monitorem o cumprimento dos direitos trabalhistas em toda a cadeia de abastecimento (social) ou comprar produtos fabricados a partir de materiais reciclados (ambiental)..

> Qual a diferença entre CPS e CPS Abertas?

Compras Públicas Sustentáveis e Abertas (CPS Abertas) refere-se à aplicação de contratos abertos e práticas governamentais abertas para sustentar a implementação bem-sucedida de CPS e promover melhores resultados sustentáveis.

De acordo com a [Open Contracting Partnership \(OCP\)](#) “a contratação aberta refere-se à publicação e utilização de informações abertas, acessíveis e oportunas sobre contratações governamentais para engajar cidadãos e empresas na identificação e solução de problemas”. A contratação aberta envolve divulgação e engajamento durante todo o processo de compras, desde o planejamento até a implementação.

Identificamos sete práticas-chave que são essenciais para a implementação de CPS Abertas e às quais nos referimos em todo o kit. Nesta seção, apresentamos uma visão mais aprofundada de como utilizar dados de contratações abertas para avançar os esforços de CPS e impulsionar os benefícios de sustentabilidade, como a redução de carbono e a igualdade de gênero.

> Como verificar se um regulamento atual permite a implementação de CPS?

Normalmente, acredita-se que é muito difícil implementar CPS quando a estrutura favorável — ou seja, as regras e políticas que regem as compras — determina que a proposta vencedora em contratos públicos deva ser a de menor preço. No entanto, isso é um equívoco e, independentemente da estrutura favorável, muitas vezes há muito flexibilidade para a implementação das CPS. Para avaliar suas opções, recomendamos que comece por identificar a regulamentação atual relativa aos critérios de avaliação:

- Quando a estrutura favorável só permite que o único critério de avaliação a ser considerado seja o preço, há três principais tipos de iniciativas ou abordagens que você pode adotar: inserir os critérios de sustentabilidade como requisitos essenciais, utilizar os cálculos do [custo do ciclo de vida](#) e garantir o cumprimento das regulamentações de sustentabilidade vigentes.
- Quando a estrutura favorável é flexível o suficiente para considerar outros critérios de avaliação além do preço, pode-se usar os planos e as políticas de sustentabilidade existentes para orientar a concepção dos critérios de avaliação de sustentabilidade.

Após identificar a regulamentação relativa aos critérios de avaliação, recomendamos a identificação de outros mecanismos regulatórios, como limites ou metas de compras, que possibilitem a adoção de práticas de CPS.

> **Como priorizar as categorias de compras?**

Ao começar a implementar as CPS, priorizar as categorias específicas de produtos ajuda a manter o foco nas atividades de CPS. Há diferentes fatores a serem considerados ao realizar o exercício de priorização, os quais podem ser divididos em duas categorias principais:

- Fatores que permitem determinar o impacto de sustentabilidade da implementação das CPS em uma categoria específica (como as emissões atribuídas de CO₂).
- Fatores que permitem avaliar a facilidade de implementação (tais como a disponibilidade de rótulos ambientais).

Para ver um exemplo, consulte [a solicitação do Vietnã](#) do [exercício de priorização do PNUMA](#). Este estudo de caso demonstra como uma simples técnica de medição pode ser utilizada para avaliar as categorias de produtos de acordo com seu valor de compra, a disponibilidade e o custo de alternativas sustentáveis, e seu impacto ambiental, econômico e social para priorizar as categorias de produtos.

> Como uma autoridade nacional pode facilitar as CPS Abertas?

As autoridades nacionais, locais ou regionais podem facilitar a implementação das CPS de diferentes maneiras. Além de estabelecer uma estrutura favorável clara, essas autoridades podem:

- Padronizar critérios de sustentabilidade, ou seja, fornecer orientação sobre quais critérios de sustentabilidade os profissionais de compras devem estabelecer ao comprar dentro de categorias específicas de compras.
- Criar e compartilhar cadastros e catálogos de fornecedores sustentáveis. Essa ação ajudará a lidar com as preocupações legais dos profissionais de compras, pois seria entendido que a compra de produtos ou serviços do catálogo conta com o apoio do governo.
- Envolver as partes interessadas. Por exemplo, organizar oficinas de capacitação com os profissionais de compras, engajar-se com fornecedores para que participem da jornada de CPS, e consultar as Organizações da Sociedade Civil (OSCs) sobre as melhores iniciativas de sustentabilidade.

Organizar uma central de ajuda e uma central de informações. Fornecer uma maneira fácil para que os profissionais de compras acessem orientações sobre as práticas de CPS, incluindo regulamentos, critérios padronizados e exemplos de boas práticas em vigor. Também pode ser útil criar uma central de ajuda para que os profissionais possam esclarecer quaisquer dúvidas sobre a implementação de CPS.

> O que deve ser incluído em um Plano de Ação de CPS?

Um Plano de Ação de CPS serve como referência para os profissionais de compras compreenderem o que está em conformidade e o que não está, e para garantir a padronização, a responsabilidade e a continuidade, independentemente das mudanças na liderança institucional. As autoridades públicas podem usar o Plano de Ação de CPS para comunicar aos profissionais como implementar as CPS na estrutura existente, e como essa estrutura se desenvolverá durante um período específico. Dessa forma, você pode comunicar em seu Plano de Ação os seguintes itens:

- Estrutura favorável: como as CPS podem ser implementadas de acordo com a regulamentação vigente e quaisquer mudanças que serão introduzidas para aumentar o escopo de implementação (por exemplo, contratos reservados).
- Categorias de compras priorizadas: quais categorias foram priorizadas, e por quê, bem como orientação sobre a implementação das CPS nestas categorias.
- Metas e alvos: quais são os objetivos de sustentabilidade (por exemplo, redução de carbono), como será medido o progresso em relação a eles (por exemplo, número de licitações que incluem critérios ambientais), e alvos associados (por exemplo, 50% das licitações para inserir critérios ambientais até 2030).
- Plano de capacitação: quais mecanismos serão implementados para facilitar a implementação (por exemplo, criação de cadastros e catálogos de fornecedores sustentáveis, ou realização de sessões de treinamento de CPS para profissionais de compras).
- Estrutura e responsabilidades de governança: autoridades públicas responsáveis pela coordenação e execução das diferentes práticas associadas à estratégia de CPS.
- Orçamento atribuído: qual o orçamento dedicado à estratégia de CPS (por exemplo, desenvolvimento de materiais de orientação, sessões de treinamento, etc.).

Este [índice](#) pode servir de guia para criar a estrutura de um Plano de Ação.

> **Como encontrar e se engajar com fornecedores sustentáveis?**

O engajamento com o mercado de fornecedores é importante para todos os processos de compras. No entanto, é especialmente relevante no contexto de CPS para:

- avaliar a capacidade do mercado;
- maximizar as propostas dos fornecedores para oportunidades de contrato;
- promover confiança e transparência; e

- coletar feedback do mercado sobre sua iniciativa.

O engajamento com o mercado através do processo de compras pode se dar de diferentes maneiras:

- Durante a fase de preparação para criar o Plano de Ação de CPS: organização de oficinas, consultas on-line, eventos do setor e utilização de pesquisas e questionários para desenvolver e testar a estratégia de sustentabilidade.
- Durante a fase de planejamento de compras: organização de eventos com fornecedores para apresentar objetivos de sustentabilidade e pesquisas de mercado para avaliar a disponibilidade de opções sustentáveis.
- Durante a fase de compras: notificação ao mercado sobre a intenção de adjudicar um contrato, criação de canais para se envolver com grupos de fornecedores prioritários (por exemplo, PMEs), abertura de canais para feedback e facilitação de consórcios de fornecedores.

> O que são rótulos ecológicos e como usá-los nas CPS?

O Global Ecolabelling Network (GEN) [define rotulagem ecológica](#) como “um método voluntário de rotulagem e certificação de desempenho ambiental que é praticado no mundo todo”. Nesse sentido, um “rótulo ecológico identifica produtos ou serviços que demonstram ser ambientalmente preferíveis dentro de uma categoria específica”. Atualmente, a Organização Internacional de Normalização (ISO) classifica esses rótulos em três tipos: Tipo I, Tipo II, Tipo III e Semelhante ao Tipo I. Para os rótulos ecológicos Tipo I e Semelhante ao Tipo I geralmente se publicam os critérios que devem ser atendidos para receber a certificação. Para compras mais sustentáveis, pode-se solicitar aos fornecedores que cumpram os critérios estabelecidos por um rótulo específico, ou utilizem alguns desses critérios para redigir especificações em um contrato.

Para obter mais informações sobre como usar rótulos ecológicos em um processo de compras, consulte este guia. Para avaliar a disponibilidade de rótulos ecológicos Tipo I, consulte o diretório da [Global Ecolabelling Network](#) que relaciona os principais rótulos ecológicos ordenados por categoria de produtos e serviços.

> O que é Custo do Ciclo de Vida (CVV) e como aplicá-lo no processo de compras?

Há um equívoco comum de que a compra de produtos e a contratação de serviços sustentáveis sempre implicam em maiores gastos. Na realidade, embora as alternativas sustentáveis às vezes possam ter um custo de aquisição mais alto, se os custos de operação, manutenção e descarte também forem levados em conta, elas podem se tornar a alternativa mais econômica. O Custo do Ciclo de Vida (CVV) calcula esses custos, e também pode incluir o cálculo dos custos ambientais, como emissões de CO₂.

Para obter mais informações sobre o Custo do Ciclo de Vida (CVV), consulte [esta seção](#). Para ferramentas práticas, a [Comissão Europeia](#) desenvolveu cinco ferramentas de CVV baseadas em Excel para categorias específicas de produtos (máquinas de venda automática, equipamentos de imagem, computadores e monitores, iluminação para ambientes externos e internos). As ferramentas incluem informações sobre como elas podem ser utilizadas antes da licitação para avaliar diferentes soluções, durante a licitação para comparar ofertas e depois delas, para avaliar o desempenho.

4.4 Guia de rotulagem ecológica

Nesta seção, incluímos informações fundamentais para compreender a natureza dos rótulos ecológicos e o papel que desempenham na implementação das CPS.

O que são rótulos ecológicos?

O Global Ecolabelling Network (GEN) [define rotulagem ecológica](#) como “um método voluntário de rotulagem e certificação do desempenho ambiental que é praticado no mundo todo”. Nesse sentido, um “rótulo ecológico identifica produtos ou serviços que demonstram ser ambientalmente preferíveis dentro de uma categoria específica”. Para receberem rótulos ecológicos, os produtos devem cumprir uma série de critérios. Embora a ênfase da maioria dos rótulos ecológicos seja em critérios ambientais, alguns começaram a incluir critérios sociais como, por

exemplo, considerar se direitos trabalhistas receberam apoio durante o processo de fabricação do produto.

Que tipos de rótulos ecológicos existem?

Atualmente, a Organização Internacional de Normalização (ISO) classifica os rótulos em três tipos:

Tipo I (ISO 14024)

Esses rótulos são voluntários, baseados em múltiplos critérios, atribuídos por terceiros e indicam a preferência ambiental de um produto com base em considerações do ciclo de vida. Dentre eles, destacamos o [Nordic Swan \(Cisne Nórdico\)](#) e o [Der Blaue Engel \(o Anjo Azul\) da Alemanha](#). Cabe ressaltar que esses tipos de rótulos ecológicos costumam incluir diferentes taxas de inscrição e licença para MPMEs. Exemplos desse tipo são o [Rótulo Ecológico Nórdico](#), que oferece uma redução de 50% para microempresas e leva em consideração a rotatividade para definir taxas de licenças; e a [estrutura de custo do rótulo ecológico da UE](#).

Tipo II (ISO 14021)

Esses tipos de rótulos são autodeclarações feitas internamente pelas empresas e não são certificadas por terceiros. Eles podem incluir logotipos ou declarações, como “papel 100% reciclado”. A norma ISO estabelece vários requisitos para esses tipos de rótulos, incluindo a precisão.

Tipo III (ISO 14025)

Estas são declarações que relatam os resultados da análise do ciclo de vida de um determinado produto, juntamente com um resumo da metodologia, suposições e fontes de dados. Os resultados incluem dados ambientais quantificados, como as emissões de CO₂, e são verificados por um terceiro. Neste grupo encontramos, por exemplo, as Declarações Ambientais de Produto (DAP ou EPD, em inglês), que são frequentemente utilizadas para materiais de construção. Veja, por exemplo, [esta DAP](#) para um produto de aço. Essas declarações não fornecem uma avaliação, ou seja, o produto não é certificado, ou não é certificado como os rótulos Tipo I. Em

vez disso, elas fornecem dados objetivos para que o consumidor possa fazer as comparações.

Semelhante ao Tipo I

Estes rótulos têm as mesmas características dos rótulos ecológicos Tipo I, mas se concentram em um único ponto. Por exemplo, o rótulo Energy Star, que estabelece um nível máximo de consumo de energia para aparelhos elétricos, ou o Forest Stewardship Council (FSC), que certifica o manejo florestal sustentável.

Como aplicar rótulos ecológicos em toda a implementação de CPS?

Os rótulos ecológicos podem ser aplicados em diferentes estágios e de diferentes maneiras em toda a implementação da CPS, inclusive:

> Usar normas de rótulo ecológico como orientação para redigir requisitos ambientais

A maioria dos rótulos ecológicos Tipo I e Semelhante ao Tipo I publica abertamente as normas ambientais que um produto tem que cumprir para ser certificado. Você pode usar essas normas como orientação para redigir os requisitos ambientais ao adquirir produtos específicos. Por exemplo, se estiver adquirindo novos monitores, poderá usar [as normas publicadas pelo rótulo ecológico TCO](#) para redigir as especificações do produto, ou critérios de adjudicação. Para obter mais informações sobre como definir critérios de sustentabilidade, consulte [esta seção](#) do kit.

> Exigir o cumprimento dos rótulos ecológicos existentes

Ao utilizar os rótulos ecológicos Tipo I e Semelhante ao Tipo I como rótulos ecológicos no processo de compras, você pode selecionar as normas que considerar mais relevantes para o contrato específico, ou exigir o cumprimento de todas as normas estabelecidas pelo rótulo ecológico. Isso significa que, por

exemplo, ao adquirir monitores, poderá indicar que os produtos devem estar em conformidade com as normas estabelecidas pelo rótulo ecológico TCO. Ao fazer isso, você deve garantir que todas as normas incluídas pelo rótulo ecológico sejam relevantes para o objeto do contrato e oferecer a opção aos fornecedores de demonstrar o cumprimento das normas por outros meios além do certificado do rótulo ecológico.

> Priorizar categorias de compras com base na disponibilidade de rótulos ecológicos

Ao considerar a implementação de CPS, pode ser útil concentrar esforços em categorias específicas de compras. A disponibilidade de rótulos ecológicos é um dos fatores a considerar na decisão de quais categorias devem ser priorizadas. Considerar também a disponibilidade de produtos com rótulo ecológico em seu mercado local, para garantir que a implementação das CPS beneficie as empresas locais. Para obter mais informações sobre este tópico, consulte [esta seção](#) do kit.

Por último, as DAPs Tipo III podem ser muito úteis para comparar diferentes produtos e coletar dados ambientais relevantes, como emissões de CO₂. Contudo, esses não são tão comuns como outros rótulos, como os rótulos ecológicos Tipo I e Semelhante ao Tipo I.

Como encontrar rótulos ecológicos relevantes?

Como explicado nesta seção, os rótulos ecológicos Tipo I são frequentemente os rótulos mais utilizados em compras públicas. Para entender melhor a disponibilidade dos rótulos ecológicos Tipo I, consulte o diretório do [Global Ecolabelling Network](#) que relaciona os principais rótulos ecológicos ordenados por categoria de produtos e serviços. Para obter mais orientações sobre os rótulos ecológicos relevantes em categorias de compras específicas, consulte as seções sobre [TIC](#) e [construção civil](#).

Rótulos ecológicos

Nome	Tipo	Critérios disponíveis	Setores	Área geográfica	Inclui critérios sociais	Link para critérios
Certificação TCO	Tipo I	Sim	TIC		Sim	Documentos completos dos critérios para a certificação TCO
Rótulo ecológico australiano Good Environmental Choice Australia (GECA)	Tipo I	Não	Construção Móveis Mobiliário de escritório Produtos de higiene pessoal Serviços de limpeza Serviços de resíduos	Austrália	Sim	Padrões GECA
Energy Star	Semelhante ao Tipo I		Eletrodomésticos Aquecimento e refrigeração Produtos para construção Iluminação Equipamentos comerciais de serviço alimentar Centros de dados TIC Centros de dados Eletrônica	E.U.A.	Não	Lista de produtos
ABNT - Qualidade Ambiental	Tipo I	Sim	Produtos de limpeza Vestuário Móveis Material de escritório Construção TIC Produtos de cuidado pessoal	Brasil	Sim	Critérios
Rótulos ecológicos da UE	Tipo I	Sim	Produtos de cuidados pessoais Cuidados de animais Produtos de limpeza	Europa	Sim	Critérios e grupos de produtos.html

			Vestuário TIC Material de escritório			
Rótulo ecológico Der Blaue Engel (Anjo Azul)	Tipo I	Sim	Vestuário Construção Energia Material de escritório Transporte Produtos de limpeza Produtos de cuidados pessoais	Alemanha	Sim	Produtos A-Z
Rótulo ecológico Cisne Nórdico	Tipo I			Noruega	Sim	